

Manual de Nível Macro

manual

ASEG

Programa de Análise Sócio-Económica e de Género



Organização das Nações Unidas para a
Alimentação e a Agricultura

As designações utilizadas e a apresentação do material nesta publicação não exprimem de forma alguma tomadas de posição por parte da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura quanto ao estatuto jurídico dos países, territórios, cidades ou áreas, ou das suas autoridades, nem quanto à delimitação de suas fronteiras ou limites.

Todos os direitos reservados. É autorizada sem prévio consentimento escrito por parte dos detentores dos direitos de copyright, a reprodução e difusão de dados deste produto informativo para fins educacionais ou outras finalidades não comerciais desde que a sua origem seja mencionada. Toda a reprodução de material contida neste produto informativo para fins lucrativos ou comerciais é proibida sem autorização prévia por escrito dos detentores do copyright. Estes pedidos deverão ser enviados para o Director do Serviço de Género e Desenvolvimento, Divisão de Género e População, FAO, Viale delle Terme di Caracalla, 00100 Roma, Itália, ou por correio electrónico para copyright@fao.org

© FAO 2003

Programa ASEG
Serviço de Género e Desenvolvimento
Manual Traduzido e adaptado por: Valerio E. Tranchida

PREFÁCIO

Este Manual faz parte de uma renovada tendência da FAO para apoiar e incentivar as políticas nos países em vias de desenvolvimento e visam contribuir para uma melhor segurança alimentar e para a redução da pobreza. Faz também parte do trabalho da Organização a integração da dimensão de género em todos os aspectos da formulação de políticas, incluindo as económicas.

Da mesma forma que se admite que a segurança alimentar e a pobreza devem ser encaradas numa perspectiva multisectorial, é também vastamente reconhecido que é o crescimento da agricultura e do sector rural que detém a maioria das ligações com o crescimento da economia rural como um todo. Actualmente o papel das mulheres na agricultura é bem conhecido e documentado, bem como as suas funções primordiais para a garantia da segurança alimentar, quer através da produção quer através de outras actividades rurais que possibilitam o acesso aos alimentos.

Uma das finalidades deste Manual é demonstrar que a capacidade produtiva tanto dos homens como das mulheres e a sua forma de participar na economia é adaptada aos seus papeis de género o que implica que as relações de género têm impacto nos resultados da agricultura e afectam a eficácia económica. Não existem provas concretas que a equidade de género esteja associada ao aumento da eficácia e aumente as previsões do crescimento rural e o desenvolvimento da economia rural. Acontece que o género não devia ser considerado como um simples assunto social ou uma categoria adicional para os decisores políticos, mas sim como uma parte integral na criação e implementação de políticas, merecendo deste modo uma atenção analítica explícita.

Utilizando um enquadramento macro-meso-micro, o Manual ilustra, a relevância do género nas estratégias, tanto do ponto de vista da eficácia como da equidade. Este enquadramento macro-meso-micro implica um importante pressuposto para todos os peritos de desenvolvimento: apesar das actividades de desenvolvimento serem de dimensões diminutas ou localmente circunscritas, a dimensão das estratégias não deve ser aceite como tal, mas sim analisada, entendida e trabalhada em diversos níveis.

O Manual ilustra através de exemplos, como se deve adoptar a integração da análise de género nas políticas e programas do sector agrícola através de análises institucionais, básicas do sector, orçamentais, de monitorização e avaliação. Fornece referências e informação sobre recursos adicionais de incentivo aos trabalhos de continuidade e tratamento mais aprofundado sobre assuntos estratégicos, quando se definem estratégias de potencial de desenvolvimento de trabalho ao nível do país.

Este Material destina-se aos burocratas, instrutores e agentes de desenvolvimento envolvidos em políticas agrícolas, planeamento e programas agrícolas. Esperamos que este Manual venha a fazer parte da panóplia de conhecimentos e instrumentos destinados a combater a fome e a pobreza.

Sissel Ekaas
Directora da Divisão
de Género e População

Santiago Funes
Director da Divisão
para o Apoio às Políticas

AGRADECIMENTOS

Esta publicação foi baseada no trabalho elaborado por Barbara Evers e Jane Harrigan em colaboração com o Programa de Análise Sócio-Económica e de Género (ASEG), com a Divisão de Género e População e a Divisão para o Apoio às Políticas da FAO.

LISTA DE QUADROS

Quadro

1	Papéis de Género	3
2	Perguntas-Chave	4
3	Iniquidades de Género e crescimento económico	13
4	A Associação de Mulheres com Trabalho Independente (SEWA) e o seu trabalho em defesa dos pobres	15
5	Medidas de participação económicas das mulheres no Paquistão	17
6	A variável invisível das estratégias: o trabalho não remunerado das mulheres	19
7	O Género num macro-meso-micro enquadramento	22
8	Influências do Género na investigação e na extensão	23
9	Assimetrias de Género nos mercados de sementes na Guiné	24
10	As Mulheres e a produção de produtos de exportação não-tradicionais no Uganda	35
11	O impacto das políticas macroeconómicas na agricultura	37
12	Influências nas negociações intra-familiares	40
13	A influência dos direitos de propriedade e de negociação no resultado das macro políticas	40
14	Mulheres em Desenvolvimento (MED) e Género e Desenvolvimento (GED)	50
15	Análise sensível ao Género a nível macro-meso-micro	51
16	Influências do Género nos mercados laborais	60
17	As organizações agrícolas são sensíveis ao género?	61
18	Lista de verificação para um enquadramento nacional sensível ao género	62
19	Contexto de desenvolvimento: A estrutura da economia orientada para o mercado	67
20	Revisão aprofundada do subsector da irrigação	78
21	Ações subdirectorias para equidade de género	81
22	Participação e Género na planificação de desenvolvimento agrícola: Um estudo de caso da Costa Rica	83
23	Orçamento: Programa Nacional Sudanês para a Agricultura, Gado e Irrigação	106

TABELA

1	Estrutura Macroeconómica, Uganda	17
---	----------------------------------	----

ÍNDICE DAS GRAVURAS

1	Factores que influenciam os padrões sócio-económicos aos níveis macro, intermédio e de campo	4
2	Pacote ASEG	8
3	Acompanhamento do processo de políticas	95

ACRÓNIMOS

GAD	Abordagem de Desenvolvimento e de Género
PIB	Produto Interno Bruto
OIT	Organização Internacional do Trabalho
M&A	Monitorização e Avaliação
ONG	Organização Não Governamental
EANT	Exportações Agrícolas Não Tradicionais
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico
ADP	Análise da Despesa Pública
ASEG	Programa de Análise Sócio-Económica e de Género
SNC	Sistema Nacional de Contas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UNIFEM	Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher
WID	Comissão das Nações Unidas para as Mulheres em Desenvolvimento

ÍNDICE

I.	Introdução	1
Módulo 1	Como utilizar o Manual a nível Macro	1
1.1	Comentários iniciais sobre o Manual a nível Macro	3
1.2	A abordagem ASEG	3
1.3	O objectivo do Manual a nível Macro	5
1.4	Como utilizar este Manual e outros recursos da FAO	7
1.5	Objectivos do Manual	8
II.	Porquê integrar a Análise Sócio-Económica e de Género (ASEG) nas Políticas e práticas agrícolas?	10
Módulo 2	O enquadramento Macro, Meso e Micro	11
2.1	A importância do género e assimetrias de género na agricultura	11
2.2	Implicações nas políticas e nas acções públicas	13
2.3	Integrando o género no contexto de desenvolvimento: o enquadramento micro/meso/macro	15
2.4	Motivos eficientes para incorporar o género nas políticas de sector e nas macro políticas	24
2.5	Mandatos internacionais para incorporar o género nas políticas de sector e nas macro políticas	26
Módulo 3	O que acontece quando os decisores não são sensíveis à dimensão de género?	31
3.1	Os efeitos das políticas de reforma económica	34
3.2	As ligações a nível micro, meso e macro	33
3.3	Exercícios e recursos suplementares	40
III.	Como incorporar a Análise Sócio-Económica e de Género nas políticas e práticas agrícolas	43
Módulo 4	O que é a integração da perspectiva de género na agricultura?	44
4.1	Restrições baseadas no género aos objectivos de desenvolvimento agrícolas	44
4.2	Integração da perspectiva de género	45
4.3	Etapas no processo de integração da perspectiva de género	48
Módulo 5	Avaliação institucional e aptidão construtiva para a equidade de género	52
5.1	Introdução	52
5.2	A necessidade de aptidão construtiva para a equidade de género	53
5.3	Fazer uma avaliação institucional com enfoque de género	54
5.4	Listas de verificação para uma análise institucional sensível ao género	57

Módulo 6	Como determinar uma análise inicial de género para a agricultura	62
6.1	Análise inicial de género a nível macro	62
6.2	Análise inicial de género a nível micro	66
Módulo 7	Planeamento participativo e integração da perspectiva de género na formulação de políticas	70
7.1	Partes intervenientes na formulação e planeamento de políticas	71
7.2	Como promover planeamento participativo e formulação de políticas sensíveis ao género	72
7.3	Utilizando o enquadramento micro, meso e macro	80
7.4	Uma abordagem holística	80
7.5	Conjunto de ferramentas e exercícios e recursos suplementares	81
Módulo 8	Como aumentar o orçamento de forma a incorporar considerações de género	85
8.1	Introdução	85
8.2	Avaliação de políticas sensíveis ao género	86
8.3	Orçamentos sensíveis ao género	96
8.4	Avaliação de benefícios da utilidade de entrega	87
8.5	Análise de incidência de benefícios nas despesas públicas	88
8.6	Análise de incidência nas receitas públicas	89
8.7	Análise do impacto do uso do tempo	90
8.8	Análise dos gastos públicos	90
8.9	Recursos	91
Módulo 9	Como melhorar a Monitorização e Avaliação dos componentes de género nos programas agrícolas	95
9.1	Introdução	95
9.2	Monitorizar objectivos de género nos programas agrícolas	96
9.3	Avaliação	99
9.4	Apoiar a construção de uma melhor monitorização e avaliação	101
9.5	Exercícios	102
Glossário		106

I. Introdução

Módulo 1

Como utilizar o Manual a nível Macro

MÓDULO 1

COMO UTILIZAR O MANUAL A NÍVEL MACRO

OBJECTIVOS

Neste Módulo aprenderá como:

- Especificar os objectivos deste Manual a nível Macro e o seu público alvo.
- Apresentar a abordagem à Análise Sócio-Económica e de Género da FAO (ASEG).
- Apresentar outros recursos que podem ser utilizados em conjunto com o Manual.

CONTEÚDO

- 1.1 Comentários Iniciais sobre o Manual a nível Macro
- 1.2 A abordagem ASEG
- 1.3 O objectivo do Manual a nível Macro
- 1.4 Como utilizar este Manual e outros recursos da FAO
- 1.5 Objectivos do Manual

1.1 COMENTÁRIOS INICIAIS SOBRE O MANUAL A NÍVEL MACRO

Os peritos técnicos que têm feito trabalho de campo documentaram a importante contribuição para o desenvolvimento das mulheres rurais, uma contribuição que se mantém praticamente invisível aos olhos dos decisores políticos. Tem havido empenho para **educar o perfil das mulheres rurais e incorporar a análise de género no círculo do projecto**, centrando-se essencialmente nas intervenções ao nível micro para apoiar as mulheres rurais. Como consequência existem muitos exemplos de intervenções a nível micro e comunitário que têm como objectivo a redução da iniquidade de género e a promoção da redução da pobreza e segurança alimentar.

Análise de Género ao nível da política

A análise de género tem algo a oferecer ao nível das políticas. Existe uma prova empírica crescente que associa as iniquidades de género no controle dos recursos e perda de produtividade e de receitas na agricultura. Existem também associações bem conhecidas entre o género e o desenvolvimento da sustentabilidade, por exemplo entre a educação das mulheres, reduzida fertilidade e mortalidade, ou uma melhor educação e crianças bem alimentadas e uma futura produtividade aumentada. No entanto, até à data a análise de género não foi incorporada nos programas das políticas agrícolas.

Após a apresentação da abordagem ASEG e dos objectivos deste Manual na Parte I, A Parte II destina-se a auxiliar os decisores políticos a compreender porque é

importante integrar análise de género ao nível das macro políticas e nas de sector. Esta compreensão pode fornecer aos utilizadores os meios para desenvolver as suas próprias abordagens para integrar o género na integração da dimensão de género das políticas agrícolas, tendo em conta as circunstâncias particulares de uma determinada região ou país.

Na Parte III do Manual apresentam-se exemplos e conselhos práticos sobre como integrar uma perspectiva de género no processo das políticas. Encontra-se ainda em fase de implementação outros trabalhos de incorporação de análise de género nas políticas sub-sectoriais. O Manual a nível Macro faz parte do trabalho de políticas da FAO, apoiado pelo Programa ASEG¹ que contribui para o objectivo global de integrar assuntos de género nas políticas e operações agrícolas de forma a melhorar a equidade, a eficácia e a sustentabilidade das políticas agrícolas.

1.2 A ABORDAGEM ASEG

Abordagem da Análise Sócio-Económica e de Género (ASEG) é um programa focalizado nas pessoas que salienta a necessidade de compreender como as políticas e programas de desenvolvimento afectam as actividades económicas e as relações sociais entre os diferentes grupos de pessoas nas comunidades locais. O destaque é focalizado na identificação das necessidades e prioridades das mulheres e dos homens de forma participativa de maneira a promover um desenvolvimento mais equitativo, eficiente e sustentável. A ASEG procura incrementar a sensibilização para assuntos de género, bem como fortalecer a capacidade dos especialistas de desenvolvimento em incorporar considerações de Análise Sócio-Económica e de Género nos planos de desenvolvimento.

A abordagem ASEG é fundamentada em **três princípios orientadores**:

- Os papéis e relações de género são de importância vital;
- As pessoas mais carenciadas são a prioridade nas iniciativas de desenvolvimento;
- A participação de pessoas locais é essencial para um desenvolvimento sustentável.

Quadro 1: Papéis de género

Os papéis de género são:

- Construídos socialmente
- Aprendidos
- Dinâmicos – Alteram-se ao longo do tempo
- Multi-facetados – diferem dentro e entre culturas
- Influenciados – pela classe, idade, casta etnia e religião

¹ O Programa de Análise Sócio-Económica e de Género (ASEG) foi criado em 1993 para promover a sensibilização ao género quando se depara com desafios de desenvolvimento. O pacote ASEG foi inicialmente desenvolvido pela Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO), a Organização Internacional de Trabalho (OIT), o Banco Mundial e o Programa para o Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD).

O Género influencia o modo como os homens e mulheres garantem os seus rendimentos

Os papéis de género são de importância vital porque o género influencia as oportunidades e restrições que as mulheres e homens enfrentam para garantir os seus rendimentos através de todas as definições culturais, políticas económicas e ambientais. O género influencia os papéis e relacionamentos das pessoas nas suas actividades, incluindo o seu trabalho e as suas funções decisórias. É também importante para compreender a posição de ambos, mulheres e homens, face às instituições que determinam o acesso aos recursos produtivos como a terra, e à economia mais ampla.

O Desenvolvimento deve identificar as necessidades e prioridades de ambos, mulheres e homens, de forma a ser bem sucedida. É reconhecido que em todos os grupos sócio-económicos, as mulheres estão geralmente em desvantagem em relação aos homens. Este dado deve ser tido em conta porque as tentativas de desenvolvimento nas quais as mulheres sejam marginalizadas estão destinadas a não ser bem sucedidas.

A ASEG ajuda a obter uma visão realista dos desafios do desenvolvimento – olhando para padrões sócio-económicos em diferentes níveis e para pessoas distintas.

Quadro 2: Perguntas chave

“É imperativo perguntar, Desenvolvimento para quem? Com contribuição de quem? A inobservância destas questões originará o fracasso do objectivo fundamental do próprio desenvolvimento. Se as mulheres nas economias de subsistência são as maiores fornecedoras de comida, energia e água para as suas famílias e no entanto o seu acesso aos recursos está declinando, então mais pessoas sofrerão de fome, malnutrição, doenças e perda de produtividade”

Fonte: Jacobson, 1993.

Gravura 1: Factores que influenciam os padrões sócio-económicos ao nível macro, intermédio e de campo



Para cada problema de desenvolvimento, existem diferentes padrões sócio-económicos. Por exemplo, a falta de segurança alimentar numa aldeia pode derivar de problemas ambientais como a seca, bem como de problemas económicos como a falta de oportunidades de trabalho remunerado, ou problemas institucionais como educação extensiva inadequada sobre os métodos de conservação alimentar e problemas sociais como a discriminação das mulheres. Existem também ligações importantes entre estes padrões.

**Os
preconceitos
de género
retardam a
eficácia
económica e
a segurança
alimentar**

A discriminação das mulheres, por exemplo, pode resultar na ausência de acesso ao crédito, o que por sua vez irá limitar a capacidade das mulheres de adquirir inputs. O resultado final será uma produção de sementes muito mais baixa do que poderia ser. Em áreas onde as mulheres têm uma maior responsabilidade na produção das culturas de subsistência alimentares, estas ligações são uma parte fundamental na equação da segurança alimentar. Por outras palavras, os recursos subaproveitados originados nos preconceitos de género provocam ineficácia económica, e podem prejudicar o alcance da segurança alimentar, a diminuição da pobreza rural e o crescimento agrícola. Apesar de existirem algumas concessões (como a divisão social) associadas com o aumento do reconhecimento das mulheres, o custo da manutenção dos preconceitos de género deve ser contabilizado.

Os problemas de desenvolvimento também têm origem em níveis diferentes. A falta de segurança alimentar numa aldeia, por exemplo, pode resultar em problemas de produção de animais e culturas de subsistência ou comunitárias, como também criam barreiras ao nível dos mercados distritais ou nas políticas nacionais de fixação de preços ou nos termos de comércio internacional. Ou dito de outra maneira, existem ligações importantes entre os problemas ao nível de campo e as instituições, programas e políticas do nível intermédio e macro.

Utilizar a análise de género auxilia a compreensão das necessidades e prioridades de pessoas distintas, clarificando a relevância de género em conjunto com a idade, a riqueza, a casta, raça etnia, religião etc. Na análise de género a focalização é centrada em ambos, mulheres e homens.

1.3 O OBJECTIVO DO MANUAL A NÍVEL MACRO

**Para mostrar
a relevância
do género nas
políticas e no
trabalho de
sector**

O Manual a nível Macro pretende auxiliar os decisores e planificadores das políticas agrícolas em países em desenvolvimento e os funcionários da FAO a compreender como e porquê as considerações de género devem ser incorporadas no seu trabalho. Irá actualizá-los em desenvolvimentos teóricos bem como conceder aconselhamento prático sobre como integrar o género nas políticas e no trabalho de sector.

O Manual pode também ser utilizado por monitores que lidem com políticas agrícolas e assuntos de planeamento.

Embora muitos utilizadores do Manual sejam economistas, nem todos os leitores são versados em economia. Para auxiliar esses leitores é incluído neste Manual um glossário de termos económicos ou menos familiares. Este encontra-se no fim do

Manual e os termos mencionados no glossário são marcados a negro e com um asterisco (*) a primeira vez que são referidos.

O Manual apoiará dois tipos de trabalho; criação de políticas agrícolas e planeamento e trabalho agrícola.

Decisões das políticas agrícolas

Os decisores das políticas agrícolas são funcionários públicos elegidos ou nomeados, funcionários do estado, e nalguns casos doadores de auxílio, que exercem o seu poder financeiro ou político para:

- Estabelecer metas para o sector agrícola (como o crescimento, segurança alimentar, mitigação da pobreza e equidade regional);
- Desenvolver **estratégias*** para alcançar estes objectivos (como conceder prioridade para a exportação de culturas, agricultura comercial ou minifundiária);
- Ajustar os instrumentos das **políticas*** de forma a alcançar os objectivos (como os preços de *output* e de *input*, créditos e políticas de terra, e políticas de liberalização de mercados).

Projectos planos e programas agrícolas

Os planeadores desenvolvem planos ou **programas*** de investimento a nível nacional regional e de distrito. Estes consistem em actividades de gestão directa em interacção com os agricultores, instituições financeiras e outros agentes económicos privados. Os **Projectos***, tal como os programas, são limitados no tempo e exigem concentração de grupos de trabalho. Frequentemente envolvem um componente de investimento significativo. Os projectos utilizam o orçamento geral do governo, enquanto os programas utilizam o orçamento corrente. Ambos exigem frequentemente a implementação de políticas. Os planeadores podem ser economistas, cientistas sociais ou especialistas técnicos em departamentos de planeamento do Ministério da Agricultura ou as suas variadas agências como as de extensão ou de serviços creditórios. Com a tendência para a descentralização, os planeadores estão a aumentar a nível regional ou distrital. Os Gestores também podem estar envolvidos no planeamento, particularmente nos programas das agências em linha.

O presente Manual não está desenhado para conceder ajuda detalhada aos intervenientes no desenho, implementação, monitorização e avaliação dos projectos agrícolas específicos, como os projectos de rega ou de crédito. Este tipo de trabalho é apoiado pelos Manuais ASEG de Campo e a nível Intermédio (FAO, 2001) e outros Gias técnicos da FAO (FAO, 1997 e 2002). No entanto, os projectistas podem encontrar neste Manual, material útil de fundo para os ajudar a compreender o contexto mais abrangente no qual trabalham.

Métodos

Os métodos propostos neste Manual foram testados em numerosos países e foram seleccionados devido à:

- experiência positiva comprovada;
- aplicabilidade a curto prazo o que frequentemente é disponível para os analistas políticos;
- sua confiança nos dados e informação existentes do que na recolha de dados primários.

Estrutura e conteúdo do Manual

O Manual está dividido em três partes e nove Módulos. Para além desta parte introdutória:

A **Parte II** centraliza-se na importância das considerações de género. O objectivo é auxiliar os utilizadores do Manual a compreender porque o género é importante quer para o ponto de vista da **eficiência*** quer para o da **equidade***. Esta parte utiliza desenvolvimento teórico, em particular o enquadramento **macro-meso-micro***, para ilustrar este ponto. Também são utilizadas caixas de exemplos de campo para exemplificar o que pode acontecer quando a macroeconomia e as políticas de sector não têm enfoque de género. Esta parte do Manual será particularmente útil para aqueles que nunca pensaram em macroeconomia ou trabalho do sector agrícola a partir duma perspectiva de género ou que se mantêm sépticos quanto à necessidade de incorporar uma abordagem de género no seu trabalho.

A **Parte III** focaliza-se na forma como integrar o género no trabalho do sector agrícola. Ilustra em conceito e com exemplos práticos de campo, a forma como o género pode ser o objectivo final no trabalho das políticas para o sector agrícola.

Os Módulos sobre a integração da dimensão de género na **Parte III** mostra aos decisores políticos como:

- desenvolver a capacidade institucional para incorporar o género nas políticas e nos programas;
- conduzir uma análise de princípios de género para o sector agrícola;
- desenvolver políticas de sector sensíveis ao género;
- melhorar a forma de orçamentar de forma a incorporar os assuntos de género;
- melhorar a monitorização e avaliação das políticas em termos de dimensões de género.

Os quadros nos Módulos 3 e 4 ilustram, com exemplos de campo, como intervenções apropriadas ao nível sub-sectorial, que tenham em consideração a natureza das responsabilidades (influenciadas pelo género) das necessidades e dos preconceitos, podem auxiliar a alcançar os objectivos para o sector agrícola, tais como melhoramentos sustentáveis na produtividade, na segurança alimentar, e na mitigação da pobreza.

1.4 COMO UTILIZAR ESTE MANUAL E OUTROS RECURSOS DA FAO

Este Manual encontra-se dividido em Módulos distintos que formam um todo coerente mas que podem ser utilizados individualmente. Cada Módulo introduz conceitos e ideias fundamentais e apresenta a maneira de os implementar. Quando usados como parte integrante de cursos de formação e workshops os exemplos das figuras podem ser substituídos por exemplos do país ou região onde estão a decorrer.

Sempre que necessário, os Módulos incluem exercícios e instrumentos, muitos dos quais são retirados do pacote ASEG. Este fornece material para trabalhos de grupo

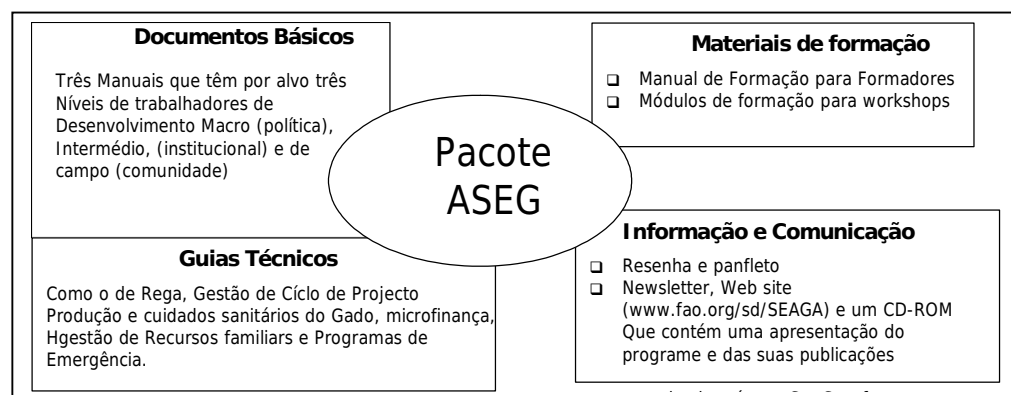
participativo que são parte fundamental dos exercícios de formação e dos workshops.

Cada Módulo termina com um conjunto de referências que apresentam material de apoio suplementar. Também são fornecidos sites da www, apesar dos endereços (URLs) poderem não estar actualizados. Estas referências e os sites da Internet demonstram a grande quantidade de trabalho, tanto conceptual como empírico, que esta a decorrer. Os utilizadores deste Manual, e particularmente os formadores são convidados a complementar as aplicações e conceitos básicos com exemplos e material suplementar.

Este Manual pode ser utilizado em conjunto com outros recursos da FAO, como:

- **O pacote ASEG** que consiste num conjunto de documentos básicos, material de formação, e guias técnicos que ilustram os conceitos, métodos e instrumentos para conduzirem uma análise sócio-económica e de género de uma forma prática.

Gravura 2: O pacote ASEG



- **Política de Desenvolvimento Agrícola: Conceitos e Experiências** de Roger D. Norton, é uma análise empírica e de conceitos das políticas macroeconómicas e do sector. Isto pode servir como referência sobre assuntos fundamentais no sector agrícola, como as políticas que influenciam os incentivos de produção, políticas de posse de terras, políticas da gestão dos recursos hídricos, políticas financeiras agrícolas e rurais e para a tecnologia agrícola.

1.5 OBJECTIVOS DO MANUAL

Após terminar todos os Módulos deste Manual, os participantes devem ser capazes de:

- apresentar argumentos sólidos, utilizando quer os exemplos teóricos quer os práticos, de como o género deve ser incorporado no seu trabalho diário;
- compreender o significado político do papel das mulheres no sector agrícola;
- compreender os preconceitos baseados no género que os produtores enfrentam e ser capazes de fornecer exemplos concretos de como esses preconceitos operam no seu próprio país e a forma como afectam o seu trabalho;
- demonstrar como as políticas macro-económicas e de sector agrícola podem ter em consideração o contexto de desenvolvimento (inclusive os assuntos de género);
- saber como usar a integração da dimensão de género na política agrícola através da análise básica de género, capacidade de construção, análise institucional, recolha de dados desagregados por género, participação de partes intervenientes, orçamentação, monitorização e avaliação;
- saber como obter o acesso a recursos suplementares para auxiliar o trabalho em apreço.

REFERÊNCIAS

- FAO (2003). *Agricultural Development Policy: Concepts and Experiences*, by R.D. Norton.
- FAO (2001). *SEAGA and Project Cycle Management*.
- FAO (2001). *SEAGA Intermediate Level Handbook*.
- FAO (2001). *SEAGA Field Handbook*.
- FAO (2000). *WinDASI User Manual*
- FAO (1997). *Formulation of Agricultural and Rural Investment Projects – Planning tools, case studies and exercises*.
- Jacobson, Jodi L. (1993). “Closing the Gender Gap in Development” in L. Brown, et al. *State of the World, A Worldwatch Institute Report on Progress Toward a Sustainable Society*, W.W. Norton and Co., New York, pages 61-79.
- FAO (1986). *Guide for Training the Formulation of Agricultural and Rural Investment Projects*.
- Other technical guides for investment projects available on the FAO Web page: <http://www.fao.org/tc/tci/resource.htm>

**II. PORQUÊ INTEGRAR A ANÁLISE
SÓCIO-ECOMÓMICA E DE GÊNERO
(ASEG) NAS POLÍTICAS E PRÁTICAS
AGRÍCOLAS?**

Módulo 2

O enquadramento Macro, Meso e Micro

MÓDULO 2

O ENQUADRAMENTO MACRO, MESO E MICRO

FINALIDADE

Neste Módulo aprenderá sobre:

- O papel das mulheres e as assimetrias de género no sector agrícola.
- A ligação entre a **iniquidade*** e o crescimento económico.
- As implicações na política e nas acções públicas.
- Qual o significado dos níveis de análise macro, meso e micro.
- As vantagens em redefinir os conceitos tradicionais da macro, meso e micro economia para incorporar considerações de género.

CONTEÚDO

- 2.1 A importância do género e assimetrias de género na agricultura
- 2.2 Implicações nas políticas e nas acções públicas
- 2.3 Integrando o género no contexto de desenvolvimento: o enquadramento micro/meso/macro
- 2.4 Motivos eficazes para incorporar o género nas políticas de sector e nas macro políticas
- 2.5 Mandatos internacionais para incorporar o género nas políticas de sector e nas macro políticas

2.1 A IMPORTÂNCIA DO GÉNERO E ASSIMETRIAS DE GÉNERO NA AGRICULTURA

Argumentos para a análise de género

Um conceito geral entre economistas, economistas agrícolas e outros peritos técnicos é o de que o género é um assunto puramente social, que não deve figurar na criação de políticas económicas. Embora não nos possamos esquecer as fortes razões políticas e sociais para suportar a equidade do género, existem outros argumentos económicos convincentes para trazerem as considerações sócio-económicas e de género para o centro das políticas macro-económicas e agrícolas. Os argumentos aqui sumariados ilustram a razão porque a análise macro e agrícola deve ser sensível ao género, baseando-se essencialmente em argumentos eficazes que demonstram que a iniquidade de género pode restringir o crescimento das receitas nacionais, das de exportação e das de produtividade (Elson, Evers e Gideon, 1997).

... segurança alimentar

Na maioria dos países em desenvolvimento, tanto as mulheres como os homens produtores enfrentam restrições consideráveis para aumentar a sua produtividade, incluindo uma grave deficiência de recursos. No entanto, e apesar do papel central das mulheres na produção e comercialização da alimentação, na produção das exportações agrícolas, na manutenção da **segurança alimentar*** da família, da comunidade e nacional, e pela forma como protegem a biodiversidade, as mulheres encontram restrições mais graves do que os homens quando se trata de aceder aos recursos produtivos (para mais informação consultar o site da FAO em: www.fao.org/gender).

A FAO estima que a quota das mulheres na força laboral agrícola indica que as mulheres são a parte substancial, variando entre 44 e 51% na globalidade dos países em desenvolvimento (FAO, 1999, p. 13). Na África sub-Sahariana este número é superior: aí as mulheres contribuem com 60 a 80% do trabalho na produção de comida para consumo doméstico e para venda. Estes números são provavelmente subvalorizados nas análises e censos porque apenas é contabilizado o trabalho remunerado enquanto a grande maioria do trabalho das mulheres na produção de alimentos para a família e para a comunidade não é remunerado, e consequentemente não é contabilizado nas estatísticas.

As mulheres são as que mais contribuem para a realização da segurança alimentar:

- As mulheres produzem mais de 50% dos cultivos do mundo inteiro (FAO 1995).
- A emigração e o aumento da actividade masculina na produção de cultivos comerciais fazem aumentar a responsabilidade das mulheres, na produção de alimentos para consumo doméstico.
- As mulheres em praticamente todos os países fazem a parte mais sobrecarregada do trabalho com o armazenamento, manuseamento, comercialização e preparação dos alimentos.
- As mulheres são responsáveis pelas necessidades básicas da família, executando a grande maioria das tarefas exigidas pela segurança alimentar familiar, como a obtenção do combustível e da água, as limpezas e a confecção dos alimentos.
- As mulheres preservam a diversidade biológica e semeiam recursos genéticos fundamentais para a segurança alimentar (Karl, 1996; Bunning e Hill, 1996).
- As investigações têm demonstrado que quando as mulheres têm controle directo sobre o rendimento, irão utilizá-lo muito mais do que os homens, no bem-estar da família, sobretudo na melhoria do estatuto nutricional dos membros mais vulneráveis (Karl, 1996).

Apesar do papel central das mulheres na produção agrícola e na segurança alimentar, o sector é caracterizado por acentuadas assimetrias de género e por preconceitos de género. As mulheres estão em desvantagem quando comparadas com os homens:

... equidade

- No acesso ao crédito, formação, rendimento, transporte e tecnologia.

- Na forma e nas condições da sua participação nos bens e mercados de trabalho que influencia as prioridades das investigações e extensões agrícolas.
- Quando são porta-voz das partes intervenientes comunitários no processo de políticas.
- Quando influenciam nas tomadas de decisão dos Ministérios da Agricultura e das organizações de produtores e de comercialização.

(Elson e Evers, 1997; Elson, Evers e Gideon, 1997; FAO, 1998; UNIFEM, 2000).

...eficácia económica

Consequentemente, as mulheres continuam a ser uma grande força sem voz, frequentemente sem reconhecimento nas políticas agrícolas, ignoradas pelos serviços públicos e marginalizadas e discriminadas no acesso ao crédito, bens e mercados de trabalho. As causas da discriminação das mulheres têm origens sociais e culturais. O custo desta discriminação é acarretado não apenas pelas mulheres, mas pelas suas famílias e pela economia, uma vez que a **equidade de género** está associada ao aumento da eficácia e ao aumento previsível do crescimento e desenvolvimento económico (Consultar o quadro 3). Existem razões persuasivas para atribuírem a prioridade ao desenvolvimento das políticas agrícolas que lidam correctamente com o género.

Quadro 3: Iniquidades de Género e crescimento económico

As investigações em África sobre **produtividade agrícola** demonstraram que reduzir a iniquidade de género pode aumentar significativamente as colheitas. Concedendo às mulheres a mesma educação e as mesmas capacidades agrícolas que aos homens produtores, estas podem aumentar as suas colheitas em 20% (Saito e Spurling, 1994).

Na América Latina, as iniquidades de género na educação, restringiram o crescimento económico. Em países onde o rácio mulher/homem em relação à instrução primária ou secundária é menor que 0.75, o nível do PNB é 25% abaixo do dos países onde existe uma maior igualdade de género no acesso à educação (assumindo que tudo o resto é igual) (Hill e King, 1995).

Estudos sobre o ajustamento estrutural na África sub-Sahariana demonstraram que a **resposta de oferta** na agricultura é altamente influenciada pelas iniquidades de género devido aos insuficientes incentivos que as mulheres têm quando se trata de aumentar as culturas para exportação através da sobrecarga do seu tempo (Brown, 1995).

A **sobrecarga do tempo feminino** é uma restrição importante para o crescimento e para o desenvolvimento – as mulheres são um recurso sobre aproveitado. Os benefícios ao reduzir este impedimento baseado no género podem ser consideráveis. Por exemplo, um estudo realizado na Tanzânia demonstrou que ao reduzir a carga do tempo das mulheres, numa pequena comunidade de cultivadores de café e banana, aumentou o rendimento familiar em 10%, a produtividade laboral em 15% e a produtividade capital em 44% (Tibaijuka, 1994).

2.2 IMPLICAÇÕES NAS POLÍTICAS E NAS ACÇÕES PÚBLICAS

O papel das políticas públicas

As políticas podem influenciar a discriminação de género:

- **As políticas podem** ser formuladas e implementadas de maneira a contemplar e **reduzir os efeitos das normas sociais e culturais** que colocam as mulheres em desvantagem
- Alternativamente, **as políticas podem reforçar e consolidar a discriminação contra as mulheres.**

...na estabilização do acesso aos recursos

Existe uma área de abrangência nas políticas públicas que providenciam incentivos para tornar igual o acesso aos recursos produtivos por género, e que adoptam um enquadramento legal e regulamentar que trata as mulheres e homens de igual forma.

...estabilizando o campo de acção através de medidas legais e reguladoras

“..A função das políticas governamentais consiste na melhoria dos resultados das medidas de desenvolvimento através de 1) promoção de incentivos para a equidade de acesso aos recursos produtivos tanto das mulheres como dos homens e 2) estabilizando o “campo de acção” que desenvolve as suas decisões de produzir e reproduzir. A promoção de incentivos para tornar igual o acesso implica a utilização de despesas públicas e mecanismos de fixação de preços (“pricing”) para promover investimentos em capital humano (por exemplo educação), recursos financeiros (por exemplo poupanças e créditos), e bens físicos entre os desfavorecidos por género. Estabilizar o campo de acção significa a remoção ou a mitigação de elementos discriminatórios materializados em leis, instituições, estruturas de mercado e tecnologia, que frequentemente são aplicados de maneira diferente pelo género”

(Banco Mundial, 2000)

Processo de políticas e envolvimento das ‘partes intervenientes

Embora neste Manual as políticas ou estratégias sejam referidas como decisões governamentais, existe uma área de abrangência que considera que as políticas são influenciadas e modificadas em diferentes níveis. Como ter lugar, serem influenciadas e alteradas a diferentes níveis. De destacar é o empenho para a “outorga de poderes” (ou *empoderamento*) das mulheres, ou seja permitindo a participação das mulheres de forma a corrigir aquelas iniquidades de género que se encontram nas práticas institucionais. As políticas e influências sobre os decisores governamentais podem derivar das próprias mulheres através das suas próprias ‘instituições de acesso’, como por exemplo a Associação de Mulheres com Trabalho Independente (SEWA) e o seu trabalho em defesa dos pobres. (Quadro 4)

Quadro 4: A Associação de Mulheres com Trabalho Independente (SEWA) e o seu trabalho em defesa dos pobres

A *SEWA* teve origem na longa história da organização dos trabalhadores têxteis de Ahmedabad, mas aplicou e modificou estas lições para organizar as mulheres no sector informal. A partir de uma base urbana, expandiu-se actualmente para as áreas rurais.

As campanhas da *SEWA* no terreno, e o trabalho nacional que promovem, reflectem um pragmatismo que evita posições ideológicas sobre “estado versus mercado”. Tem apoiado determinados tipos de liberalização de comércio porque aumentam a procura de produtividade e de trabalho para os seus membros. Mas opuseram-se a outros tipos de liberalização de comércio, que prejudicam por exemplo, o emprego e os rendimentos dos maridos e irmãos dos seus membros.

São fortes apoiantes da liberalização do controle da Comissão Florestal do Estado de Guyarat sobre os meios de subsistência dos seus membros. Mas opõem-se à liberalização da indústria farmacêutica devido ao seu impacto devastador sobre os preços básicos dos medicamentos, e apoiam o aumento da regulação nas Zonas de Elaboração de Exportação por forma a garantir os padrões de trabalho...

Fonte: Kanbur, R. (2001). Economic Policy, Distribution and Poverty: the Nature of Disagreements, IFAD (página 6).

A FAO, juntamente com muitos governos, e organizações doadoras e internacionais, está empenhada em reduzir a discriminação contra as mulheres.

2.3 INTEGRANDO O GÉNERO NO CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO: O ENQUADRAMENTO MICRO/MESO/MACRO

O impacto das relações e iniquidades de género nos resultados agrícolas e na eficácia económica

Durante vários anos as políticas e as práticas da FAO têm reflectido uma maior consciência sobre os diferentes efeitos das políticas agrícolas nos homens e nas mulheres, o que tem auxiliado no estabelecimento de razões de equidade para fortalecer a posição das mulheres nas áreas rurais. No entanto, existe também a necessidade de considerar as implicações das estruturas e relações de género na implementação e na análise de políticas agrícolas. Ou seja, as relações e iniquidades de género têm impacto nos resultados agrícolas e afectam a eficácia económica. Portanto, mais do que utilizar a análise de género apenas para apoiar as mulheres em certos ambientes agrícolas, é útil para os decisores políticos, que a análise avance mais um patamar e que examine as formas como o **género influencia o próprio sector agrícola**. Aqui são examinados algumas das abordagens dos conceitos e metodologias sobre género que devem ser reflectidos numa estrutura macro, meso e micro.

As políticas agrícolas efectivas eficientes e sustentáveis são desenvolvidas na base de um conhecimento do sector agrícola e o seu significado para a economia como um todo (macro), os mercados, as infra-estruturas e organizações, instituições, regras e normas (meso) e a origem dos agregados agrícolas (micro).

Uma análise macro, meso e micro pode ser utilizada para discutir:

- A estrutura de uma economia;
- O padrão da tomada de decisões e o modo como uma economia responde às alterações de políticas;
- As distorções e preconceitos que podem impedir um desenvolvimento agrícola e rural efectivo;
- As oportunidades e restrições para as políticas agrícolas.

Níveis da economia

Este enquadramento identifica três aspectos da economia:

... Macro

- O nível Macro da economia refere-se à economia como um todo. As Macropolíticas (como as taxas de câmbio, taxas de juro, impostos e políticas de taxaço) relacionam-se igualmente com o **Produto Interno Bruto (PIB)***, importações, exportações e a **balança de pagamentos*** e o orçamento de estado.

... Meso

- O Meso que se refere ao nível sectorial e **organizações*** e **instituições*** associadas que medeiam entre os níveis macro e micro. Estas compreendem os mercados e infra-estrutura, económicas (estradas, comunicações, irrigação) e sociais (saúde e educação) bem como as instituições.

... Micro

- O Micro que consiste num grupo de produtores e consumidores e empresas produtoras individuais.

As políticas macro-económicas (como por exemplo as reduções de impostos, liberalização de mercados, **desvalorização***, **fiscal*** e **políticas monetárias***) influenciam os incentivos e a disponibilidade de recursos no sector agrícola. O impacto, e a resposta destes incentivos dependem das estruturas institucionais do nível meso (como as regras, normas, a operação e a estrutura das instituições públicas e privadas, mercados) e o nível micro (por exemplo a atribuição dos recursos familiares, o controle das mulheres e homens sobre os recursos familiares, atribuição intra-familiar e a tomada de decisões). É importante examinar estes três níveis da economia - macro, meso e micro – de forma mais detalhada para destacar a sua relevância nas políticas agrícolas e para incorporar dimensões de género.

2.3.1 *Macroeconomia: definições convencionais*

Os dados económicos desagregados para a macroeconomia consideram tradicionalmente apenas actividades para as quais as pessoas são geralmente remuneradas e que se encontram incorporadas no Sistema das Contas Nacionais (SCN). Inicialmente o SCN era baseado na ideia que a produção é apenas levada a cabo por empresas enquanto as famílias são apenas consumidores. No entanto, esta ideologia encontra-se em fase de mudança e actualmente o SCN incorpora algumas actividades baseadas nas famílias, particularmente a produção de subsistência (UNIFEM, 2000).

A contribuição das Mulheres para o rendimento nacional

Contudo, na prática, as estatísticas oficiais ainda subestimam a contribuição das mulheres para o rendimento nacional. Isto em parte, porque as mulheres estão concentradas nos sectores informais e de subsistência, que tendencialmente não são contabilizados. Também é devido à categorização do “trabalho” que frequentemente não tem em conta o que é feito pelas mulheres (ver Quadro 5).

Quadro 5: Medidas de participação económica das mulheres no Paquistão

No Paquistão, a taxa económica oficial de participação das mulheres varia entre 3% (Censo Populacional de 1981), 12% (Análise de Força Laboral de 1981) e 73% (Censo Agrícola de 1980). Em 1991, medidas convencionais da actividade económica das mulheres colocou-a em 7%, mas quando actividades, como o transplante de arroz, a apanha de algodão, a moagem, a secagem de sementes e a supervisão do gado foram incluídas, a taxa de participação económica das mulheres aumentou para 31% (NU, 1995).

Fonte: FAO, 1999.

A necessidade de estatísticas com enfoque de género

A falta de registo da participação económica das mulheres é particularmente problemática no sector agrícola onde ocorre muita actividade não remunerada e onde as actividades tendem a ser altamente segregadas por género. Em anos recentes a FAO tentou preencher o fosso de informação através do apoio a **estatísticas com enfoque de género*** para o desenvolvimento agrícola (FAO, 1999; 2000). Ou nas palavras do Director Geral da FAO:

“A informação desagregada por género é essencial se houver seguimento com recomendações políticas apropriadas... uma diferenciação baseada no género para a distribuição de trabalho e recursos deve ser tida em conta se forem objectivadas, e correctamente transferidas quando se desenvolvem tecnologias”.

(Jacques Diouf, FAO, 2000).

Um instantâneo da economia Ugandesa fornece um exemplo de uma estrutura agrícola e de outros sectores, baseado no género numa economia particular (ver Tabela 1).

Tabela 1: Estrutura macro-económica, Uganda ^a

**Análise da
economia
baseada no
género**

	Sector no PIB	Sector na Exportação	Sector no Emprego	Intensidade de Género na Produção ^b	
				Mulher	Homem
	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)
Agricultura (da qual)	49.0	99	80	75	25
Cultura de subsistência	33.0	-	-	80	20
Cultura Tradicional de	3.5	66	-	60	40
Exportação					
ANTE ^c	1.0	34		80	20
Industria (da qual)	14.3	1	3	15	85
Manufatura	6.8	-	-	-	-
Serviços	36.6	-	17	32	68

^aCálculo baseado em dados para 1988 – 1995.

^b Cálculo de mulheres e homens no share de emprego no sector/subsector.

^c Agricultura Não Tradicional de Exportação.

Fonte: Elson e Evers, 1997 e fontes aí citadas.

Dados sensíveis ao género, que revelam com mais precisão a contribuição das mulheres para a economia, espelham melhor a realidade da importância das mulheres como produtoras, negociantes e trabalhadoras de direito próprio. Melhores dados desagregados por sexo e percentuais de emprego por género providenciam peças importantes de informação necessárias para uma política mais eficiente e sustentável. Adicionalmente, a contribuição não registada e não-remunerada das mulheres para as actividades de comercialização ou não comercialização necessita ser documentada. Consequentemente, **as estatísticas sensíveis ao género** devem incluir dados sobre a contribuição das mulheres para a **economia doméstica não remunerada**, também conhecida como reprodução social ou trabalho não remunerado de cuidados.

2.3.2 A macroeconomia e a economia doméstica não identificada, não reconhecida e não remunerada

A relevância da economia doméstica não remunerada nas políticas agrícolas

Uma característica específica da análise de género é a inclusão da **economia doméstica não remunerada** na análise económica. A análise de género incorpora uma definição mais abrangente do “trabalho” que é normalmente utilizado nos relatórios económicos padrão. Esta definição de trabalho consiste num grupo de actividades que não estão representadas nas estatísticas oficiais quer no conceito ou na prática: o tempo e esforço gastos na recolha de água e combustível para o gasto familiar, a cozinha, a costura, e todas as tarefas domésticas o cuidado das famílias e da comunidade. Estes serviços, que não estão contabilizados como “trabalho” pelo SCN², absorvem uma larga percentagem de tempo e energia, especialmente das mulheres e raparigas, e particularmente nos cenários rurais (UNDP, 1995). A soma total destas actividades é referida de diversas maneiras; aqui é referenciada como economia doméstica não remunerada (ver Quadro 6).

Quadro 6: A variável invisível das estratégias: o trabalho não remunerado das mulheres

O trabalho não remunerado realizado pelas mulheres em larga escala nos cuidados das famílias e comunidades é:

- uma obrigação que tem custos em termos de tempo e energia (“trabalho”);
- não remunerado por um salário (“não remunerado”);
- indispensável para a continuação de toda a sociedade (“reprodução social”); e,
- uma oportunidade e uma restrição para o êxito da segurança alimentar, melhoria do resultado e da produtividade agrícola.

Fonte: UNIFEM, 2000, p. 23.

Dados de uso do tempo para mulheres e homens

A falta de contabilização do significado e da estrutura da economia doméstica não remunerada pode limitar a sustentabilidade e eficácia da política agrícola. Por exemplo, as mulheres produtoras podem não ter capacidade de resposta para incentivos de melhoria de preços através do aumento da produtividade se ao mesmo tempo são aumentadas as suas solicitações no seu trabalho não remunerado da esfera doméstica e que podem ter origem na redução de provisões da segurança social do estado. Por conseguinte, o conceito convencional da macroeconomia precisa de incorporar a economia doméstica não remunerada. Um dos métodos utilizados para alcançar esta medida é através dos dados de Utilização de Tempo.

Os Dados de Utilização de Tempo são importantes para a análise macro política e sectorial. Em termos do sector agrícola, um relatório mais preciso da Utilização de Tempo de homens e mulheres fornece uma melhor base para intervenções políticas do que uma que não contemple as oportunidades potenciais e restrições da sub-utilização e sobre utilização do tempo das mulheres e dos homens. Documentar a Utilização de Tempo nos cenários rurais é particularmente importante.

² Alguns países (por ex. o Canadá e a Austrália) produzem Contas Satélites que tentam medir o valor deste trabalho não remunerado.

Frequentemente assume-se que o crescimento agrícola será contra a pobreza porque aumenta a procura de trabalho, um bem que se assume que os pobres têm em excedente. A análise de género desafia este conceito argumentando que se olharmos para as actividades remuneradas e não-remuneradas dos homens e mulheres, as mulheres rurais sofrem frequentemente de escassez de tempo (Brown, 1995).

Afectação de tempo diferenciada por Género para a economia de mercado e para a economia doméstica não-remunerada

O Relatório da *PNUD* de 1995 sobre *Desenvolvimento Humano* sintetiza a evidência sobre uso de tempo em 31 países. Inclui as actividades do SCN (a economia de mercado) e outras não contempladas no SCN (aquilo a que chamamos a economia doméstica não remunerada). O Relatório refere que nos países em desenvolvimento o fosso entre géneros é maior na afectação de tempo nas áreas rurais do que nas urbanas. A razão subjacente para a divisão de trabalho entre o SCN e aquele que não é contemplado pelo SCN pode ser encontrada nas normas sociais que atribuem aos homens e mulheres certos trabalhos e responsabilidades. No entanto, as razões para a sobrecarga de tempo experimentado pelas mulheres rurais estão associadas ao consumo de tempo da natureza do trabalho em actividades não contabilizadas pelo SCN como a recolha do combustível e da água e a falta de infra-estruturas para suportar estas actividades (Evers e Walters, 2001). Este é um dos aspectos de desigualdade de género que a política pode facilmente contemplar. Este tipo de dados aponta para as necessidades da política estender a sua medição de utilização de tempo por forma a incluir ambos os tipos de actividades, e não apenas aquelas actividades baseadas no mercado que são incorporadas nas contas económicas padrão.

Os Dados de Medição de Tempo e outras formas de dados desagregados por género ajudam a ilustrar como as estruturas de produção, a atribuição de trabalho e os padrões de trabalho são influenciados pelo género. O emprego remunerado, trabalho não remunerado em empresas familiares e quintas, bem como o trabalho não remunerado levado a cabo nas casas e nas comunidades, é largamente determinado pelo género. Se observarmos a maneira como as pessoas gastam o seu tempo, verificamos que os homens e as mulheres (e uma grande faixa de rapazes e raparigas) estão raramente dispersos ao acaso por toda a economia. Em vez disto, alguns sectores e actividades são consideradas como “domínio dos homens” e outras como do “domínio feminino” e ainda dentro desta categoria mais alargada existem tarefas ou actividades que são classificadas como “trabalho de homens” (por exemplo o amanho dos campos) e “trabalho de mulheres” (que pode incluir a sementeira e a mondadura) e alguns sectores e tarefas são neutrais ao género, onde homens e mulheres participam igualmente. Claramente estas definições diferem enormemente através de áreas geográficas, classes, etnias e tempo, mas o **terreno de trabalho e de ócio, de consumo e de produção é baseado no género, apesar de em ser em diferentes graus e importância**. Isto é uma ideia fundamental que necessita ser explicitamente incorporada no contexto político.

A contagem da economia doméstica não remunerada e o reconhecimento de padrões de género e a utilização da intensidade de tempo:

- demonstra restrições no tempo das mulheres que de contrário seria ignorado na análise política (conduzindo a suposições erradas sobre a disponibilidade de mão-de-obra para trabalhar no sector agrícola);

- sugere novas possibilidades para a redução de desigualdades de género através da redução das restrições ou tempo das mulheres na recolha de água, do transporte e outras tarefas específicas da agricultura como a monda.

Consequentemente, necessitamos redefinir o nível macro da economia por forma a incluir a contribuição não contemplada das mulheres para a economia de mercado bem como o seu trabalho não remunerado na economia doméstica não remunerada (Elson, Evers e Gideon, 1997).

2.3.3 *O nível intermédio como estrutura influenciada pelo género*

O elo entre o nível macro e micro, designado por ‘meso’ ou intermédio, engloba: mercados de trabalho, factores de produção, créditos, alimentos e outros bens de consumo; infra-estruturas que incluam a parte económica e social (estradas, irrigação, educação, saúde e outros serviços sociais, incluindo programas alimentares) bem como as regras e normas institucionais que orientam o comportamento das organizações do sector público e privado que distribuem estes serviços.

As diversas políticas macroeconómicas afectam tanto os mercados como as infra-estruturas económicas e sociais que por seu lado afectarão particulares e agregados familiares. O quadro 7 apresenta uma representação gráfica destes elos.

Ligações Macro- meso-micro

Os Mercados são os elos principais entre a macroeconomia e os particulares dos agregados. Alterações nas variáveis económicas como as alterações em preços relativos ou quantidades transaccionadas alteram as condições de mercado dos particulares nos agregados e das empresas. Podem também alterar as características das instituições de mercado e consequentemente influenciar a forma como os sinais e oportunidades de mercado é transmitida aos membros do agregado.

Políticas Macro- Económicas e o nível meso

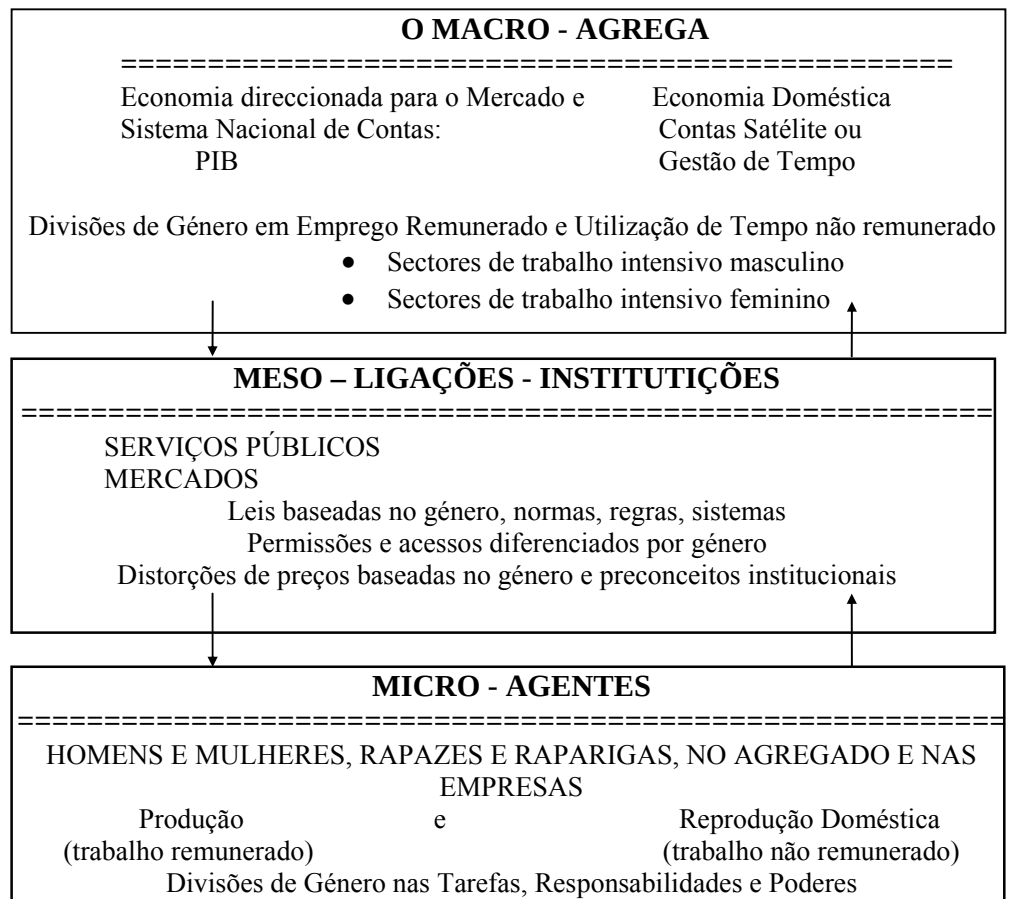
As políticas macroeconómicas afectam directamente os termos das infra-estruturas e os serviços ao nível intermédio (por exemplo os requisitos dos serviços de extensão, estradas rurais, drenagem e controle de cheias), através de políticas fiscais e gastos em serviços de apoio. Estas medidas têm efeitos imediatos nas receitas primárias dos agregados. As infra-estruturas, como a saúde, educação e programas alimentares afectam o bem-estar dos indivíduos e consequentemente a sua produtividade global e a capacidade de contribuir para os mercados. Existem muitas ligações entre os mercados e as infra-estruturas (mercados e estado das estradas, mercados e mercados alimentares, programas de obras públicas e o mercado laboral).

O nível meso e os indivíduos

Quer os mercados quer as alterações infraestruturais afectam os indivíduos, alterando os seus rendimentos de várias proveniências, posse de bens e incentivos. No entanto, a capacidade das pessoas aproveitarem os incentivos oferecidos pelas políticas e programas de desenvolvimento irão depender das suas capacidades e controle sobre os recursos produtivos, seja o seu capital humano (capacidade, conhecimento, boa saúde) capital físico (equipamento de produção e infra-estruturas básicas), capital social (redes, acesso a instituições sociais mais

abrangentes) capital natural (terra, água, recursos ambientais) e capital financeiro (poupanças, entrega de créditos).

Quadro 7: O Género em um enquadramento macro-meso-micro



Fonte: Elson, Evers e Gideon, 1997

Enquanto a motivação por detrás das políticas macroeconómicas pode ser neutra ao género, as decisões macroeconómicas afectam efectivamente de maneira distinta homens e mulheres – em muitos casos colocando as mulheres em desvantagem devido às práticas sociais e às instituições que as discriminam. Dado que a qualidade das instituições de um país são fortes determinantes dos resultados económicos (Stiglitz, 1998), então as assimetrias e preconceitos de género devem ser compreendidos como um factor que reduz a qualidade das instituições e organizações agrícolas.

A importância do nível meso para a análise e intervenções correctivas

O nível meso é onde o impacto diferenciado por género pode ser analisado e as intervenções correctivas podem ser planificados.

Existem muitas maneiras das instituições e organizações serem injustas quanto ao género. Enquanto existem casos onde os homens estão em desvantagem, as provas demonstram que a grande maioria das instituições agrícolas preferem os homens e excluem e discriminam as mulheres como beneficiárias, receptoras partes intervenientes, e participantes (Goetz, 1995; 1998). De seguida são apresentados alguns exemplos:

As áreas mais importantes do género e das restrições

- A **formação, os serviços de extensão, e a investigação** agrícolas em muitos países, são quase exclusivamente direccionados para os homens ou para as culturas masculinas, mesmo quando são as mulheres que estão encarregadas da maior parte da produção agrícola (ver Quadro 8).
- A capacidade das mulheres participarem no sector agrícola está condicionado à capacidade individual das mulheres conseguirem “arranjar” uma substituta para as suas tarefas domésticas – cuidado com as crianças, cozinhados, limpeza, etc. Isto pode ser fornecido, sem remuneração, pelas raparigas mais velhas, ou quando as mulheres têm acesso a rendimento adequado, pode ser fornecido por substitutas – empregadas, governantas, babysitters. Tanto os homens como os rapazes não são confrontados com tais restrições. Contudo no nível meso a organização de encontros públicos, programas de formação, sistemas de transporte etc. muitas vezes não têm em conta as restrições que as mulheres têm que enfrentar. Tornam-se restritas ao género não apenas porque começam por explicitamente discriminar as mulheres, mas também porque não têm em consideração o facto dos horários laborais da mulheres serem diferentes dos homens (Elson e Evers, 1997; Goetz, 1995).

Quadro 8: Influências do Género na investigação e na extensão

- No Sudão “a investigação agrícola quase não abordou preocupações específicas ao género ou não considerou o conhecimento e opinião das mulheres.” (FAO, 1997, I Parte, p. 24).
- “A maioria da ... tecnologia apropriada disponível é destinadas aos homens e não tem em consideração os interesses das mulheres. De igual forma, os serviços de extensão foram altamente restringidos a favor dos produtores masculinos”. (FAO, 1997, I Parte, p. 24).

Tais restrições resultam em oportunidades perdidas: as mulheres não conseguem aumentar a sua produtividade agrícola (frequentemente em colheitas alimentares com as quais alimentam as suas famílias) e poucos recursos públicos são desperdiçados.

Fonte: FAO, 1997.

- As redes de comunicação institucionais trabalham frequentemente de maneira preconceituosa quanto ao género. As organizações englobam meios formais e informais de comunicação e comportamento que facilitam ou obstaculizam uma acção eficaz quer dos particulares quer das próprias organizações. Tanto as mulheres como os homens funcionam frequentemente em circuitos diferente – clubes, sociedades, locais de encontro informais. Os decisores das políticas agrícolas precisam compreender como tais circuitos funcionam, e por exemplo, o alcance da informação que é transmitida entre os circuitos das mulheres e dos homens.
- Os bens de mercado fornecem outro exemplo de estruturas com preconceitos de género a nível meso. As alterações nos incentivos de preço por si só, não são suficientes para obter uma resposta de oferta. Reforçar as **estruturas de marketing** no sector das culturas de subsistência para aliviar o acesso e a melhoria do termos participativos das mulheres é essencial para uma

resposta de oferta sustentável no sector alimentar gerido pelas mulheres (SIDA, 1996; UWONET, 1995; Wøld, 1997). O Quadro 9 apresenta um exemplo de assimetrias de género nos mercados de cereais da Guiné.

- A redução da **infra-estrutura social** pode implicar uma transferência dos custos dos cuidados da economia remunerada para a economia doméstica não remunerada, com repercussões particulares sobre as mulheres.
- **Os sistemas de gestão participativa**, que promovem os sistemas laborais orientados para os trabalhadores, tradicionalmente excluem as mulheres porque a sua contribuição para a força laboral frequentemente mantém-se invisível e irreconhecível. Quando participam, as mulheres têm frequentemente dificuldade em fazer ouvir as suas opiniões.

Quadro 9: Assimetrias de Género nos mercados de cereais da Guiné

Na Guiné, onde as mulheres estão largamente ocupadas na produção e venda de sementes:

- os homens controlam as decisões estratégicas, os bens-chave e o acesso à informação;
- os homens dominam o comércio de longa distância e interregional, e o sistema de mercado como um todo é controlado por homens que limitam o potencial comercial de negócio das mulheres;
- as mulheres têm que fazer face a custos mais elevados do que os seus equivalentes masculinos: os seus custos de vendas por atacado são 12% maiores; os custos de transporte são 55% maiores e os custos de armazenagem são 200% maiores do que os dos homens.

Fonte: Harriss-White, 1998

2.3.4 O contexto micro

Conjecturas sobre o agregado

A maior parte das análises políticas trata o agregado como uma unidade indiferenciada, apesar das provas impressionantes das diferenças significantes baseadas no género sobre o controle do rendimento e sobre os recursos bem como diferenças baseadas no género nas preferências e padrões de despesas (Dwyer e Bruce, 1988; Haddad e *al.*, 1997). O que pode originar diferentes poderes sobre os recursos de bem-estar (incluindo a alimentação) dentro do agregado. As mulheres, que são em larga escala, responsáveis pela segurança alimentar do agregado, frequentemente têm pouco a dizer na utilização do rendimento das culturas de exportação controladas pelos homens. Consequentemente é incorrecto assumir que o aumento no rendimento líquido do agregado irá automaticamente compensar os decréscimos na produção de alimentos para o agregado.

Os dados apresentados em muitos países demonstram que as mulheres gastam mais recursos extras na melhoria do bem-estar familiar do que os homens (Alderman, *et al.*, 1997; Dwyer e Bruce, 1988).

Ao tratar o agregado como uma unidade singular indiferenciada, os serviços públicos podem inadvertidamente canalizar mais recursos para os homens e menos

para as mulheres e crianças. Por exemplo, o fornecimento de senhas alimentares (ou outro tipo de ajuda alimentar) para cabeças de casal masculinas pode ter pouco impacto no consumo alimentar das mulheres e raparigas dentro do agregado.

Tratar o agregado como uma unidade singular pode também originar a sobre estimação do padrão de vida das mulheres e raparigas dentro do agregado, uma vez que a distribuição do rendimento intra-familiar favorece frequentemente muito mais os rapazes e homens do que as mulheres e raparigas – consequentemente estas são relativamente menos alimentadas e/ou menos instruídas (em termos económicos diríamos que existem diferenças de género no *conjunto de direitos* do agregado).

Observando o interior do agregado

Se não observarmos a composição do agregado, implicitamente estamos a considerá-lo (ou classificá-lo) como sendo relativamente homogéneo com uma distribuição equitativa de recursos e de atribuição racional de tempo para as actividades comerciais e não comerciais. Contudo, precisamos redefinir e desagregar o nível micro para observar as relações entre homens, mulheres, rapazes e raparigas. Ao observarmos o interior do agregado permite-nos identificar intervenções políticas apropriadas e prever de igual modo as respostas a nível do agregado. Os decisores políticos precisam encontrar respostas para as seguintes questões:

- *Quem é responsável por cada colheita?*
- *Quem controla os recursos?*
- *Quem toma as decisões sobre os gastos e investimentos?*
- *Quem beneficia do rendimento adicional do agregado?*

2.4 MOTIVOS EFICIENTES PARA INCORPORAR O GÉNERO NAS POLÍTICAS DE SECTOR E NAS MACRO POLÍTICAS

As políticas macroeconómicas influenciam os incentivos e disponibilidade de recursos no sector agrícola. A resposta à alteração destes incentivos depende da meso-economia (mercados, intra-estrutura e instituições) e micro estruturas (agregados e acesso feminino e masculino aos recursos, atribuição laboral e poder decisório dentro dos agregados). As políticas macroeconómicas afectam de modo distinto homens e mulheres devido à forma como é controlado o acesso aos recursos produtivos (capital humano, financeiro, físico e social) e devido à existência de instituições que excluem as mulheres das oportunidades económicas.

Efeitos intencionais ou contrários das políticas

Se este contexto de desenvolvimento baseado no género não for tido em conta, as políticas macroeconómicas podem gerar efeitos indesejáveis ou contraproducentes que acarretará custos em termos de eficiência e sustentabilidade de desenvolvimento bem como em termos de equidade. Por exemplo, os decisores políticos podem assumir que os proveitos das trocas externas gerados pelo aumento da produção de culturas comerciais para exportação, após a desvalorização podem ser distribuídos para a importação de alimentos. Em vez disto, a segurança alimentar do agregado pode ser posta em causa de duas formas:

Primeiro, a procura de produção de culturas comerciais dominadas pelos homens sobre o trabalho e terra das mulheres e homens pode originar reduções na produtividade e ou nos resultados das culturas intensivas de subsistência das mulheres (Evers e Walters, 2000).

Segundo, a predominância de produção de culturas comerciais masculinas pode resultar no declínio da partilha ou da quantia absoluta do rendimento familiar debaixo do controle das mulheres. Menos dinheiro sob o controle das mulheres pode significar uma menor verba de gastos distribuídos para o bem-estar familiar. Isto não significa que as políticas macro devam ser necessariamente abandonadas, mas são necessárias políticas e programas de sector apropriadas concentradas nas parcialidades do género.

2.5 MANDATOS INTERNACIONAIS PARA INCORPORAR O GÉNERO NAS POLÍTICAS DE SECTOR E NAS MACRO POLÍTICAS

Embora este Manual esteja centrado em motivos eficazes para incorporar o género nas políticas macro e nas políticas de sector, vale a pena recordar que existem fortes motivos de equidade para o fazer. Muitos países aderem a estes motivos de equidade através do seu apoio a agências multilaterais e da sua participação no movimento internacional para os direitos humanos.

Existe grande número de mandados e convenções sobre equidade de género. Os compromissos governamentais sobre equidade de género encontram-se documentados nos mecanismos sobre direitos humanos das Nações Unidas, nas convenções da Organização Internacional do Trabalho, nos acordos das NU e nos documentos da FAO, como:

- **A Declaração da Cimeira Mundial sobre Alimentação: cinco anos depois (2002), e o Plano de Acção de 1996 da Cimeira Mundial sobre Alimentação**, que comprometeram os governos a reduzir para metade o número de famintos do mundo até 2015 e também a promover o igual acesso de mulheres e homens aos alimentos, água, terra, crédito e tecnologia e reafirmar a necessidade de assegurar a equidade de género e apoiar o *empoderamento* das mulheres.
- **O Plano de Acção da FAO sobre Género e Desenvolvimento (2002-2007)** que promove a integração da perspectiva de género em todas as suas áreas técnicas.
- **A Declaração do Milénio das Nações Unidas (2000)** que têm como objectivo específico a promoção da equidade de género e o *empoderamento* das mulheres.
- **A Declaração e a Plataforma de Acção de Pequim** que compromete governos e outros intervenientes:
 - a promover e proteger os direitos humanos das mulheres, incluindo direitos iguais de herança;
 - a promover uma política activa e visível com uma *integração da perspectiva* de género em todas as políticas e programas, de maneira a que antes das

tomadas de decisão seja feita uma análise do impacto que estas tomadas de decisão têm nos homens e nas mulheres;

- a apoiar estratégias para reduzir a desigualdades de género através de políticas e desenvolvimento de estratégias macroeconómicas que contemplem as necessidades das mulheres pobres;
 - a rever as leis e práticas administrativas de forma a garantir a igualdade de acesso aos recursos económicos e de direitos das mulheres;
 - a conceder às mulheres o acesso às instituições e aos mecanismos de poupança e crédito;
 - a desenvolver metodologias baseadas no género e conduzir investigações orientadas para a feminização da pobreza e reconhecer que a pouca atenção prestada à análise de género significou que as contribuições e preocupações das mulheres continuam frequentemente a ser ignoradas nas estruturas económicas;
 - a proceder a reformas de maneira a conceder direitos iguais aos homens e mulheres no acesso aos recursos económicos, incluindo o acesso à propriedade e controle das terras e outras formas de propriedade;
 - a suprimir os obstáculos às capacidades das mulheres para comprar, possuir e vender propriedades e terras de forma igual aos homens.
- **A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW)** que destaca todas as formas de discriminação contra as mulheres.
 - **O Acordo Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais (ICESCR)**, que engloba o direito a um modo de vida adequado para mulheres e homens.
 - **A Segunda Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Direitos Humanos (1993)**, em Viena, que reconhece os direitos das mulheres como direitos humanos na Declaração e Programa de Acção de Viena.
 - **Convenções da OIT** que comprometem os governos a promover medidas legais para eliminar a discriminação contra as mulheres empregadas, com base no sexo, idade, situação matrimonial ou familiar e a alterar as políticas que reforcem a divisão de género no trabalho de forma a promover partilha igual das responsabilidades familiares no trabalho doméstico não remunerado.

REFERÊNCIAS

- Alderman, H., P. Chiappiori, L. Haddad, J. Hoddinott, R. Kanbur (1995). *Unitary versus collective models of the household: It is time to shift the burden of proof*, World Bank Research Observer, Vol. 10. No. 1, pp. 1-19.
- Baden, S. (1996). Gender Issues in Agriculture Market Liberalisation, Topic Paper prepared for Directorate General for Development, European Commission, Brussels, mimeo.
- Brown, L. (1995). Gender and the Implementation of Structural Adjustment in Africa: Examining the Micro-Meso-Macro Linkages, A synthesis of a Three country Case Studies: Ghana, Zambia, Mali, Report prepared for the Africa and Middle East division, Canadian International Development Agency, IFPRI, Washington DC. mimeo.
- Bunning, S. and Hill, C (1996). *Farmers' Rights in the Conservation and Use of Plant Genetic Resources: A gender Perspective*, FAO, Rome.
- Dwyer, D. and Bruce, J. (1988). *A Home Divided: Women and Income in the Third World*, Stanford University Press, Stanford.
- Elson, D. Baden, S. and Reardon, G. (1998). Gender and Market Liberalisation, Paper presented to the Workshop on Integrating Gender Issues in Programme Aid, Sector Investment Programmes, Market Reform and Other Forms of Economic Policy Assistance, DAC Working Party on Gender Equality, OECD, Paris, 6-7 May, mimeo.
- Elson, D. (1994). *Micro, Meso, Macro: Gender and Economic Analysis in the context of Policy Reform*, in Bakker, I., *The Strategic Silence: Gender and Economic Policy*, Zed Books, London.
- Elson, D. and Evers, B. (1998). Sector Programme Support: A Gender-aware Analysis, Genecon Unit, Graduate School of Social Sciences, University of Manchester, mimeo.
- Elson, D. and Evers, B. (1997). Gender-aware Country Economic Reports: Uganda, Working Paper No. 2, Genecon Unit, Graduate School of Social Sciences, University of Manchester, mimeo.
- Elson, D., Evers, B. and Gideon, J. (1997). Gender-aware Country Economic Reports: Concepts and Sources, Working Paper No. 1, Genecon Unit, Graduate School of Social Sciences, University of Manchester, mimeo.
- Elson, D., Evers, B. and Turner, J. (1998). Transport Sector Programme Support: a Gender-aware Analysis, Genecon Unit, Graduate School of Social Sciences, University of Manchester, mimeo.
- Evers, B. and Walters, B. (2001). *The Model of a Gender Segregated Low-Income Economy Reconsidered: Evidence from Uganda*, Review of Development Economics, Vol. 5, No. 1.
- Evers, B. and Walters, B. (2000). *Extra-Household Factors and Women Farmers' Supply Response in Sub-Saharan Africa*, with Bernard Walters, 2000, World Development, Vol. 28, No. 7, pp. 1341 - 1345.

- FAO (2000). Gender and Food Security, The Role of Information: Strategy for Action, FAO, Rome.
- FAO (1999). Filling the data gap: Gender-sensitive Statistics for Agricultural Development, FAO, Rome.
- FAO (1998). Rural Women and Food Security: Current Situation and perspectives, FAO, Rome (www.fao.org/gender).
- FAO (1997). Republic of Sudan, National Programme for the Development of Agriculture, Livestock and Irrigation Sectors, Policy Assistance Branch, FAO Regional Office for the Near East, May, Cairo.
- FAO (1995). *A fairer Future for Rural Women*, FAO, Rome.
- Feminist Economics, *Special Issue: the Unpaid Economy*, Vol. 2, No. 3, 1998.
- Goetz, A. (1998). Getting Institutions Right for Women in Development, Zed, London.
- Goetz, A., (1995). Macro-Meso-Micro Linkages: Understanding Gendered Institutional Structures and Practices, Paper presented to the SAGA Workshop on Gender and Economic Reform in Africa, Ottawa.
- Haddad, L, J. Hoddinott and H. Alderman (eds) (1997). Intrahousehold Resource Allocation in Developing Countries, Models, Methods, and Policy, Johns Hopkins University Press, Baltimore and London.
- Harris-White, B. (1998). *Female and Male Grain Marketing Systems: Analytical and Policy Issues for West Africa and India*, in Jackson C. and Pearson, R. (eds) *Feminist Visions of Development: Gender Analysis and Policy*, pp. 189 - 213. Routledge, London and New York.
- Hill, A. and King, E. (1995). *Women's Education and Economic Well-being*, Feminist Economics, Vol. 1, No. 2, pp. 21-46.
- Karl, M. (1996). *Inseparable: The Crucial Role of Women in Food Security*, Manila, Isis International.
- IFPRI (International Food Policy Research Institute) (1992). Understanding How Resources are Allocated within Households, Policy Briefs 8, IFPRI and the World Bank, Washington, DC.
- Mackintosh, M. (1997). Public management for social inclusion, Keynote Paper for the Conference on Public Management for the Next Century, Manchester, June 29 - July 3, mimeo.
- Palmer, I. (1994). *Social and gender issues in macro-economic policy advice*, Policy Paper (Draft), Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit, GTZ, Frankfurt, mimeo.
- Pearson, R. (1995). *Bringing It All Back Home: Integrating Training for Gender Specialists and Economic Planners*, World Development, Vol. 23, No. 11, pp. 1995-1999.

- Saito, A. and Spurling, (1994). Raising the Productivity of Women Farmers in Sub-Saharan Africa, World Bank Discussion Paper, Africa Technical Department Series, No. 230, Washington DC.
- SIDA (1996). Uganda, Country Gender Profile, Department for East and West Africa and Department for Policy and Legal Issues, Draft, Stockholm, February.
- Stiglitz, J. (1998). More Instruments and Broader Goals: Moving Toward the Post-Washington Consensus. Paper presented to the World Institute for Development Economics Research Annual Lecture, Helsinki, 7 January.
- Tibaijuka, A. (1994). *The cost of differential gender roles in African agriculture: a case of smallholder banana-coffee farms in the Kagara region, Tanzania*, Journal of Agricultural Economics, Vol. 45, No.1, pp. 69-81.
- UN, (1995). The World's Women 1995: Trends and Statistics, United Nations Statistical Division, New York.
- UNDP(PDNU) (1995). Human Development Report, 1995, Oxford University Press, New York.
- UNIFEM (United Nations Development Fund for Women) (2000). Progress of the World's Women 2000, UNIFEM, New York.
- UWONET (Uganda Women's Network) (1995). Women and Structural Adjustment: A Case Study of Arua District, Uganda, Uganda Women's Network, Kampala, August.
- World Bank, (1990). Making Adjustment Work for the Poor: A Framework for Policy Reform in Africa, World Bank, Washington DC.
- Wøld, B., (ed) (1997). Supply Response in a Gender Perspective: The Case of Structural Adjustment in Zambia, Report 97/23, Statistics Norway, Oslo.

Recursos electrónicos

- Para aceder aos compromissos da FAO sobre igualdade de género e actividades sensíveis ao género, consultar: <http://www.fao.org/gender/>
- Para um conjunto diversificado de recursos sobre igualdade de género, de direitos e investigação sensível ao género, acções e análises, incluindo listagens das NU e outros compromissos sobre igualdade de géneros, consultar: <http://www.unifem.org/>, BRIDGE em <http://www.ids.ac.uk/ids/> e <http://www.thecommonwealth.org>.

Módulo 3

**O que acontece quando os decisores não
são sensíveis à dimensão de género?**

MÓDULO 3

O QUE ACONTECE QUANDO OS DECISORES NÃO SÃO SENSÍVEIS À DIMENSÃO DE GÉNERO?

OBJECTIVOS

Neste Módulo aprenderá sobre:

- Algumas das consequências negativas das reformas que aparecem quando o contexto de desenvolvimento – incluindo os assuntos de género – não são tidos em consideração pelos decisores políticos.
- As ineficiências originadas pelas desigualdades e preconceitos de género.
- As ligações entre os níveis macro, intermédio e micro da economia e as razões porque o género deve ser o fio condutor nas políticas a nível sectorial e intermédio.

CONTEÚDO

- 3.1 Os efeitos das políticas de reforma económica
- 3.2 As ligações macro-intermédio-micro
- 3.3 Exercícios e recursos posteriores

3.1 OS EFEITOS DAS POLÍTICAS DE REFORMA ECONÓMICA

Ao longo das duas últimas décadas muitos países em desenvolvimento levaram a cabo programas de grande reforma económica com ênfase na liberalização. Alguns programas incluíam:

- Desvalorização das taxas de câmbio e outras alterações de preços;
- Liberalização do comércio internacional;
- Privatização do mercado, entrada e entrega de serviços;
- Reduções em despesas governamentais e actividades directas.

**As
alterações
de políticas
geram
vencedores
e vencidos**

Quase todas as alterações de políticas geram vencedores e vencidos; só muito poucas beneficiam todos de igual modo. O objectivo desta secção é examinar os casos onde as alterações de políticas originam vencidos que sejam mulheres e verificar os efeitos negativos que estas alterações produzem no bem estar do agregado ou na economia rural.

A capacidade das mulheres para ocuparem o seu tempo em outras actividades em resposta às alterações nas oportunidades de mercado (por ex. aumento de preços no produtor ou vagas de emprego) pode ser restringida pelas normas sociais que

definem diferentes papéis económicos e sociais para homens e mulheres, limitando a substituição do tempo laboral das mulheres e homens. A economia doméstica, com as suas assimetrias no controle sobre os rendimentos, pode tornar impossível a transmissão de incentivos de alteração de preços para as mulheres. Por exemplo:

taxas de exportação reduzidas e depreciação

- As reduções nas taxas de exportação combinadas com uma depreciação de taxas de câmbio concedem incentivos para aumentar a produção de culturas comerciais em detrimento das culturas de subsistência, frequentemente um bem não negociável, e na maioria dos casos sob a responsabilidade das mulheres.
- O aumento da agricultura comercializável pode resultar no aumento do trabalho familiar, e consequentemente diminuir os benefícios da educação relativamente aos benefícios da utilização de trabalho infantil (com maior incidência sobre as raparigas).

A redução da despesa pública pode passar o suprimento dos serviços para a economia doméstica

- O corte nas despesas de segurança e de serviços sociais como a saúde pode passar esses suprimentos da economia paga para a economia não reconhecida do agregado familiar, originando uma maior procura do tempo das mulheres para o cuidado das crianças, dos doentes e dos idosos, reduzindo desta forma o tempo disponível para a produção de alimentos e actividades remuneradas (ECOSOC, 1999).
- O desinvestimento em infra-estruturas comunitárias como os sistemas de fornecimento de água também aumentará a sobrecarga das mulheres. Tais alterações podem colocar um excesso de procura do tempo das mulheres inibindo a sua resposta aos incentivos de alteração. Embora os cortes nas despesas públicas sejam vistos como uma melhoria do sector público, estas poupanças podem apenas representar uma transferência de custos da economia de mercado para a economia não remunerada de reprodução social (Elson, Evers and Gideon, 1997). Por conseguinte, os cortes nas despesas públicas que aparentemente podem ser consideradas como ‘medidas financeiras’ podem ter como consequência efeitos negativos, que podem enfraquecer a sustentabilidade da balança fiscal (Palmer, 1991) ou ameaçar o bem-estar familiar, incluindo a segurança alimentar e o estatuto nutricional. Se a carga do tempo das mulheres for aumentada de forma a pôr em causa a sua capacidade de trabalharem na economia orientada para o mercado, esta originará a redução de proveitos, restringirá as receitas de impostos e a capacidade da economia aumentar a produtividade como esperado.

Em conclusão, os decisores políticos devem estar conscientes da má interpretação que o trabalho feminino tem um custo marginal reduzido (ou seja, o custo de uma hora extra do tempo feminino é baixo) e é altamente elástico aos choques ou sinais de ajustamento económicos, e consequentemente disponível em qualquer altura para preencher as necessidades da família, da comunidade e do mercado (Elson, 1991; Palmer, 1994).

Necessidades de políticas complementares

Por outro lado, com políticas complementares apropriadas para aliviar as restrições do tempo feminino e melhorar o seu acesso ao mercado, políticas como a desvalorização pode originar proveitos para as mulheres produtoras e para as suas famílias, ao mesmo tempo que expandem a produtividade e as exportações

nacionais, conforme é demonstrado no caso do Uganda (Quadro 10). No entanto, a expansão das exportações agrícolas não tradicionais ainda não quantificou a extensão dos danos causados ao bem estar da nutrição das crianças e da educação das raparigas (Elson and Evers, 1997).

Quadro 10: As Mulheres e a produção de produtos de exportação não-tradicionais no Uganda

No Uganda a política macroeconómica de desvalorização das taxas de câmbio tem sido usada como uma ferramenta chave para estimular a produção de bens de troca, especialmente as exportações agrícolas.

Um aspecto importante da diversificação agrícola em resposta à desvalorização tem sido a expansão de exportações agrícolas não tradicionais (NTAEs) como o milho, as sementes, o feijão verde e flores. Tais colheitas são predominantemente actividades das mulheres.

Entre 1992 e 1996 a taxa de exportação da NTAE aumentou de 21.3% para 34.5%. As NTAEs ofereceram novas oportunidades para as mulheres no Uganda. Nestas circunstâncias, as mulheres participaram directamente nos mercados de bens agrícolas e tomaram decisões sobre como responder às alterações aos preços relativos que tiveram que enfrentar.

Os decisores políticos têm que garantir que as mulheres produtoras tenham acesso aos recursos necessários que lhes permitam a resposta necessária para os incentivos de preços.

Fonte: Elson and Evers, 1997.

As políticas para minorarem as restrições de tempo das mulheres e melhorarem o seu acesso ao mercado podem ser legislações que garantam o direito da terra às mulheres e a liberalização dos mercados como o mercado de crédito. O afastamento do crédito estatal em prol de uma produção de colheitas específicas para uma liberalização de um mercado financeiramente mais sustentável pode beneficiar agregados mais pobres incluindo agregados encabeçados por mulheres. Estes agregados com rendimentos mais baixos tendem a diversificar as suas fontes de rendimento e consequentemente podem ser potenciais beneficiários de um sistema financeiro que não canaliza o crédito para a produção de uma estreita faixa de colheitas.

As políticas e programas complementares devem também ser direccionados para infra-estruturas sociais e económicas mais eficientes e vocacionadas para os pobres de forma a reduzir a carga laboral das mulheres (por ex.: sistemas comunitários de distribuição de água) e aumentar o seu capital humano (serviços de saúde e educação).

Em conclusão, uma abordagem sensível ao género, nos programas de reforma económica, pode fortalecer a justificação para apoiar estas políticas. As mulheres poderão responder mais facilmente a macro políticas e a incentivos quando estas integram medidas complementares vocacionadas para o incremento do controle das mulheres sobre os recursos, bem como a melhoria da produtividade feminina e/ou

a redução da carga horária das mulheres nas actividades domésticas não remuneradas.

3.2 AS LIGAÇÕES A NÍVEL MICRO, INTERMÉDIO E MACRO

Actualmente é vastamente aceite que as políticas macroeconómicas têm um efeito profundo no sector agrícola dos países em desenvolvimento. Por exemplo, o texto da FAO (2003) sobre “Política de Desenvolvimento Agrícola: Conceitos e Experiências” define:

“Uma área especialmente mencionada nos tópicos, que deve ser desenvolvida são as interligações entre as políticas macroeconómicas e as agrícolas. As decisões macroeconómicas são efectivamente os principais determinadores dos preços agrícolas. Também influenciam em grande escala as previsões para as trocas agrícolas, e por estas razões têm um poderoso efeito sobre a própria produção agrícola”.

Os determinantes chave do desempenho agrícola são:

- **Incentivos**
- **Recursos**
- **Acesso**

Para poder funcionar eficazmente, um produtor necessita três coisas básicas: **incentivos** adequados para produzir, um **recurso básico** garantido (terra arável, água) e **acesso** aos mercados para compras e vendas, incluindo a tecnologia. Nesse sentido, as políticas agrícolas englobam os três seguintes componentes alargados:

- **Política de preços**, a qual é determinada em grande parte pelas políticas macroeconómicas (por ex.: as taxas de câmbio, preços, impostos);
- **Política de recursos** (por ex.: posse da terra, gestão dos recursos naturais como a água, da pesca, das florestas, da terra);
- **Política de acesso**, como o acesso às compras agrícolas, às vendas nos mercados e à tecnologia; e política financeira rural como pré-requisito, em muitos casos, para obter lucros e produtos comercializáveis.

Os decisores políticos do sector agrícola, têm pouca influência sobre a política macroeconómica. Decisões sobre as taxas de câmbio ou de juro são frequentemente tomadas pelo Ministério das Finanças ou pelo Banco Central. No entanto, os decisores políticos podem, ter alguma influência sobre a política fiscal como as taxas e a distribuição da despesa pública, e sobre a liberalização do comércio da esfera agrícola.

O Quadro 11 mostra o impacto das políticas macroeconómicas na agricultura.

Quadro 11: O impacto das políticas macroeconómicas na agricultura

Política macroeconómica	Impacto na Agricultura
Ajuste das taxas de câmbio	Alteração do preço das exportações e importações agrícolas.
Liberalização do comércio	Alteração do preço interno das exportações, importações e substitutos importados agrícolas.
Redução das taxas de importação	
Supressão das quotas de importação	
Redução dos subsídios/impostos sobre as exportações	Aumento da competição das importações, pode aumentar as oportunidades de exportação.
Política Monetária:	
Alteração das taxas de juro	Alteração da disponibilidade e custo da finança rural, alteração dos incentivos de poupança.
Política fiscal:	
Alteração de taxas e custos de utilização para serviços públicos	Afecta o custo e disponibilidade de serviços públicos fornecidos por homens e mulheres produtores.
Redução de subsídios	
Redução de/ou alteração da distribuição de despesas públicas	
Privatização de actividades governamentais	

Os aspectos de género das políticas macroeconómicas normalmente não são entendidos nem explícitos. É importante o reconhecimento que as mulheres não são apenas os potenciais beneficiários do desenvolvimento; são também fundamentais para a produção agrícola e para o bem-estar do agregado. Uma vez atribuídas as condições necessárias, as mulheres podem jogar um papel muito importante como agentes de alteração. É crescente o reconhecimento que as mulheres representam uma força capital na alteração rural, um grupo sobrecarregado de trabalho, mas com poucos recursos, que pode fazer disparar a produtividade da força de trabalho, alicerçar a segurança alimentar e o crescimento geral agrícola. Quando lhes é concedido acesso e controlo adequado dos recursos, as mulheres têm respondido de forma positiva aos incentivos oferecidos pelas alterações macropolíticas e têm jogado um papel primordial na produção de culturas comerciais.

De uma perspectiva política, isto implica que:

O papel do estado

- Existe um papel para o estado promover incentivos de forma a igualar o acesso aos recursos produtivos por género e a criar um enquadramento legal e regulador que trate homens e mulheres em igualdade de circunstâncias, e
- reformas sectoriais sensíveis ao género a nível intermédio podem ser necessárias para garantir a equidade apropriada e os proveitos eficientes das políticas macroeconómicas.

Ligações Macro-Intermédias-Micro e negócios Intrafamiliares

Uma maneira útil de usar o enquadramento macro-intermédio-micro para analisar os efeitos das macropolíticas e políticas sectoriais é concentrar a forma como no nível intermédio, o contexto de desenvolvimento baseado no género (por ex: os direitos das terras baseados no género; assimetrias de género nos bens e mercados de trabalho, e no acesso às infra-estruturas físicas e sociais) medeia o impacto das macropolíticas e das políticas sectoriais através do processo dos negócios internos do agregado (micro).

o negócio interno do agregado

Existe uma ampla evidência da contribuição das restrições baseadas no género, no fraco desenvolvimento agrícola e humano em muitas das economias africanas sub-Saharianas (Elson and Evers, 1997; Palmer, 1991, 1994). Indicam que o retrato das mulheres como passivas, vulneráveis e dependentes está longe de ser o correcto. Na prática, a interacção entre homens e mulheres envolve um processo complexo de negócio que pode ser alterado com o tempo e as circunstâncias e pode ser influenciado pelas políticas. De importância particular é o papel dos direitos de terra (e outros activos) no processo de negócio interno do agregado. A posse de terra e direitos de uso influenciam crucialmente o poder negocial das mulheres e homens dentro do agregado.

... através da entrega de recursos à produção e ao consumo

A inter-relação das esferas sociais e económicas (reacção à cultura e fornecimento agrícola) por um lado, e o nível intermédio e micro (a estrutura dos direitos de propriedade e poder de decisão dentro do agregado) por outro lado, podem ser mais facilmente entendidos no enquadramento do negócio do agregado. Esta é uma ideia central que pode ajudar os decisores políticos a desenharem políticas agrícolas mais equitativas e eficientes.

Papéis definidos pelas normas sociais, no acesso aos recursos de homens e mulheres

Por exemplo, as normas sociais estão na base da atribuição da terra e do trabalho na agricultura. Isto reflecte-se na demarcação da terra quanto ao género nas colheitas femininas (que pode ser cultura de subsistência para o mercado ou para o aprovisionamento familiar) e masculinas (tipicamente, mas não exclusivamente, colheitas para exportação). Estas normas também se reflectem na definição das tarefas quanto ao género, onde os homens podem ser responsáveis pela limpeza dos campos e as mulheres encarregam-se da monda e de grande parte do transporte e do trabalho pós-colheita, enquanto a colheita pode ser partilhada ou dividida entre eles. Estas demarcações criam possibilidades de conflito entre distintos sectores - cultura de subsistência gerida por mulheres e cultura lucrativa gerida por homens – mas também possibilidades de cooperação. Esse nível de cooperação na produção e o processo através do qual lidam com os conflitos relacionados com a atribuição de recursos para a produção e consumo pode ter origem nos processos de negociação explícita e implícita (Evers and Walters, 2001).

... e que influenciam respostas diferentes nas políticas

De forma a compreender os resultados das políticas de ajustamento ao nível dos agregados, as diferenças de género em preferências e prioridades devem ser contabilizadas no processo político. O que envolve as diferenças de género pós-padrões de gastos – onde os homens e mulheres diferem na forma como pretendem atribuir rendimentos extras do agregado para a alimentação, vestuário ou cuidados infantis. Alternativamente, também envolve as diferenças de género nas decisões de risco, preferências para certos tipos de cultura ou de semente, etc. Este tipo de

evidência precisa estar contemplado no contexto do desenvolvimento do nível micro.

Por consequência, os critérios de como o sector agrícola irá responder às reformas macro e às reformas agrícolas podem ser obtidos olhando para os processos da decisão de políticas dentro do agregado como parte do contexto de desenvolvimento (Evers and Walters, 2001). Como resposta à desvalorização e outros incentivos para aumentar a produção para exportação é importante formular a seguinte questão: Como é que os agregados destinam os seus recursos às culturas tradicionais de rendimento, às culturas de subsistência (incluindo as Exportações Agrícolas Não-Tradicionais (EANTs ou NTAEs em inglês) e de consumo interno) e ao trabalho doméstico não remunerado? Quais são os factores a nível intermédio (no âmbito extra-agregado) que são susceptíveis de influenciar as decisões dentro do agregado? A forma como a oferta interna responde aos novos incentivos não é apenas susceptível aos preços, mas é também influenciada pelas normas de género, negócios intrafamiliares, bem como outros factores ao nível intermédio como as estrutura do direitos às terras e discriminação de género em bens e mercados de trabalho. Estes factores são por conseguinte potenciais variáveis políticas.

Os factores que influenciam as decisões ao nível intrafamiliar devem ser determinados empiricamente

Baseando-se em dados concretos do Sudoeste Asiático, Agarwal (1997) analisa a influência relativa dos **factores extra familiares** na **decisão intra familiar** e na destinação de recursos resultantes nos agregados. A importância dos direitos de propriedade e as normas sociais foram factores de grande influência nos negócios intra familiares no contexto do Sudoeste Asiático. Contudo, a identificação de qual dos factores influencia particularmente o negócio familiar deve ser determinado empiricamente.

Uma abordagem ao negócio familiar pressupõe que é incorrecto assumir que novas estruturas de incentivo e reformas agrícolas irão aumentar a produção de culturas de exportação tradicionais e não tradicionais e aumentar os rendimentos familiares e potenciar uma melhor segurança alimentar familiar. Uma abordagem ao negócio familiar demonstra como as estruturas *extra familiares* podem funcionar como um impedimento para a resposta de fornecimento e/ou bem-estar familiar devido à forma como influenciam as decisões intra familiares e destinação de recursos.

Num contexto de direitos de propriedade com precedência masculina, uma abordagem de negócio de feira pode prever que a resposta de suprimentos agrícolas resultará numa expansão das culturas masculinas, e talvez nas culturas femininas (EANTs), mas pode originar implicações danosas na segurança alimentar e no bem estar familiar (Evers and Walters, 2001). Por conseguinte, os decisores políticos devem considerar a abordagem do mercado familiar como parte do desenho das políticas (Quadro 12).

Quadro 12: Influências nas negociações intra familiares

A literatura sobre negócios familiares demonstra que as diferenças nos factores extra-familiares – onde as políticas têm um nível significativo – podem afectar de forma distinta o poder negocial de homens e mulheres dentro do agregado. O que irá afectar a distribuição de recursos intra-familiares, incluindo tempo de trabalho, activos e rendimentos, e consumíveis como a comida.

Por outras palavras, a literatura sobre negócios familiares apresenta uma importante lição para os decisores políticos apesar dos agregados serem caracterizados por normas culturais que definem diferentes status, papeis e responsabilidades às mulheres e aos homens, as decisões de políticas públicas podem influenciar o processo decisório dentro do agregado de forma a alcançar um resultado mais equitativo no consumo e produção.

Fonte: Evers and Walters, 2001.

O quadro 13 demonstra como os direitos de propriedade e de negociação podem influenciar o resultado das políticas macro.

Quadro 13: A influência dos direitos de propriedade e de negociação no resultado das políticas macro

Como resposta à desvalorização, os homens podem expandir a produção de culturas vendáveis por forma a maximizar o seu rendimento. Isto pode reduzir o tamanho dos lotes de produtividade das mulheres se resultar na deslocação das culturas das mulheres para terras mais distantes e ou com menor produtividade para produção de alimentos. A falta de controlo das mulheres sobre a terra está associada ao seu limitado controlo sobre o seu próprio trabalho, e ainda menor influência sobre o trabalho do seu marido. O controle dos homens sobre as terras da família fortalece a sua capacidade de comandar o tempo de trabalho da sua mulher de forma a maximizar o seu rendimento.

Na Tanzânia, fortalecidos pelos direitos à terra, os homens foram capazes de aumentar a produção de milho através da negociação do aumento do horário de trabalho das suas mulheres. Contudo, as mulheres produtoras que não detinham controle absoluto das suas terras foram menos capazes de negociar aumentos na contribuição do trabalho dos seus maridos para as suas próprias culturas, o que veio dificultar a sua capacidade de aumentar a produção de alimentos (Wold, 1997).

Isto tem implicações na capacidade das mulheres obterem rendimentos através da produção e manuseamento de alimentos o que é sobremaneira importante à medida que a produção agrícola se orienta mais para o exterior e para o mercado em resposta às reformas estruturais e financeiras.

Fonte: Evers and Walters, 2001.

3.3 EXERCÍCIOS E RECURSOS SUPLEMENTARES

3.3.1 *Exercício*

O módulo 9 contém um exercício com objectivos para políticas de análise de género e gastos públicos.

3.3.2 Recursos

Evers, B. and Walters, B. (2000), “Extra-Household Factors and Women Farmers’ Supply Response in Sub-Saharan Africa”, *World Development*, Vol. 28, No. 7 and Evers, B. and Walters, B. (2001) *Review of Development Economics* fornecem informação detalhada sobre como os assuntos de género e o contexto de desenvolvimento mais amplo devem ser considerados quando se formulam reformas macroeconómicas e de sector. Apoia o material contido neste Módulo nas ligações macro-intermédias e micro e refere-se à literatura de negócio acima mencionada.

REFERÊNCIAS

- Bunning, S. and Hill, C. (1996). *Farmers’ Rights in the Conservation and Use of Plant Genetic Resources: A Gender Perspective*, FAO, Rome.
- ECOSOC (1999). *The Role of Employment and Work in Poverty Eradication: The Empowerment and Advancement of Women*, Report of the Secretary General (E/1999/53), United Nations Economic and Social Council.
- Elson, D. (1991). *Male Bias in the Development Process*, Manchester University Press, Manchester.
- Elson, D. and Evers, B. (1997). *Gender-Aware Country Economic Reports: Uganda*, Working Paper No. 2, Genecon Unit, University of Manchester Graduate School of Social Sciences, Manchester, UK.
- Elson, D., Evers, B. and Gideon, J. (1997). *Gender Aware Country Economic Reports: Concepts and Sources* Working Paper No. 1, Genecon Unit, University of Manchester Graduate School of Social Sciences, Manchester, UK.
- Evers, B. and Walters, B. (2001). “The Model of a Gender-Segregated Low-Income Economy Reconsidered: Evidence from Uganda”, *Review of Development Economics*, Vol. 5. No. 1.
- Evers, B. and Walters, B. (2000). “Extra-Household Factors and Women Farmers’ Supply Response in Sub-Saharan Africa” *World Development*, Vol. 28, No. 7.
- FAO (2003). *Agricultural Development Policy: Concepts and Experiences*, FAO, Rome (forthcoming).
- FAO (1999). *Gender Database for Pacific Islands*, FAO Regional Office for Asia and the Pacific, Bangkok.
- FAO (1998). *Rural Women and Food Security: Current Situation and Perspectives*, FAO Rome.
- FAO (1995a). *A Fairer Future for Rural Women*, FAO, Rome.
- FAO (1995b). *World Agriculture Towards 2010*, UK, John Wiley and Sons.
- FAO (1990). *Women in Agricultural Development: FAO’s Plan of Action*, FAO, Rome.

- Goetz, A., (1995). *Macro-Meso-Micro Linkages: Understanding Gendered Institutional Structures and Practices*, paper for the SEAGA Workshop on Gender and Economic Reform in Africa, Ottawa.
- Harrigan, J. (1988). "Malawi: The Impact of Pricing on Smallholder Agriculture 1971-1988", *Development Policy Review*, Vol. 6, pp415-433.
- Harriss-White, B. (1998). "Female and Male grain marketing Systems: Analytic and Policy Issues for West Africa and India", in Cecile Jackson and Ruth Pearson *Feminist Visions of Development: Gender Analysis and Policy*, pp. 189-213, Routledge, London and New York.
- Harvey, A. S. (1995). "Market and Non-Market productive Activity in Less Developed and Developing Countries: Lessons from Time Use" Background paper UNDP, *Human Development Report*, 1995.
- ILO (1995). *Gender, Poverty and Employment: Turning Capabilities into Entitlements*, ILO, Geneva.
- ILO (1990). *Special Services of Rural Workers' Organizations*, ILO, Geneva.
- Jaziary, I., Mohiudden, A. and Pannuccio, T. (1992). *The State of World Poverty*, IFAD, Rome.
- Karl, M. (1996). *Inseparable: The Crucial Role of Women in Food Security*, Manila, Isis International.
- Palmer, I. (1994). "Social and gender issues in macro-economic policy advice", Policy Paper (Draft) Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit, GTZ, Frankfurt, mimeo.
- Palmer, I. (1991). *Gender and Population in the Adjustment of African Economies: Planning for Change* (Women, Work and Development, 19). International Labour Office, Geneva.
- Saito, A. et al (1994). *Raising the Productivity of Women Farmers in Sub-Saharan Africa*, World Bank Discussion Paper, Africa Technical Department Series, No. 230, Washington DC.
- Stiglitz, J. (1998). *More Instruments and Broader Goals: Moving Toward the Post-Washington Consensus*. Paper presented to the World Institute for Development Economics Research Annual Lecture, Helsinki, 7 January.
- Wøld, B., (ed) (1997). *Supply Response in a Gender Perspective: The Case of Structural Adjustment in Zambia*, Report 97/23, Statistics Norway, Oslo.

For further references on household bargaining, theory and practice, see the following:

- Agarwal, B. (1997). "'Bargaining' and Gender Relations: Within and Beyond the Household" *Feminist Economics*, No. 3., Vol. 1, pp. 1 – 51.
- Becker, G. (1965). "A theory of the allocation of time", *Economic Journal*, Vol. 75 pp. 493-517.

- Fleck, S. (1997). *Repetitive Game, Non-Cooperative Bargaining Model Applied to Honduran Household Data*, PhD Dissertation, The University of Wisconsin.
- Folbre, N. (1997). "Gender Coalitions: Extrafamily influences on Intrafamily Inequality", in Haddad, L. Hoddinott, J. and Alderman, H. (eds.) *Intrahousehold Resource Allocation in Developing Countries, Models, Methods and Policies*, John Hopkins University Press, Baltimore and London.
- Guyer, J. (1997). "Endowments and Assets: The Anthropology of Wealth and the Economics of Intrahousehold Allocation" in Haddad, L. Hoddinott, J. and Alderman, H. (eds.) *Intrahousehold Resource Allocation in Developing Countries, Models, Methods and Policies*, John Hopkins University Press, Baltimore and London.
- Jones, C. (1983). "The Mobilization of Women's Labor for commercial crop production: A Game Theoretic Approach", *American Journal of Agricultural Economics*, Vol. 65, No. 5, pp. 1049-1054.
- Kabeer, N. (1997). "Women, Wages and Intra-household Power Relations in Urban Bangladesh", *Development and Change*, Vol. 28, No. 2, pp. 261-302.
- Katz, E. (1997). "The Intra-Household Economics of voice and Exit", *Feminist Economics* Vol. 3, No. 3, pp. 25-46.
- Koopman, J. (1997). "The Hidden Roots of the African Food Problem: Looking within the Rural Household" in Visvanathan, N. Duggan, L. Nisonoff, L. and Wiegersma, N. (eds.) *The Women, Gender & Development Reader*, Zed Books, London and New Jersey.
- Koopman, J. (1992). "Neo-classical Household Models and Modes of Household Production: Problems in the Analysis of African Agricultural Households", Working Paper No. 166. African Studies Center, Boston University.
- Lundberg, S. and Pollak, R. (1993). "Separate Spheres Bargaining and the Marriage Market", *Journal of Political Economy*, Vol. 101, No. 61, pp. 988-1010.
- McElroy, M. B. (1990). "The empirical content of Nash-bargained household behavior", *Journal of Human Resources*, Vol. 25, No. 4, pp. 559-583.
- McElroy, M. and Horney, M. (1981). "Nash-bargained household decisions: towards a generalization of the theory of demand", *International Economic Review* Vol. 22 No. 2.
- Sen, A.K. (1990). "Gender and Cooperative Conflicts" in I. Tinker (ed.), *Persistent Inequalities: Women and World Development*, Oxford: Oxford University Press.

III. COMO INCORPORAR A ANÁLISE SÓCIO-ECONÓMICA E DE GÉNERO NAS POLÍTICAS E PRÁTICAS AGRÍCOLAS

Módulo 4

**O que é a integração da dimensão
de género na agricultura?**

MÓDULO 4

O QUE É A INTEGRAÇÃO DA DIMENSÃO DE GÊNERO NA AGRICULTURA?

OBJECTIVOS

Neste Módulo aprenderá sobre:

- Restrições baseadas em género no sector rural e agrícola.
- Os distintos impactos de género ao nível de campo e ao nível macro.
- A definição da integração da dimensão de género.
- As condições que facilitam a integração da dimensão de género nas políticas agrícolas.
- Etapas apropriadas para uma integração da dimensão de género no planeamento e política agrícola.

CONTEÚDO

- 4.1 Restrições baseadas no género para objectivos de desenvolvimento agrícola
- 4.2 Integração da dimensão de género
- 4.3 Etapas no processo da integração da dimensão de género

4.1 RESTRIÇÕES BASEADAS NO GÊNERO PARA OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA

Devido ao papel preponderante das mulheres na agricultura e ao papel principal desempenhado pelas mulheres na segurança alimentar, deverá ficar claro que se os objectivos do desenvolvimento agrícola são para serem alcançados, as mulheres devem ser parceiros iguais no processo de desenvolvimento. Presentemente não é o caso. As mulheres e homens pobres têm que enfrentar múltiplas restrições que limitam a sua capacidade para participar e beneficiar do desenvolvimento agrícola, e as restrições das mulheres tendem a ser maiores do que aquelas dos seus parceiros masculinos. Embora existam variações entre países e culturas, algumas das restrições mais comuns são:

As restrições mais comuns enfrentadas pelas mulheres no sector rural e agrícola

- **Falta de acesso a terras de boa qualidade e falta de direitos de garantia de posse de terras.** A segurança de terras incentiva os produtores a investir tempo e recursos em melhorias a longo termo e facilita o acesso a serviços de apoio. Algumas leis sobre as heranças de posse de terras limitam a detenção e o uso da terra pelas mulheres.
- **Pouco crédito e mercados financeiros.** Os meios de poupança podem ser parcos e as instituições bancárias e de crédito podem estar menos inclinadas para emprestar dinheiro às mulheres e grupos marginalizados ou em desvantagem, porque estes sem propriedades, não podem oferecer garantias.
- **Negligência das necessidades das mulheres pelos sistemas de investigação e de extensão agrícola.** Os programas de extensão informam os produtores acerca das novas tecnologias e culturas. Muito poucos serviços de extensão são dirigidos para as mulheres, Muito poucos agentes dos programas de extensão são mulheres e a grande maioria dos serviços de extensão concentram-se em culturas comerciais em detrimento das culturas de subsistência, que são as de importância fulcral para as mulheres. As pesquisas tendem a negligenciar as culturas que são produzidas pelas mulheres.
- **Falta de acesso aos meios agrícolas.** Sementes melhoradas, fertilizantes e pesticidas podem aumentar a produtividade agrícola. Os serviços de extensão ou grupos rurais, tais como as cooperativas, que distribuem este tipo de meios, frequentemente negligenciam as mulheres, as quais de qualquer modo, não têm amiúde meios para adquirir estes produtos, contribuindo para o seu baixo nível de produção.
- **Falta de acesso às organizações rurais.** Cooperativas e organizações de agricultores ajudam os seus membros a obter recursos, permitem-lhes o acesso às tomadas de decisão e representam os seus interesses junto dos decisores políticos. As mulheres são frequentemente excluídas destas organizações quando a sua associação é baseada no estatuto de “cabeça-de-casal” ou posse de terras.
- **Falta de acesso aos serviços** como os transportes e os mercados.
- **Mais pressão sobre o tempo e trabalho das mulheres** não remunerado dentro do agregado e da produção para a comunidade interna e na produção agrícola orientada para o mercado.

Estas restrições são particularmente acentuadas para as mulheres produtoras, comerciantes e trabalhadoras rurais devido aos desequilíbrios de género no contexto de desenvolvimento: as múltiplas responsabilidades das mulheres não são emparelhadas aos recursos necessários para as ajudar.

Estas restrições são originadas e localizadas em diversas esferas:

Sociocultural – as crenças de que as mulheres “fazem qualquer coisa”, não são importantes para o processo produtivo e “tratam apenas da família” sendo este trabalho não valorizado, nem tido em consideração ou com recursos apropriados.

Institucional e civil, onde as mulheres são discriminadas por muitas instituições, políticas e práticas tais como o sistema legal, que as impede, por exemplo, de possuir terras e acederem a créditos contratuais ou acordos de mercado.

Políticos com as mulheres marginalizadas das decisões nas políticas agrícolas, na investigação, nas organizações comunitárias, rurais ou agrícolas, e no agregado.

Económicos – Os preconceitos de género e negação de género nas decisões e planeamentos políticos e na distribuição de serviços onde os produtores são sempre assumidos como sendo homens, consequentemente excluindo as mulheres do igual acesso aos recursos agrícolas.

Demográficos – Como a migração masculina do campo para a cidade, resultando na feminização da agricultura e aumentando a pressão no tempo das mulheres do campo.

Ambiental – Ao não contemplarem o conhecimento e a experiência das mulheres na formulação das políticas agrícolas e dentro dos grupos em desvantagem, o impacto desproporcionado dos factores ambientais recai sobre as mulheres.

Existem duas formas distintas, mas relacionadas, nas quais o género pode ser incorporado na formulação do trabalho do sector agrícola de forma a corrigir os problemas citados:

- **Intervenções específicas** a nível sub-sectorial de forma a ir de encontro com as necessidades particulares das mulheres produtoras, negociantes, consumidoras e mães de família.
- **A integração sistemática da dimensão de género** na formulação de políticas que pretendam desenvolver uma abordagem mais equitativa e eficiente para o alcance dos objectivos do sector agrícola. Isto envolve o reconhecimento de dois pontos fulcrais:
 - Que determinada política pode ter diferentes impactos nos homens e nas mulheres;
 - Que as relações de género e as instituições e normas baseadas em preconceitos de género influenciam os resultados das políticas.

4.2 INTEGRAÇÃO DA DIMENSÃO DE GÉNERO

A integração da dimensão de género define-se como o processo através do qual uma Organização ou um Ministério de Estado assume uma perspectiva global de género. Este objectivo pode ser alcançado quando os papéis de género e as suas relações são incluídos nas políticas, nas visões estratégicas, nos valores e em todos os procedimentos (tanto administrativos como consultivos).

Dos projectos desenhados apenas para as mulheres para a integração da dimensão de género

Até à data, os esforços para uma integração da dimensão de género não têm tido um êxito avassalador, em parte devido à marginalização do “género” nos projectos destinados apenas às mulheres. Vamos rever por alto as condições das diferentes abordagens para alcançar uma equidade de género, destacando algumas diferenças entre níveis de projecto nas intervenções das mulheres e abordagens mais sistemáticas à integração da dimensão de género.

As condições que facilitam a integração da dimensão de género são:

- O empenho do Estado em alterar a orientação das suas políticas e de modificar os seus procedimentos de forma a incorporar explicitamente quer nas políticas quer nos processos de planeamento, as diferenças de género e as necessidades e restrições específicas das mulheres rurais.
- Um Estado com vontade e capacidade de mobilizar e distribuir os recursos necessários para a preparação e implementação da estratégia de género na agricultura através das diversas fases da concepção, do desenho da implementação, monitorização avaliação e revisão.
- Um compromisso das instituições sectoriais, centralizadas ou descentralizadas (incluindo departamentos de estado, institutos de investigação, organizações de produtores) para cooperar e promover a partilha de informação para apoiar a equidade de género na agricultura.
- A vontade por parte dos estados e organizações de doadores de providenciarem recursos para formação em análise de género nas políticas macroeconómicas e sectoriais agrícolas. Um empenhamento visível na integração da dimensão de género por parte de actores bem colocados na criação de políticas.

Muitas destas condições podem ser promovidas através do processo de capacidade de género e criação de instituições (consultar Módulo 5).

Os seguintes Módulos fornecem tópicos sobre como planificar e implementar políticas efectivas de redução das restrições baseadas no género que estejam ao alcance dos objectivos do sector. Utilizam o enquadramento macro-intermédio e micro para analisar as ligações entre as diferentes partes da economia e entre as acções políticas e os seus resultados, bem como sugere formas de reduzir restrições baseadas no género nos objectivos das políticas desejadas.

Quadro 14: Mulheres em Desenvolvimento (MED) e a abordagem de Género e Desenvolvimento (GAD)

A abordagem das Mulheres em Desenvolvimento (MED) na análise de género foi bem sucedida ao aumentar a consciência sobre as prioridades distintas das mulheres, as suas preocupações e as suas necessidades, bem como o de destacar o papel de destaque que as mulheres desempenham no sector agrícola.

Implicações políticas

A recomendação política para esta abordagem é a de dirigir os recursos para as mulheres enquanto grupo alvo especial de beneficiários. O que frequentemente envolve projectos específicos “só para mulheres” ao nível sub-sectorial, como aqueles que promovem o acesso ao crédito, a incentivos e a formação para jardinagem caseira, e desenvolvem tecnologia amigável para as mulheres.

No entanto, estas medidas de nível micro têm que ser apoiadas pelo processo de políticas de forma a originarem alterações na estratégia agrícola. Sem este feedback do processo as políticas de género e os problemas das mulheres continuam marginalizados no sector agrícola e continuará a ser vastamente considerado como acessório para as políticas agrícolas e a sua implementação. Outro problema que ocorre com os projectos destinados apenas às mulheres é a falta de verbas, a baixa prioridade que é concedida pelo estado, a falta de agentes qualificados e a concentração em empresas marginais. Estes projectos não contemplam estas debilidades no enquadramento global das políticas nem lidam compreensivelmente com outros factores que reforçam as iniquidades de género, tais como as regras e práticas no agregado, na comunidade, no mercado e no estado.

A abordagem de Género e Desenvolvimento (GAD) procura compreender e influenciar estes factores estruturais. Utiliza os conhecimentos adquiridos ao nível de campo para destacar as diferenças na forma como as mulheres e homens respondem aos incentivos e quais as diferenças nos contratempos que têm que enfrentar. Esta análise avança mais um passo: procura demonstrar como estas restrições baseadas no género enfraquecem a eficácia das políticas agrícolas e podem originar resultados inesperados ou indesejáveis.

As implicações políticas

A abordagem GAD deixa de destacar o grupo das mulheres como um alvo frequentemente marginalizado para se focalizar mais nos objectivos do sector (produtividade agrícola; segurança alimentar; erradicação da pobreza rural) e identifica formas de como a equidade de género na agricultura pode facilitar este objectivo. Isto envolve formas de intervenção mais sistemáticas: incorporação de uma perspectiva de género na formulação estratégica do sector, monitorização e avaliação do sector agrícola e reforma das suas instituições. Como consequência, as políticas que beneficiam as mulheres são integradas e associadas às estratégias globais e ao processo de políticas agrícolas.

Adicionalmente a abordagem GAD (ao contrário da abordagem MED/WID que se focaliza nos projectos individuais das mulheres) pode contemplar as complementaridades organizacionais e institucionais. Por exemplo, um projecto individual para melhorar o acesso das mulheres ao crédito pode não ser bem sucedido se não for apoiado por outros programas e projectos complementares (ex: aqueles que garantem o acesso das mulheres ao conselho dos extensionistas e da infra-estrutura de marketing). A abordagem holística do GAD pode englobar este tipo de complementaridade.

Quadro 15: Análise sensível ao Género a nível macro-intermédio-micro

Linhas práticas

Ao nível Macro:

- Fornecer estatísticas nacionais desagregadas por género para identificar a posição dos homens e mulheres na economia.
- Integrar a “economia doméstica” não remunerada na análise macro e na análise agrícola de forma a ilustrar os padrões de género no uso do tempo e a extensão da carga horária nos homens nas mulheres, nos rapazes e nas raparigas.

Ao nível intermédio:

- Localizar distorções baseadas no género nos mercados que podem resultar numa distribuição ineficiente de recursos.
- Localizar assimetrias e preconceitos de género nas instituições e organizações que podem restringir o acesso aos recursos e que são ineficazes e desiguais.

Ao nível Micro:

- Ter em conta as diferenças de género nas preferências do agregado, a distribuição de tempo e o controle dos recursos do agregado. Destacar como estes influenciam a produção e as decisões de investimento do agregado, a segurança alimentar e o bem-estar dentro do agregado.

Fonte: Adaptado de Elson, Evers and Gideon, 1997.

4.3 ETAPAS NO PROCESSO DA INTEGRAÇÃO DA DIMENSÃO DE GÉNERO

Quais os passos que são necessários para colocar a integração da dimensão de género nas estratégias e políticas agrícolas?

- Providenciar uma análise básica do sector (ver Módulo 6);
- Levar a cabo uma análise baseada nas restrições de género para alcançar os objectivos do sector agrícola (ver Módulos 2 e 3);
- Empreender uma avaliação institucional e de capacitação para uma igualdade de género (ver Módulo 5);
- Dirigir um planeamento participativo e de formulação de políticas (ver Módulo 7);
- Melhorar o processo de financiamento por forma a incorporar as preocupações de género (ver Módulo 8);
- Melhorar a monitorização e avaliação dos componentes de género nas estratégias agrícolas (ver Módulo 9).

Os Módulos de 5 a 9 debruçam-se sobre como o processo da integração da dimensão de género pode ter lugar no sector agrícola. Estão em preparação outros Módulos sobre programas sub-sectoriais e de políticas complementares.

REFERÊNCIAS

- Relatórios BRIDGE: <http://www.ids.ac.uk/bridge.html> (em inglês) é um recurso on-line sobre género vocacionado para fazer a ponte entre a teoria, a política e a prática com informação acessível relacionada com o género, muita da qual está disponível on-line. Consulte o Web site para uma lista completa e de links úteis sobre género e agricultura.
- Tópico 5 da BRIDGE. Abordagens ao Género institucionalizado (Em inglês). Este relatório passa em revista as abordagens sobre assuntos de género institucionalizados nas organizações governamentais e não governamentais. Disponível no Web site da Bridge (ver acima).
- Byrne, B. and Koch Laier, J. with S. Baden and R. Marcus (1996), *National Mechanisms for Women in Development: Experiences, Lessons and Strategies for Institutionalising Gender in Development Policy and Planning (Report 36)* Prepared for European Commission Directorate General for Development (DG VIII) available from Bridge Web site (see above).
- The Commonwealth Secretariat has a portfolio of resources, which includes hands-on guides to gender mainstreaming, and the integration of gender into macroeconomic activities; contact www.thecommonwealth.org*
- Elson, D. and Evers, B. (1998), *Sector Programme Support: A Gender-aware analysis provides an equity and efficiency approach to gender mainstreaming in sector-wide programmes. The SEAGA Macro Level Handbook draws on the framework of analysis presented in the report. It was produced to support the OECD DAC/WID Task Force on Gender guidelines for programme Aid and Other Forms of Economic Policy Related Assistance. Electronic copies can be obtained from the Development Studies Programme at the University of Manchester care of Barbara.Evers@man.ac.uk*
- Elson, D. and McGee, R. (1994), "Gender Equality, Bilateral Programme Assistance and Structural Adjustment: Policy and Procedures" *World Development*, Vol. 23, No. 11.
- FAO (2002), *Gender and Development: Plan of Action 2002-2007*, outlines FAO's approach to women and agriculture which combines targeted interventions to meet women's practical needs with a gender mainstreaming approach to address strategic needs. The Plan illustrates the two types of interventions in four priority areas of intervention: food and nutrition, natural resources, agricultural support systems and agricultural and rural development policy and planning.
- Goetz, A. (ed) (1998), *Getting Institutions Right for Women in Development*, Zed Press, London.
- OECD Working Party on Gender Equality (2000), *Proceedings and Main Findings of the Consultative Workshop on Gender Equality in Sector-wide Approaches*, Note by the Netherlands, DCD/DAC/GEN(2001)3, 18 June.
- Razavi, S. and Miller, C. (1995), *Gender mainstreaming in the World Bank, UNDP and the ILO*. UNRISD, Geneva.

Schalkwyk, J., Thomas, H. and Woroniuk, B. (1996), Mainstreaming Genders: A Strategy for Achieving Equity Between Women and Men, Paper prepared for SIDA. Available from BRIDGE (ver acima).

UNIFEM (United Nations Development Fund for Women) (2000), Progress of the World's Women 2000, UNIFEM Biennial Report, UNFEM, New York. Este relatório avalia os alcances com respeito ao empoderamento económico da mulher e da igualdade de género desde meados de 1980 a final de 1990. Inclui uma análise de como objectivos e indicadores podem apoiar os esforços para uma igualdade de género e contem um enfoque específico sobre as dimensões económicas de igualdade de género, contendo úteis recursos e linhas directrizes.

Módulo 5

Avaliação institucional e aptidão construtiva para a equidade de género

MÓDULO 5 AValiação INSTITUCIONAL E APTidão CONSTRUTIVA PARA A EQUIDADE DE GÉNERO
--

OBJECTIVO

Neste Módulo aprenderá sobre:

- A necessidade de construir as capacidades para a igualdade de género.
- Como fazer uma avaliação institucional do conhecimento do género.
- Como usar listas de controlo para a análise institucional com enfoque de género.

CONTEÚDO

- 5.1 Introdução
- 5.2 A necessidade de construir as capacidades para a igualdade de género
- 5.3 Fazer uma avaliação institucional do conhecimento do género
- 5.4 Listas de controlo para a análise institucional com enfoque de género

5.1 INTRODUÇÃO

A **Análise institucional*** e a construção de capacidades para a igualdade de género para o nível meso ou intermédio são direccionadas tanto para as organizações em si assim como regras e normas contidas no quadro institucional. Igualdade de género é definida como “...igual usufruto por mulheres e homens de bens socialmente valiosos, oportunidades, recursos e benefícios. A igualdade de género não significa que homens e mulheres se tornam a mesma coisa, mas sim que as suas oportunidades e possibilidades de vida são iguais. A ênfase sobre a igualdade de género e o empoderamento das mulheres não pressupõe um particular modelo de igualdade de género para todas as sociedades e culturas, mas reflecte a preocupação que mulheres e homens tenham as mesmas oportunidades de decidir o que significa igualdade de género e trabalhar em parceria para alcançá-lo”. (OECD, 1999:13).

Existem dois tipos de organizações que necessitam serem abrangidas:

- as organizações do estado que formulam e implementam as políticas, p.e. Ministérios de Agricultura, Planeamento, Finança, Condição das Mulheres, assim como as entidades descentralizadas como Comitês de Planeamento Distrital;
- as organizações e instituições que mediam as políticas, p.e. estruturas comerciais, organizações rurais, mercados do trabalho e da finança.

Olhando para o processo da reforma agrária de muitos países, as estratégias gerais do sector foram formadas com pouca consideração do género. Embora não haja muita experiência nesta área sobre o que desenhar, existem porém uma pequena e crescente literatura que pode fornecer umas linhas directrizes sobre como desenvolver um estilo de mudança institucional mais focada no género.

Reconhecer as restrições institucionais para o alcance da igualdade de género no sector agrícola é o primeiro passo neste processo. Integrar a dimensão de género na agricultura começou a ser considerada, mas pouco a pouco nomeadamente a nível de terreno. O desafio é o de identificar a melhor abordagem para criar mecanismos, estruturas e capacidades para traduzir as questões da igualdade de género evidenciadas a nível de terreno numa estratégia geral coerente integrada na política agrícola nacional.

5.2 NECESSIDADE DE APTIDÃO CONSTRUTIVA PARA A EQUIDADE DE GÉNERO

Análise institucional com enfoque de género

Uma revista do Banco Mundial no 1999 mostrou que a capacidade de análise de género é geralmente fraca no Ministérios da Agricultura (Banco Mundial, 1999). Embora a maioria dos governos e seus parceiros tenham explícitos compromissos para a integração da dimensão de género nas estratégias agrícolas, existe pouca construção de capacidades da análise de género no âmbito do sector agrícola no seu conjunto. Muitos dos inputs de género são orientados para as questões de nível micro sem ligação com as prioridades e processos agrícolas gerais. Todavia, ainda existe a necessidade de reforçar todo o sector das capacidades de género na maioria dos Ministérios de Agricultura e no âmbito da formulação de políticas e unidades de gestão de instituições de doadores. Uma análise institucional com enfoque de género dos Ministérios de Agricultura deveria avaliar as suas capacidades de integrar a dimensão de género no processo da política agrícola (tipo de pesquisa e estratégia, formulação e implementação de políticas). A análise institucional descrita neste Módulo pode ser útil para identificar as intervenções mais eficazes para a construção de capacidades de género neste sector.

...e integrar a dimensão de género no sector e na formulação de políticas

Ainda não existem exemplos onde a igualdade de género seja completamente integrada nos programas do sector agrícola (OECD/DAC, 2000). Os próprios especialistas de género necessitarão de tempo e experiências para desenvolver um quadro sistemático para a identificação e integração das prioridades de género incluindo as suas problemáticas dentro das políticas agrícolas. Para os especialistas de género isto significa mudar o foco dos projectos desde o nível micro para o nível meso ou o sector numa acepção mais ampla do termo, a abordagem institucional para a integração do género. Isto, necessita expertise na identificação das questões chave do género em *todos* os aspectos do sector agrícola. Portanto, as ferramentas e a análise apresentada neste Manual deveriam ser consideradas como um esforço inicial no fornecimento de um quadro coerente para a integração da dimensão de género na formulação das políticas que, com tempo e experiência, terá de ser revisto, melhorado e adaptado a contextos específicos.

Especialistas de género, junto com as partes intervenientes, tanto homens assim como mulheres e em colaboração com o quadro de peritos técnicos e quadros directivos, podem fornecer tal abordagem. Todavia, os recursos e mandato para tal

exercício necessitam compromissos de actores centrais e respeitados no processo da elaboração das políticas.

5.3 FAZER UMA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL COM ENFOQUE DE GÉNERO

Análise institucional atenta às questões de género ...objectivos

Uma avaliação institucional atenta às questões de género tem dois objectivos principais:

- Identificar as restrições e oportunidades para o alcance da igualdade de género nas instituições e organizações agrícolas.
- Identificar as maneiras em que as assimetrias e as discriminações de género nas instituições e organizações podem ser corrigidas para reforçar os objectivos da política do programa sectorial agrícola. Isto vai comportar formação, pessoal desenvolvimento, workshops e reforma das organizações.

A análise institucional atenta às questões de género pode fornecer aos decisores das políticas linhas directrizes sobre como avaliar as discriminações de género existentes nas instituições agrícolas e como reforçar a sua funcionalidade na equidade de género.

A análise institucional atenta às questões de género tem uma dimensão tanto de **equidade** assim como de **eficiência**:

...dimensões

- a **equidade** avalia o grau em que instituições e organizações sectoriais sistematicamente não beneficiam homens ou mulheres como participantes e beneficiários/as;
- a **eficiência** considera as maneiras em que as relações de género, as normas baseadas no género e os desequilíbrios de género afectam funcionamento, prioridades e resultados das políticas agrícolas.

Desde o início, uma análise institucional deveria reconhecer que:

...premissas básicas

- as **necessidades** dos homens e das mulheres produtores, comerciantes, consumidores, trabalhadores podem ser diferentes;
- homens e mulheres têm diferentes **possibilidades** em participar no desenho e entrega de políticas agrícolas, nos planos de participação comunitária, nos planos de formação, nos mercados agrícolas, nos mercados financeiros, nos ministérios;
- as organizações que desenham, entregam e avaliam os programas agrícolas operam consoante as **regras e normas que podem ser discriminatórias no âmbito das questões de género**, como eles normalmente funcionam de maneira a priorizar necessidades e perspectivas dos homens sobre aquelas das mulheres.

5.3.1 Identificar e analisar o enquadramento institucional

Etapas para uma análise institucional

Para ajudar uma efectiva avaliação do enquadramento institucional, pode ser identificado um procedimento de duas etapas. A primeira etapa é uma ampla identificação do contexto institucional e organizacional que dará a possibilidade aos decisores de políticas de considerar o ambiente geral em que a sua organização ou entidade existe. A segunda etapa consiste em um estudo mais aprofundado das dimensões de género no contexto organizacional e institucional, envolvendo contas de diferentes necessidades, tendo em conta as diferenças de género na capacidade de participar em organizações e examinar regras e normas das organizações baseadas no género.

Etapas 1: identificar o enquadramento institucional e organizacional

Identificação das regras e normas das organizações

O enquadramento normalmente consiste do mercado e organizações do estado, inclusive as estruturas comerciais, organizações de produtores e comunitárias respeitantes ao sector agrícola, ministérios e autoridades locais. Isto também incorpora as regras e normas que influenciam o funcionamento de tais organizações. Nas avaliações convencionais o ambiente institucional é visto como um conjunto de produtores interagentes e competentes, os fornecedores do sector privado e público. Normalmente, a análise institucional envolve uma avaliação da qualidade destas organizações, enfatizando a gestão financeira (processos orçamentais), gestão produtiva (processos de fornecimento de serviços) e as ligações (ou ausência deles) entre os dois (Elson e Evers, 1998).

Etapas 2: fornece uma análise de género do enquadramento institucional e organizacional identificada na etapa um

...e realizar a análise de género

uma análise atenta às questões de género tem em conta um amplo leque dos factores que determinam a eficácia e eficiência das organizações e instituições do sector público e privado. As distorções no mercado baseadas no género e as discriminações nas normas institucionais são a preocupação central (para mais discussões sobre este ponto, ver Palmer, 1995; Elson, Evers, Gideon, 1997).

Considerar necessidades diferentes

As diferentes necessidades de homens e mulheres

Para diminuir as restrições institucionais e alcançar as metas da política, têm que se explicitar as diferentes necessidades entre homens e mulheres. Por exemplo, diferenças nas necessidades dos homens e mulheres podem surgir das suas diferentes responsabilidades no agregado familiar, das diferentes tarefas na recolha, etc. O mercado de transporte é um exemplo de uma instituição que pode ter discriminação de género. Na África, as diferenças de género nas necessidades de transporte foram estudadas em alguns detalhes, revelando as discriminações de género nos mercados de transporte que deixam de considerar as necessidades das mulheres. Por exemplo, sendo que muitas mulheres tendem a trabalhar perto de casa e fazem mais viagens por razões de educação, saúde e outras, os seus horários de transporte são mais variados no tempo e lugar. Um estudo do Banco Mundial (1996, citado em Elson, Evers e Turner, 1998) mostra que as políticas de transporte foram moldadas principalmente às necessidades dos homens. Muitas das actividades em que estão envolvidas as mulheres são de baixo status e não tidas em conta na distribuição dos recursos e planeamento.

Se não for possível identificar as diferenças de género nas necessidades, a primeira etapa de uma análise institucional deveria ser a de realizar uma **avaliação participativa** em que, tanto homens, assim como mulheres estão representados da mesma maneira (Módulos 7 e 8 fornecem algumas linhas directrizes sobre estas práticas participativas).

Diferenças de género na possibilidade em participar em organizações

...diferentes possibilidades em participar no desenho e implementação das políticas e programas

Mulheres e homens têm diferentes possibilidades em participar no desenho e entrega de política e serviços agrícolas, nos programas participativos da comunidade, nos planos de formação, nos mercados agrícolas, nos mercados financeiros e nas entidades de tomada de decisão do governo.

Uma avaliação institucional com enfoque de género necessita observar se várias organizações tomam em conta tais diferenças. Por exemplo:

- os programas de formação são oferecidos de maneira a tornar possível para as mulheres participarem e manterem as suas responsabilidades dentro do agregado familiar?
- as reuniões são feitas no horário em que tanto homens assim como mulheres podem participar?
- os requisitos colaterais têm em conta os direitos de propriedade patriarcal?
- as organizações financeiras têm em conta as diferentes necessidades financeiras dos produtores homens e mulheres?
- qual é o modelo de género utilizado nos planos de créditos agrícolas especiais?
- a infra-estrutura abrange as poupanças locais e as associações de crédito, nomeadamente em áreas rurais?

Regras e normas nas organizações baseadas no género

Discriminações de género nas organizações

As organizações que desenham, entregam e avaliam os programas agrícolas amiúde operam consoante regras e normas em que existe discriminação de género, e normalmente funcionam de maneira a priorizar as necessidades e perspectivas dos homens sobre aquelas das mulheres. Uma análise institucional com enfoque de género tenta responder à pergunta: qual perspectiva tem impacto sobre decisões políticas importantes? A análise de cada organização tem que:

...funcionamento

...tomada de decisão

- incluir uma avaliação das estruturas de tomada de decisão e dos sistemas de incentivos e benefícios e qualquer discriminação de género;
- identificar redes informais importantes das quais mulheres ou homens são excluídos;
- avaliar o balanço entre homens e mulheres nas posições de tomada de decisão das organizações, p.e. organizações de produtores, comités de partes intervenientes, Ministérios das Finanças e Agricultura, Institutos de pesquisa agrícola.

...cultura

As discriminações de género na cultura das organizações, nas suas regras tanto escritas assim como não, representam um considerável constrangimento para a implementação das intervenções pela equidade de género em todos os sectores, inclusive a agricultura. Mudar esta cultura é um processo a longo prazo. Todavia, é

possível fazer pequenos passos para desafiar as discriminações de género profundamente radicadas da maneira que for considerada a mais apropriada e eficaz em particulares circunstâncias.

Por exemplo, uma avaliação institucional com enfoque de género das organizações agrícolas no Quénia observou que no processo de tomada de decisão havia discriminações de género. Como parte de uma abordagem credível e coerente para a integração da dimensão de género, os pontos focais de género foram envolvidos a todos os níveis do Ministério de Agricultura para endereçar as questões de género.

O Quadro 16 aplica uma análise atenta às questões de género para um particular tipo de instituição, ou seja os mercados laborais.

Quadro 16: Influências do Género nos mercados laborais

Os mercados laborais são importantes instituições a analisar, não só por causa da sempre maior importância do trabalho não agrícola, mas também pela sempre maior comercialização da agricultura e da provável ulterior aumento dos salários neste sector.

Uma avaliação dos mercados laborais deveria identificar toda desigualdade de género nos pagamentos, salários, horas de trabalho, estrutura ocupacional e outras respeitantes tendências. Por exemplo, existe uma pronunciada tendência das mulheres em trabalharem nas actividades agrícolas de menor produtividade que as suas contrapartes masculinas. Em alguns países há uma feminização da agricultura comercial, nomeadamente a horticultura.

As importantes questões de política que dizem respeito ao mercado laboral são:

- Existem formas de discriminação de género que obstaculam a melhoria da segurança alimentar, redução da pobreza rural e crescimento agrícola?
- A estrutura do mercado laboral reflecte o uso mais produtivo e eficiente do trabalho das mulheres neste sector?

Um estudo realizado por Tzannatos (1999) observou que as discriminações de género nos mercados laborais não são só negativas para as mulheres, mas sim também para a economia. Reduzir tais discriminações nos mercados laborais transferindo os recursos para as mulheres, leva para um melhor crescimento.

Fonte: FAO, 1999.

5.4 LISTAS DE CONTROLO PARA UM ENQUADRAMENTO NACIONAL COM ENFOQUE DE GÉNERO

Os Quadros 17 e 18 fornecem exemplos de listas de controlo para ajudar na avaliação tanto se as organizações agrícolas têm enfoque de género assim como se a lei nacional para a estratégia do sector agrícola, metas e políticas tem também um enfoque de género.

Quadro 17: As organizações agrícolas têm enfoque de género?

...Em avaliar das necessidades das partes intervenientes homens e mulheres,

- são consideradas como diferem as necessidades dos homens e das mulheres, produtores, comerciantes, trabalhadores?
- são avaliadas as necessidades de transporte e de comércio associadas com a exportação e os mercados locais?
- são tidos em conta os diferentes sub-setores, recolhas e tarefas de homens e mulheres?

...Em assegurar o equilíbrio de género nas prioridades do sector, nas políticas e no fornecimento de serviços?

O que é o equilíbrio de género:

- na composição de instituições/comités de pesquisa e política na sua definição das prioridades para a agricultura?
- em serviços agrícolas fornecidos a nível central e descentralizado?

...Em fornecer uma rede de apoio para empregados homens e mulheres? Produtores? Comerciantes? Grossistas? Detalhantes?

- a organização de programas de trabalho/formação tem em conta o cuidado e educação das crianças dentro do agregado familiar, a preparação da comida e outras responsabilidades?

...Em monitorizar e implementar políticas com enfoque de género?

- há equilíbrio de género entre os planificadores agrícolas, gestores?
- que é o equilíbrio de género entre os diferentes agentes intervenientes?
- os inquiridores falam directamente às mulheres e homens no agregado familiar?

Fonte: Adaptada de Elson e Evers, 1998.

Esta lista de controlo pode formar parte de análise de género de base das organizações (ver Módulo 6) num primeiro estágio do processo da política e mais tarde, como parte de um processo de monitorização e avaliação (ver Módulo 9).

Criar organizações com um enfoque de género mais equitativo é um processo a longo prazo que depende do apoio e participação das mulheres e homens do sector. É importante demonstrar que este não é simplesmente um processo que tende a beneficiar um grupo interessado (mulheres) à custa de outro (homens) mas sim um processo que visa fazer com que sejam alcançados os objectivos deste sector.

O Quadro 18 utiliza o contexto macro-meso-micro desenvolvido na Parte II deste Manual.

Quadro 18: Lista de controlo para um enquadramento nacional com enfoque de género

Macro

- Torna o contexto do desenvolvimento nacional atento às questões de género, através de adequadas metas desagregadas por género, objectivos, resultados, actividades e indicadores.
- Formular a política nacional com referência à avaliação dos beneficiários desagregadas por género (ver Módulo 8).

Meso

A avaliação da capacidade institucional deveria incluir:

- Identificação dos pontos focais de género nas organizações chave; o papel do Ministério da Condição Feminina, se houver; o papel das mulheres no Comité Parlamentar das Finanças (ou alguma organização parecida).
- Avaliação do equilíbrio de género na tomada de decisão nas políticas chave e entidades de consulta.
- Equilíbrio de género entre as partes intervenientes.
- Identificação das partes intervenientes que faltam: quando as organizações comunitárias são consultadas, tanto a voz dos homens assim como a das mulheres é ouvida? As partes intervenientes institucionais representam os interesses dos indivíduos homens e mulheres produtores, trabalhadores agrícolas, consumidores de produtos agrícolas?

Micro

- A divisão de género e de idade entre os agregados familiares tem que ser conhecida.
- Avaliar desequilíbrios de género dentro dos agregados: poder na tomada de decisão das mulheres e homens; acesso aos recursos do agregado (finanças, bicicletas, carros, carrinhas).
- Os agregados familiares operam de uma maneira equitativa e cooperativa ou existem hierarquias de género (e de idade) que afectam a capacidade individual em obterem o acesso aos serviços público e privado?

Fonte: Adaptado de Elson e Evers, 1998.

REFERÊNCIAS

Elson, D. and Evers, B. (1998). *Sector Programme Support: A Gender-Aware Analysis*, GENECON Unit, Graduate School University of Manchester, mimeo.

Elson, D., Evers, B. and Gideon, J. (1997). *Gender Aware Country Economic Reports: Concepts and Sources* Working Paper No. 1, Genecon Unit, University of Manchester Graduate School of Social Sciences, Manchester, UK.

- Elson, D., Evers, B. and Turner, J. (1998). *Transport Sector Programme Support: a Gender-aware Analysis*, Genecon Unit, Graduate School of Social Sciences, University of Manchester, mimeo
- Evers, B. and Kroon, M. (1999). "Integrating a Gender Perspective into Sector-wide Programmes: the Bangladesh Health Sector" Report to the Working Party on Gender Equality, OECD DAC/WID, mimeo. Available from Barbara.Evers@man.ac.uk
- FAO (1999). *Filling the data gap: Gender-sensitive Statistics for Agricultural Development*, FAO, Rome.
- Goetz, A. (ed) (1998). *Getting Institutions Right for Women in Development*, Zed, London.
- OECD/DAC (Organization for Economic Co-operation and Development, Development Assistance Committee), (2000). *Gender Equality in Sector-wide Approaches (SWAPs)*, Working Party on Gender Equality, DCD/DAC/GEN(2000)6 OECD, Paris.
- OECD. 1999. DAC Guidelines for Gender Equality and Women's empowerment in development co-operation. Paris.
- Palmer, I. (1995). "Public Finance from a Gender Perspective", *World Development*, Vol. 23, No. 11.
- Tibaijuka, A. (1994). "The cost of differential gender roles in African agriculture: a case of smallholder banana-coffee farms in the Kagara region, Tanzania", *Journal of Agricultural Economics*, Vol. 45, No.1, pp. 69-81.
- Tzannatos, Z. (1999). "Women and labour market changes in the global economy: growth helps, inequalities hurt and public policy matters", *World Development*, Vol. 27, No3. pp. 551-569.
- World Bank (1999). *Gender Growth and Poverty Reduction*, World Bank, Washington DC.
- World Bank (1996). *Sustainable Transport: Priorities for Policy Reform*, The World Bank, Washington DC.

Módulo 6

Como determinar uma análise inicial de género para a agricultura

MÓDULO 6

COMO DETERMINAR UMA ANÁLISE INICIAL DE GÉNERO PARA A AGRICULTURA

OBJECTIVO

Neste Módulo aprenderá sobre:

- Como fazer uma análise de base do género no âmbito do sector agrícola (macro/nível sectorial), incluindo:
 - Como identificar os dados para a economia orientada para o mercado
 - Como documentar a economia doméstica não remunerada usando o Inquérito do Uso do Tempo
- Como analisar os dados macro de base.
- Como fazer uma análise de base de género a nível micro.

CONTEÚDOS

- 6.1 Análise de base de género a nível macro
- 6.2 Análise de base de género a nível micro

6.1 ANÁLISE INICIAL DE GÉNERO A NÍVEL MACRO

A análise de base de género para o sector agrícola deveria ter-se em conta como parte integrante durante a formulação da Estratégia Agrícola Nacional. Tal análise observa o estado actual do sector agrícola desde uma perspectiva de género utilizando dados desagregados por género a vários níveis. Isto pode ser feito por um especialista em género ou um sócio-economista que colabore estritamente com economistas agrícolas, estatísticos e/ou outros peritos técnicos. A análise de base de género do sector agrícola abrangida neste Módulo foca-se em dois níveis: o nível macro e micro. A análise institucional descrita no módulo 5 é um exemplo de Análise de género de base a nível meso.

Análise de género a nível de política

A análise de base de género deveria primeiro olhar a nível macro, incluindo os dados para a economia orientada para o mercado e a economia doméstica não remunerada (ver Módulo 2). Portanto, a nível macro, os dados desagregados por género são necessários para:

- trabalho pago e não pago
- trabalho orientado para o mercado e trabalho doméstico

A análise de base de género a nível macro pode ser dividida em três etapas:

- Etapa 1. Fornecer dados desagregados por género para economia orientada para o mercado
- Etapa 2. Documentar a economia não remunerada através do inquérito do uso do tempo
- Etapa 3. Fazer uma análise dos dados de base a nível macro

6.1.1 Primeiro passo: Dados para uma economia orientada para o mercado

Fontes de dados

Os relatórios estratégicos sobre a agricultura normalmente têm uma secção em que se fornecem dados resumidos respeitantes os dados da economia macro orientada para o mercado. As estimativas do valor do produto e das exportações para os sectores principais e sub-sectores da economia costumam ser presentes nas **Contas das Entradas Nacionais** e o **Recenseamento Agrícola**, podendo ser úteis fontes de dados desagregados por género na agricultura. Isto deveria incluir também o resumo dos dados desagregados por género e não simplesmente dados divididos por chefes de agregado familiar homens e mulheres. Estes podem ser apresentados no formato do Quadro 19 (ver também o Quadro 1 no módulo 2 que apresenta dados de Uganda).

Quando se preenchem dados do sector agrícola, é útil incluir dados para os sub-sectores/cultivos mais importantes. Isto pode incluir:

- maior parte das recolhas agrícolas para exportação;
- maior parte das recolhas agrícolas para a subsistência;
- tais recolhas agrícolas/sub-sectores são ligadas mais estritamente aos objectivos da política da segurança alimentar, da redução da pobreza rural e do crescimento agrícola.

Intensidade do género no sector

A análise deveria identificar os sectores com intensa actividade masculina, sub-sectores e recolhas agrícolas (maior parte do tempo total de trabalho realizado pelos homens) e aqueles com intensa actividade feminina (maior parte do tempo total de trabalho realizado pelas mulheres). Onde não forem disponíveis dados oficiais detalhados, as intensidades de género dos sub-sectores (pesca, floresta ou particulares cultivos) podem ser estimadas utilizando amostras de **análise de dados** e de conhecimentos locais.

Tirando o Censo Agrícola e as bases de dados da FAO, a informação é provavelmente também disponível das análises da mão de obra, estudos sectoriais produzidos pelos Departamentos do Emprego e das Estatísticas assim como de organizações internacionais tais como OIT e o PNUD.

Possibilidade de sub-estimação das mulheres

Quando a recolha de dados desagregados por género na economia macro orientada para o mercado for crítica note-se que as análises standard da mão de obra costumam subestimar as mulheres sendo que tais análises observam o sector formal, mas deixam de considerar muito do sector informal onde as mulheres são concentradas. Para termos um quadro detalhado da participação das mulheres nas actividades agrícolas, é importante tentar acrescentar os dados da mão-de-obra oficial com outros dados

provenientes de estudos do sector informal (as referências são listadas no fim deste Módulo fornece linhas directrizes úteis a este respeito).

Quadro 19: Contexto de desenvolvimento: A estrutura da economia orientada para o mercado

	Divisão do sector em GDP	Divisão do em exportações	Divisão por sexo do emprego e intensidade	
	%	%	Homem %	Mulher %
Agricultura Cultura de subsistência da qual milho Cultivos de exportação tradicional Cultivos de exportação não tradicional dos quais horticultura Pesca Floresta Indústria Manufactos dos quais agro-processam. Serviços Governo Privados				

Fontes: Contas Nacional das Entradas, Balanço Estatístico dos Pagamentos, Análise da Mão-de-obra, Análise dos Agregados Familiares, Banco Mundial, OIT, PNUD , ONG e análises académicas.

Fonte: Adaptado de Elson, Evers e Gideon, 1997.

6.1.2 Segundo passo: Documentar o trabalho domestico não remunerado através análise do uso do tempo

A importância de documentar a economia doméstica não remunerada

Uma meticulosa compreensão do contexto de desenvolvimento nacional envolve o facto de reunir toda informação respeitante a distribuição de *todos* os recursos e não só daqueles que têm um preço de mercado ou estão contabilizados nas estatísticas oficiais. Obviamente este esforço não remunerado e não reconhecido é muito mais difícil a ser documentado. Existem dados muito pouco sistemáticos com respeito ao uso dos recursos no âmbito do agregado familiar, recolha de água, transporte e outras actividades associadas às necessidades domésticas e comunitárias. Este tipo de dados costuma não ser considerado importante pelos planificadores agrícolas ou económicos. Todavia, como foi notado no Módulo 2, o aumento da sobrecarga de tempo, nomeadamente nas mulheres, representa amiúde um constrangimento para a expansão do resultado agrícola. Muitas destas sobrecargas provêm da economia doméstica. Se tais actividades forem ignoradas pelos planificadores económicos, o constrangimento de tempo não está contabilizado e portanto as políticas poderiam falhar. Em outras palavras, não contabilizar a economia doméstica não remunerada pode efectivamente limitar a sustentabilidade e eficácia da política agrícola.

...utilizar dados de análise do uso do tempo

Uma importante maneira para documentar economia doméstica não remunerada é a dos dados de análise do tempo. A apresentação dos dados do uso do tempo na estratégia agrícola nacional fornece uma maneira para documentar toda a demanda respeitante aos recursos dos agregados familiares, inclusive O Sistema de Contas Nacionais (SCN) (a economia de mercado) e as actividades não do SCN (economia doméstica não remunerada). Muitas análises dos agregados familiares rurais falham em registrar o tempo utilizado em actividades não agrícolas ou orientadas para sectores que não sejam o de mercado, sendo uma séria lacuna. Nos ambientes rurais, por exemplo, as actividades não SCN podem contar um tempo total de trabalho até 24 % para os homens e 62 % para as mulheres (PNUD, 1995).³

Os dados do inquérito do uso do tempo fornecem umas linhas directrizes sobre a importância da economia doméstica não remunerada e a amplitude da contribuição por parte de homens, mulheres, raparigas e/ou rapazes. Este tipo de informação fornece uma indicação da amplitude à qual as restrições e o uso do tempo dos homens e mulheres podem obstaculizar ou facilitar o alcance dos objectivos da política.

Se mulheres e/ou homens já trabalham de 10 a 12 horas por dia e as reformas macroeconomicas pedem ainda mais do seu tempo (através de cortes nas despesas da saúde, ou infra-estruturas rurais e/ou incentivos para aumentar a produção de culturas comerciais) estes pedidos não deveriam ser feitos. Contrariamente, seriam feitos à custa da segurança alimentar e bem-estar dos membros dos agregados familiares.

Uma questão particularmente importante é a comparação do uso do tempo entre os jovens. Se as raparigas são sobrecarregadas de duro trabalho para ajudar em actividades como: cuidar das crianças, recolha da água ou outros trabalhos domésticos não remunerados, isto poderia pôr em risco a sua educação e saúde e reforçar um círculo vicioso da lacuna de género existente na educação, alta fertilidade, crianças pobres, saúde infantil e pobreza (Elson, Evers e Gideon, 1997).

Os inquéritos do uso do tempo devem incluir:

- Horas totais trabalhadas por homens, mulheres, rapazes e raparigas.
- Horas totais trabalhadas no trabalho orientado para o mercado e no domestico não remunerado por homens, mulheres, rapazes e raparigas.

6.1.3 Terceiro passo: Análise dos dados iniciais a nível macro

Não é suficiente apenas recolher os dados desagregados por género para a economia a nível macro remunerada e não. Os dados necessitam serem analisados e interpretados se têm que contribuir à política.

³ Dados da comparação do uso do tempo entre homens e mulheres nas actividades ligadas ao mercado e não nas áreas rurais e urbanas são apresentados no Relatório do Desenvolvimento Humano, (PNUD) 1995.

Sugestões para uma análise macroeconómica com enfoque de género são incluídas no relatório para o OECD, DAC/WID (Elson, Evers e Gideon, 1997) que fornece úteis linhas directrices para uma análise de género de base no sector agrícola. O relatório recomenda que a análise dos dados de base para a agricultura considerem o seguinte:

considerações básicas para a análise dos dados de base para a agricultura

- O país/região conta com as exportações que são uma actividade intensa do trabalho das mulheres?
- Se sim, é preciso considerar a importante questão de quanto as distorções e discriminações de género constroem a participação das mulheres na produção para a exportação (ver Módulo 2).
- O novo investimento é direccionado para aqueles cultivos que são uma actividade intensa do trabalho particular dos homens ou mulheres?
- Quais as implicações da participação das mulheres na produção para a exportação tanto pela organização da economia domestica não remunerada e assim como pela segurança alimentar e os objectivos da redução da pobreza?
- As importações dos cultivos de subsistência estão a minar as fontes de rendimento das mulheres?
- O país conta com os cultivos cuja actividade intensa de trabalho é das mulheres para a sua segurança alimentar?
- Se sim, avalie o grau a que as discriminações de género compensam ou constroem nas instituições comerciais à melhoria da produtividade do trabalho das mulheres na produção dos cultivos de subsistência.
- Se os cultivos de subsistência e as exportações são ambos actividade com intenso uso do trabalho feminino, como pode ser resolvida a solução de compromisso? (p.e. reduzindo as restrições de tempo enfrentadas pelas mulheres).

6.2 ANÁLISE INICIAL DE GÉNERO A NÍVEL MACRO

A análise de género de base a nível micro deveria ser feita *entre* agregados familiares e unidades de produção como exploração agrícola. Os dados desagregados por género deveriam reportar:

Análise dos agregados familiares e dos intra-agregados

- a natureza das empresas e explorações: a divisão de género do trabalho e da propriedade, a estrutura dos incentivos que enfrentam homens e mulheres sendo que eles trabalham juntos na produção, a hierarquia dos trabalhos entre as empresas;
- a natureza das comunidades e organizações – os papeis que homens e mulheres desenvolvem em associações comunitárias por exemplo;
- a natureza dos agregados familiares e os papeis e relações de género entre eles.

Os agregados familiares deveriam ser considerados à luz da teoria do regateio (ver Módulo 3, Secção 3), como unidades sociais que contemplam tanto conflitos assim como cooperação. É importante buscar informações sobre a estrutura interna dos agregados; por exemplo, o grau em que eles acumulam e partilham as receitas e tomam decisões conjuntamente para fazer despesas (uma útil recolha de estudos que

abrange um número de países da Ásia, África e América Latina é o de Dwyer e Bruce (eds., 1988).

Em muitas estruturas de agregados familiares existe uma divisão interna, com algum grau de separação do fluxo das receitas, orçamentos e despesas. É útil saber a proporção entre agregados chefiados por homens ou por mulheres, assim como o grau em que as famílias são de tipo nuclear, ampliado, poligâmico, etc. É também necessário fazer pesquisas sobre as relações entre os agregados. Instituições de pesquisa sobre os estudos das mulheres locais e as ONGs geridas por mulheres são amiúde uma fonte de informação útil com este respeito. Além disso, os estudos quantitativos estão a ser cada vez mais disponíveis provenientes de instituições de pesquisa tais como o Instituto Internacional de Pesquisa sobre a Política Alimentar (*International Food Policy Research Institute*), Washington DC e do Centro para o Estudo da Economia Africana (*Centre for Study of African Economics*), University of Oxford.

REFERÊNCIAS

Dwyer D. and Bruce J. (1988). *A Home Divided: Women and Income in the Third World*, Stanford University Press, Stanford.

Elson, D. Evers, B. and Gideon, J. (1997). *Gender-aware Country Economic Reports: Concepts and Sources*, Working Paper No. 1, Genecon Unit, Graduate School of Social Sciences, University of Manchester, mimeo.

FAO is at the cutting edge in terms of the providing assistance on the collection and use of gender disaggregated data. Sources include:

FAO (1993). *A Gender Disaggregated data base on human resources in agriculture: Data Requirements and Availability*, FAO, Rome, provides an excellent overview of data availability at international, national and sub-national levels and provides guidance on how to improve data from a gender perspective.

FAO (1999). *Agricultural Censuses and Gender Considerations: Concepts and Methodology*, FAO, Rome.

FAO (1999). *Filling the Data Gap: Gender Sensitive Statistics for Agricultural Development*, FAO, Rome.

Two FAO publications which discuss the actual practice of collecting gender disaggregated data in two regions are:

FAO (1999). *Gender Databases for Pacific Islands*, FAO Regional Office for Asia and the Pacific, Bangkok.

FAO (1996). *Guidelines for the Improvement of Statistics on Women: Obtaining Statistics from National Agricultural Surveys in Selected Countries of the Near East*, FAO, Rome.

Harriss-White, B. (1998). "Female and male grain marketing systems: analytical and policy issues for West Africa and India" in C. Jackson and R. Pearson (eds.), *Feminist Visions of Development: Gender Analysis and Policy*, Routledge, London and New York.

OECD/DAC (Organization for Economic Co-operation and Development, Development Assistance Committee) (2000), *Gender Equality in Sector-wide Approaches (SWAPs)*, Working Party on Gender Equality, DCD/DAC/GEN(2000)6 OECD, Paris.

PNUD (1995). *Human Development Report, 1995*, Oxford University Press, New York.

Módulo 7

Planeamento participativo e integração da dimensão de género na formulação de políticas

MÓDULO 7

PLANEAMENTO PARTICIPATIVO E INTEGRAÇÃO DA DIMENSÃO DE GÉNERO NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS

OBJECTIVOS

Neste Módulo aprenderá:

- Que significa o termo “parte interveniente” e porquê a sua participação no planeamento e formulação de políticas é importante.
- As quatro etapas no processo do planeamento participativo e formulação de políticas agrícolas com enfoque de género.
- Como implementar as quatro etapas.
- Como integrar nos níveis macro-meso-micro uma abordagem participativa.

CONTEÚDOS

- 7.1 Partes intervenientes no planeamento participativo e formulação de políticas
- 7.2 Como promover o planeamento participativo e a formulação de políticas com enfoque de género
- 7.3 Uso dos níveis macro-meso-micro
- 7.4 Abordagem holística
- 7.5 Pacotes de ferramentas, exercício e outros recursos

7.1 PARTES INTERVENIENTES NA FORMULAÇÃO E PLANEAMENTO DE POLÍTICAS

Análise das partes intervenientes com enfoque de género

As **partes intervenientes** são aquelas que afectam ou são afectadas pelo desenvolvimento de políticas/ programas e projectos. Em outras palavras, são todos aqueles que directa ou indirectamente podem ganhar ou perder alguma coisa numa particular actividade de desenvolvimento. Elas podem ser por exemplo, indivíduos dos dois sexos, grupos de comerciantes ou produtores homens e mulheres, comunidades, grupos sócio-económicos, decisores e planificadores de políticas ou outros membros e funcionários de organizações governamentais e não governamentais. Os interesses das várias partes intervenientes podem estar em conflito, enquanto diferentes partes intervenientes que partilham os mesmos interesses podem formar uma parceria. Por exemplo, podem surgir conflitos entre pastores e produtores agrícolas quando a expansão das terras cultivadas invade terras que tradicionalmente são utilizadas para pastagem. Uma abordagem com enfoque de género visa alcançar um equilíbrio de género dentro e entre os diferentes grupos de partes intervenientes. Na avaliação de conflitos, uma abordagem com enfoque de

género tem em conta as diferenças de género (dentro e entre as categorias de partes intervenientes) nas possibilidades de acederem aos recursos, participarem e terem uma voz e responderem aos incentivos.

Podemos identificar três tipos de partes intervenientes no contexto do uso dos recursos:

- aqueles que tem ou necessitam um recurso;
- aqueles que são afectados pelo uso de um recurso por outrem;
- aqueles que influenciam as decisões com respeito aos recursos.

Abordagem com enfoque de género no planeamento participativo e formulação de políticas

Baseados nos conceitos acima mencionados, “planeamento participativo e formulação de políticas” podem ser definidos como: *o processo através o qual todas as partes intervenientes são envolvidos no planeamento, implementação e monitorização de políticas e programas numa abordagem ascendente de baixo para cima em que o nível de planeamento das aldeias e das comunidades é a base para planos e políticas a nível distrital, regional e central.*

Uma abordagem com enfoque de género, para o planeamento participativo e formulação de políticas, assegura que “*todas as partes intervenientes*” refiram-se tanto aos homens e às mulheres, assim como às organizações dos dois sexos. A análise das partes intervenientes ajuda identificar não só os grupos menos importantes e influentes (p.e. agregados familiares chefiados por mulheres, produtores de subsistência, sem terra, etc.), mas sim assegura que a voz das mulheres dentro destes grupos seja ouvida. Dentro de grupos mistos, é sempre a voz da mulher que é tem menos possibilidades de ser ouvida, sendo necessário assegurar que a sua voz sejam representadas no processo de planeamento e formulação de políticas.

...mas não aplicável a todas as políticas

Esta forma ideal de planeamento participativo e formulação de políticas não pode ser aplicada de maneira igual a todas as políticas e instituições. Diferentes políticas são objecto de diferentes graus de participação e diferentes arranjos institucionais para a participação. Isto é particularmente verdadeiro nas políticas macroeconomicas. Por exemplo, a política macro da taxa de câmbio de desvalorização não se pode moldar à abordagem participativa. Se a política de desvalorização foi publicamente discutida antes que a desvalorização tivesse lugar isto levaria a uma venda especulativa de moeda nacional para baixar tal desvalorização, impondo de tal forma uma pressão sobre a moeda nacional e levando inevitavelmente a um colapso do seu valor. Da mesma maneira, as políticas monetárias envolvidas com ajustes a taxas de juro não levam a abordagens participativas. Contrariamente, a política fiscal visante a racionalizar e/ou reduzir as despesas do fornecimento do serviço, é particularmente adapta para a abordagem participativa das partes intervenientes.

A análise das partes intervenientes é combinada com a análise dos recursos das restrições para evidenciar o facto que, quando houver o planeamento para a mudança, as partes intervenientes amiúde têm que investir recursos, envolvendo também tomar riscos. O risco não pode ser pior que o resultado final potencial para algumas partes intervenientes quem poderão recusar investir os seus recursos em tal programa ou projecto. Por exemplo, em alguns casos onde a segurança

alimentar dos agregados familiares ou o bem-estar das crianças podem ser comprometidos, as mulheres têm menos possibilidades de investir tempo na produção para a venda que as suas contrapartes masculinas; ou as mulheres já demonstraram terem mais capacidades de pagar a água que os seus maridos. Portanto, identificar e incluir tanto as mulheres assim como os homens ajuda a assegurar que as políticas agrícolas e planos sejam realísticos.

As actividades propostas baseadas nos recursos não disponíveis (tempo das mulheres) ou que requerem uma resposta das partes intervenientes que enfrentam restrições (fraco acesso das mulheres para os recursos produtivos) ou que são baseadas nas metas fortemente contenciosas (expansão de cultivos para a venda geridos por homens) vão provavelmente destinadas ao fracasso. Do outro lado, identificar parcerias e redes existentes ou criar novas entre as partes intervenientes que partilham interesses em comum, é um bom ponto de partida para o planeamento de desenvolvimento. Identificados tanto as parcerias, assim como os possíveis conflitos usando uma abordagem participativa das partes intervenientes, é possível identificar maneiras para resolver conflitos, alcançar consensos e construir compromissos. A forma ideal do planeamento participativo e formulação de políticas não será alcançável imediatamente em todos os países. Mover-se para esta direcção fundamentalmente envolve um processo gradual de mudança, como por exemplo quando atitudes e capacidades começam a mudar. Algumas das etapas necessárias deste processo são evidenciadas a seguir.

7.2 COMO PROMOVER O PLANEAMENTO PARTICIPATIVO E A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS COM ENFOQUE DE GÉNERO

Abordagem por fases para planeamento participativo e formulação de políticas

O processo do planeamento participativo e a formulação de políticas com enfoque de género no sector agrícola pode ser dividido em quatro fases:

- Fase 1: Orientação
- Fase 2: Consultas preliminares das partes intervenientes
- Fase 3: Revisões sub-sectoriais profundas
- Fase 4: Formulação de políticas e planos

A recolha dos dados desagregados por género, a análise de género (Módulo 6) e a construção de capacidades para actividades de igualdade de género (Módulo 5) cabem nas quatro primeiras quatro fases. A fase 4 é seguida pelo orçamento (Módulo 8) monitorização e avaliação (Módulo 9).

Os resultados do processo desde a recolha de dados até a monitorização e avaliação deveriam ser:

- análise e compreensão do papel das mulheres no sector agrícola;
- melhoria nas capacidades institucionais para a redução das desigualdades de género;
- escolha de metas e objectivos prioritários da política que beneficia tanto as mulheres assim como os homens rurais;

- preparação de uma estratégia, incluindo reformas detalhadas, para beneficiar as mulheres e as partes intervenientes mais desfavorecidas que são parte integrante da política agrícola geral do país;
- mobilização da assistência financeira para tal estratégia;
- melhorias da estratégia em curso.

7.2.1 Primeira Fase: Orientação

Consta de três etapas:

- esclarecimento institucional;
- análise preliminar;
- preparação de um plano de trabalho.

Esclarecimento institucional É preciso seleccionar uma instituição principal é a escolha mais óbvia é aquela do Ministério responsável pelo sector agrícola. Todavia, sendo que direccionar as necessidades das mulheres rurais cruza os limites institucionais, é necessário identificar parceiros e definir os interesses e expectativas de todas essas outras estruturas de governo, definindo o seu mandato e meta das suas actividades.

Análise preliminar Além de detalhados dados desagregados por género e do seu uso para revisões sub-sectoriais profundas da fase três, é necessária também uma análise preliminar da situação de base. Aliás, usando a análise de género para esboçar os papeis e as restrições que as mulheres enfrentam na agricultura deveria também fazer um sumário do que foi e do que está sendo feito para promover a igualdade de género na agricultura, quem levou essas actividades e os resultados obtidos. Esta é uma **precondição** necessária para a formulação de novas políticas. Isto ajuda a identificar o que foi tentado no passado, os recursos necessários, as restrições enfrentadas e os resultados, tornando mais fácil a identificação de prioridades existentes e objectivos, evitando a duplicação ou a repetição dos erros feitos no passado. A análise deveria também avaliar, através do uso dos contextos micro-meso-macro, como as metas mais amplas da política nacional agrícola e macro económica, tais como a desvalorização da taxa de câmbio para promover as exportações agrícolas, são afectadas e afectam os constrangimentos do tempo das mulheres, a discriminação de género no acesso aos recursos e a discriminação género nas instituições públicas e mercados, etc. Os resultados da análise preliminar deveria ser apresentada em forma de um **breve documento de orientação**.

Preparação de um plano O plano de trabalho deveria declarar os amplos objectivos provisionais para a integração da dimensão de género na política agrícola e fornecer um plano de trabalho especificando tarefas, dadas de completamento e responsabilidades para essas tarefas.

7.2.2 Segunda Fase: Orientações preliminares das partes intervenientes

Alcançar um consenso

O objectivo desta fase é o de alcançar um consenso acerca das principais restrições de género para o alcance de políticas agrícolas. Isto significa identificar as restrições e as necessidades que enfrentam as mulheres rurais e priorizar as áreas de intervenção tendo em conta os objectivos gerais da política. Muitas destas áreas de intervenção estarão nível sub-sectorial, como por exemplo: política fundiária, de crédito e de extensão, constituindo as bases para estudos aprofundados a serem realizados na fase três. A este ponto é importante ter a consciência de que não se pode alcançar tudo ao mesmo tempo e que é fundamental fazer uma lista das prioridades usando um processo participativo com enfoque de género. Tais prioridades deveriam reflectir a estratégia geral para o sector agrícola como um todo. Por exemplo, considerar como as políticas estabelecidas para promover uma maior produção de culturas de subsistência ou agricultura de regadio podem ser mais sensíveis às questões de género, por exemplo tomar em conta as restrições e oportunidades ligadas ao género que foram esclarecidas nas etapas anteriores do processo.

Alcançar um consenso é um processo que precisa de muito tempo em que grupos diferentes de partes intervenientes homens e mulheres deveriam estar envolvidos na troca de informação e no diálogo. A este ponto detalhadas políticas e intervenções não serão desenhadas, assim que é impossível identificar todas as partes intervenientes a nível de terreno. Todavia, é fundamental a este ponto inicial assegurar que as partes intervenientes com conhecimentos específicos das actividades e prioridades das mulheres rurais sejam representadas. Tal abordagem não assegurará só que as necessidades e capacidades de todas as partes intervenientes sejam tidas em conta, mas também que as partes intervenientes sentam um senso de propriedade e responsabilidade para processos e políticas.

...criar um Comité directivo e coordenador

Uma estratégia com esta finalidade poderia a de estabelecer um **Comité Directivo e Coordenador** presidido pelo Ministério responsável pela agricultura. Tal Comité pode incluir membros representantes de:

- Estruturas pertinentes do governo central como Ministério responsável para as questões de Mulheres ou de Género, Ministério responsável pela agricultura, os ministérios do planeamento e finanças do país.
- Todas as estruturas pertinentes descentralizadas do governo tais como Concelhos regionais e distritais, sectores distritais do Ministério da Agricultura e seus funcionários do terreno – assegurando-se que os interesses das mulheres rurais sejam especificamente representados.
- Políticos-chave tais como os Ministros da Agricultura, Finança e Planeamento ou seus representantes.
- Representantes de ONGs, incluindo aqueles que têm conhecimentos das questões de género em áreas rurais.
- Representantes de agências internacionais de assistência, assegurando que haja pelo menos um especialista do sector de género.
- Representantes de grupos de produtores homens e mulheres e organizações rurais tais como cooperativas comerciais ou organizações privadas de comerciantes.

É essencial que a voz das mulheres seja representada e legitimada neste processo e assegurar que todas as partes intervenientes sejam representada no Comité sem criar uma ampla estrutura de difícil gestão. Uma maneira para alcançar isto é a de escolher os membros do Comité para colaborar estritamente com os grupos e indivíduos que eles representam com uma troca de informação para que seja possível iniciar um processo participativo descentralizado.

Note-se que a estrutura do **Comité Directivo e Coordenador** acima mencionada e em certos pontos a seguir neste Módulo não é algo necessariamente prescrito ou imposto, mas sim que diferentes estruturas podem ser apropriadas consoante os contextos específicos. A característica importante de todas as estruturas é que estabelece ligações tanto verticais assim como horizontais.

7.2.3 Terceira Fase: Análises aprofundadas sub-sectoriais

Estudos profundos

As fases um e dois do processo de planeamento participativo e da formulação de políticas identificaram restrições-chave e áreas prioritárias de intervenção e acção. O objectivo da etapa três é o de realizar estudos detalhados sobre cada área prioritária. Tais estudos identificam a natureza do problema, as suas causas e possíveis soluções inclusive as suas implicações em recursos. Idealmente, deveriam ser levados por equipas multidisciplinares, que avaliam as dimensões económica, política, legal e social de cada problema. A equipa deveria utilizar uma abordagem participativa descentralizada, usando toda uma série de grupos-alvo, consultas, reuniões e debates com os membros do Comité Directivo (se for tal a estrutura escolhida) e as partes intervenientes que eles representam. O Quadro 20 fornece um breve exemplo hipotético.

Quadro 20: Revisão aprofundada do subsector da irrigação

Nas fases um e dois, o país X identificou a irrigação como uma área prioritária de intervenção. A estratégia macro é a de incrementar as exportações agrícolas através da promoção da agricultura irrigada. As produtoras mulheres, nos agregados familiares rurais chefiados por homens e mulheres, são amplamente responsáveis pela alimentação chave e exportações de produtos agrícolas não tradicionais.

Todavia, as fases um e dois da revisão sub-sectorial ressaltaram que havia uma falta de interesse e uso das infra-estruturas de irrigação. Isto podendo ser devido à falta de consideração das questões de género no contexto do desenvolvimento durante o desenho dos projectos de irrigação.

Portanto, na fase três é necessária uma análise de género aprofundada do sub-sector da irrigação. Isto ajudaria em identificar os constrangimentos e as mudanças de políticas e intervenções necessárias para o sucesso da política nacional a nível macro.

O Guia Sectorial de Rega ASEG (FAO 2001) fornece um excelente modelo por tais estudos baseados em estudos de caso usando técnicas de diagnóstico rural participativo.

Haverá considerável sobreposição e sinergia entre os subsectores. Por exemplo, as restrições de género em sectores como irrigação, mercados de crédito e terra quase com certeza irão sobrepor. Os projectos de irrigação, por exemplo, podem fracassar porque as produtoras mulheres não têm segurança da posse de terra e o acesso ao

crédito, aspectos estes que podem ser necessários para elas participarem. Existem desta forma alguns benefícios em manter uma abordagem flexível e aberta quando fizermos revisões sub-sectoriais assim que as ligações e as relações causais entre os subsectores podem ser reconhecidas e analisadas.

7.2.4. Quarta Fase: Formulando políticas e programas

Os resultados dos estudos sub-sectoriais deveriam ser resumidos em um **documento de síntese**, que esboça políticas e programas chave para o alcance dos objectivos da política. Tal documento deveria conter uma lista de:

Documento de síntese com acções prioritárias

- acções prioritárias;
- demarcação de responsabilidades;
- horário para a acção;
- necessários investimentos;
- projectos relacionados já em curso;
- projectos a ser desenvolvidos; e
- objectivos quantificáveis.

As áreas de acção deveriam cobrir as esferas: social, económica, legal, política e institucional. As acções prioritárias podem necessitar de diferentes fracções de tempo: alguns podem ser endereçados para necessidades imediatas de reunião, por exemplo para um projecto de micro crédito para as mulheres numa região específica, outros podem focar-se nas necessidades a prazos mais longos, por exemplo para reformar a legislação da terra e dar às mulheres uma melhor segurança na posse da terra. A exacta série de acções e intervenções será específica por país.

O Quadro 21 fornece exemplos de alguns das áreas possíveis para a acção/intervenção. Uma vez que o documento de síntese for acordado a este respeito, deveria funcionar como documento para ajudar mobilizar os recursos necessários para apoiar o que foi acordado com respeito a políticas e programas.

Desenho do projecto

Uma vez que as acções prioritárias e os projectos tiverem sido identificados no documento de síntese, os parceiros terão a responsabilidade para desenhar detalhados projectos individuais, que juntamente formarão um programa do sector agrícola. O Manual de trabalho de campo ASEG (FAO, 2001) fornece as linhas directrizes a este respeito a nível micro, mostrando como identificar e enfrentar as necessidades das comunidades através de uma abordagem participativa para poder assim desenhar o projecto. Outros guias para desenhar projectos do sector agrícola são mencionados nas Referências. É fundamental que no melhoramento e desenho de projectos e intervenções específicos seja realizada a análise das partes intervenientes. Isto envolve o fazer as seguintes questões:

- Em que maneira podem ser afectados diferentes grupos de homens e mulheres no projecto?
- Existem diferenças de género com e entre as partes intervenientes?
- Quais são os recursos e as restrições que enfrentam diferentes grupos de homens e mulheres de partes intervenientes?
- Quais são os potenciais benefícios de desenvolvimento das actividades que reduzem desigualdades de género?

- Como poderão tais intervenções potenciais afectar as estratégias de sobrevivência das diferentes categorias das partes intervenientes dos dois sexos?
- Como pode cada grupo de partes intervenientes ajudar ou obstacular as mudanças propostas?
- Como podem ser resolvidos os conflitos entre as partes intervenientes dos dois sexos?
- Como podem ser aproveitadas as prioridades/parcerias de desenvolvimento?

Quadro 21: Diferentes esferas de acção para a equidade de género

Na esfera **legislativa**, rever a legislação para melhorar a igualdade de género.

Isto pode envolver:

- reconhecimento formal dos direitos dos homens e mulheres como produtores e chefes de agregados familiares;
- mudanças na lei da terra para melhorar o acesso, controlo, propriedade e responsabilidades das mulheres com respeito à terra;
- mudanças no regulamento e procedimentos para melhorar a igualdade de género no acesso aos serviços financeiros;
- mudanças nas leis que afectam as oportunidades das mulheres em entrarem nos contratos de trabalho;
- reconhecimento formal dos direitos das mulheres para se converterem em membros de organizações profissionais, agrícolas e comerciais;
- mudanças na legislação da herança para reforçar a posição das viúvas.

Na esfera **económica**, melhorar a igualdade de género no acesso aos recursos como:

- pesquisa e extensão através do redesenho do seu conteúdo e entrega;
- bens de investimento para alcançar as necessidades das mulheres como produtoras, comerciantes e responsáveis principais dentro do agregado familiar;
- irrigação tendo em conta as diferentes necessidades e limitações das mulheres e dos homens;
- serviços financeiros;
- terra inclusive a terra reabilitada, desenvolvida e irrigada;
- formação e capacidades técnicas.

Na esfera **institucional**:

- melhorar o acesso das mulheres aos mercados e instituições comerciais;
- reforçar e legitimar a voz das mulheres nas organizações rurais (p.e. clubes de agricultores, cooperativas comerciais, comités de gestão da rega) através da formação de grupos de mulheres e/ou de reforço do papel das mulheres e legitimação em instituições existentes.

Na esfera **política**:

- reforçar a igualdade de género na tomada de decisão em todos os níveis desde as comunidades de terreno até os ministérios do governo central, por exemplo através de projectos de formação para desenvolver as capacidades participativas e de tomada de decisão das mulheres e melhorar a perspectiva de género dos homens nas capacidades de gestão;
- reforçar a participação das mulheres na tomada de decisão em programas e projectos de desenvolvimento;
- sensibilizar os políticos para a necessidade de uma integração da dimensão de género.

Monitorar a implementação das políticas

Implementação da política envolve uma coordenação geral do Comité Directivo chefiado pelo Ministério de Agricultura. O seu papel será de:

- assegurar a coordenação entre todos os parceiros e atribuir responsabilidades entre diferentes estruturas governamentais e ONGs;
- assegurar troca de informação entre todos os parceiros;
- facilitar a revisão e a passagem de legislação, assegurando que todos os parceiros envolvidos apliquem as medidas adequadas (é fundamental que estudos, revisões e alterações dos regulamentos e leis sejam realizados no começo do plano de trabalho);
- monitorar a implementação da política para assegurar que os horários sejam respeitados;
- assegurar a transparência das acções e decisões.

O Quadro 22 fornece um exemplo de integração da dimensão de género no processo de planeamento participativo na Costa Rica.

Mais informações sobre a monitorização das políticas podem ser encontradas em FAO (2003).

Quadro 22: Participação e Género na planificação de desenvolvimento agrícola: Um estudo de caso da Costa Rica

As mulheres desenvolvem um papel importante na agricultura da Costa Rica, produzindo cereais básicos para a segurança alimentar, realizando actividades de recolha e de post-recolha de outros produtos e fornecendo trabalho remunerado na exportação de cultivos não tradicionais.

Em 1996 o projecto “Apoio às Mulheres nas Zonas Rurais dentro do quadro da Abordagem de Género” foi lançado na Costa Rica com o apoio da FAO. O seu objectivo foi o de integrar a dimensão de género no sector da política actual, programas e actividades que visam a modernizar, comercializar, descentralizar e identificar, tirando as restrições existentes na participação das mulheres no processo da reforma agrária. Uma Unidade de Género na agricultura mista e no executivo do planeamento do sector serviu como instituição principal no projecto, formando desta maneira um Comité Directivo, nomeado o Comité de Planeamento de Género.

Uma componente chave do projecto foi a *formação de recursos humanos* a todos os níveis. Isto envolveu três tipos de formação: sensibilização dos participantes com respeito às desigualdades de género; fornecendo uma série de ferramentas para ajudar integrar o género nos projectos de desenvolvimento; e a formação acerca de como meditar estratégias de desenvolvimento desde uma perspectiva de género. A criação de dados desagregados por género foi um apoio a componente de formação.

A segunda componente chave foi o *reforço das capacidades das comunidades e a formação das mulheres lideres*. Através de diagnósticos participativos, as mulheres na área piloto usavam grupos comunitários para identificar os seus problemas, necessidades, recursos e potencialidades. Cada grupo de Canton na área piloto portanto preparou um plano de acção e estes planos foram sintetizados nas acções prioritárias e nos requisitos de fundos financeiros com a ajuda de um/a facilitador/a.

A terceira componente foi a de *integrar a dimensão de género das políticas* nas linhas directrizes gerais do sector agrícola. Foram revistos mais de 30 documentos inclusive o Plano de Desenvolvimento Nacional e as Linhas Directrizes Estratégicas para a Agricultura. Este processo foi tirado dos resultados dos outros dois componentes do projecto e foi altamente participativo, envolvendo workshops e consultas com grupos e associações de agricultores, pessoal técnico regional, ministérios, ONGs, funcionários municipais, extensionistas e grupos comunitários. Um dos resultados deste componente foi a preparação de linhas directrizes estratégicas para integrar uma abordagem de género na política deste sector.

Fonte: FAO (1997).

7.3 UTILIZANDO O ENQUADRAMENTO MICRO, MESO E MACRO

Além aos estudos sub-setoriais, a formulação das políticas e planos deveriam ser desenhados com base nos contextos macro-meso-micro. Como mostrado no Módulo 2, as políticas macro podem fracassar ou terem efeitos não esperados se os contextos de desenvolvimento meso e micro forem ignorados no momento do desenho da política. Duas abordagens podem ser adoptadas para corrigir isto:

- algumas intervenções podem ser adoptadas a nível sub-setorial para tratar das restrições e necessidades de género duma maneira que melhore a resposta do sector nas políticas macro tais como: desvalorização, comércio liberalização ou privatização do mercado;
- as políticas a nível macro podem ser revistas.

A última opção poderá parecer radical, mas às vezes é necessária e o Comité Directivo e Coordenador deveria tê-lo em conta. Por exemplo, se a política de privatização do mercado for alcançada, possivelmente através da demolição do organismo para a comercialização, podendo ter efeitos não esperados. Comerciantes privados poderiam não ser capazes de cobrir a demanda do Mercado em áreas remotas, habitadas por produtores com poucos recursos (muitos dos quais seriam mulheres) ou, mais geralmente, poderiam ser contrários a tratarem com produtoras mulheres. Isto pode ter efeitos negativos em termos de pobreza, o balanço regional ou a segurança alimentar. Embora não seja sensato abandonar completamente o programa de privatização e voltar ao sistema monopolístico (único comprador) e muitas vezes ineficiente sistema de mercado estatal, a política de liberalização pode necessitar ser mudada. Tal vez seja necessária uma abordagem mais gradual para a privatização, com uma presença do Estado nas finanças e nos transportes desenvolvidos para comerciantes privados, construção de infra-estruturas em área remotas e mudanças nas barreiras legais e sociais para a participação das mulheres nos mercados agrícolas privados.

Embora a integração da dimensão de género no planeamento e política agrícolas costumem ter lugar dentro de um contexto de política macro, às vezes é necessário reconsiderar tais políticas macro em vista de um contexto de desenvolvimento. É importante lembrar que embora a liberalização agrícola e as políticas de privatização visem amiúde maximizar a eficiência económica, os decisores de políticas costumam ter outros objectivos, inclusive a redução da pobreza, a segurança alimentar, o balanço regional e a promoção da participação dos grupos marginalizados. Aliás, estes objectivos raramente são independentes.

7.4 UMA ABORDAGEM HOLÍSTICA

Embora já discutimos os requisitos para a integração do género no planeamento agrícola e na formulação de políticas é importante dar-se conta que o que acontece no sector agrícola é influenciado por sua vez influencia, políticas e eventos fora da agricultura. O Comité Directivo deveria visar os seus esforços na agricultura, mas tal vez também necessitará juntar-se com outros ministérios e organizações para obter mudanças em outras áreas relacionadas tais como:

- melhor educação das raparigas, mulheres e formação técnica;

- promoção de actividades não agrícolas geradoras de rendimento para mulheres e grupos marginalizados;
- melhor acesso aos serviços sociais, nomeadamente nos centros sanitários rurais;
- reconhecimento da interdependência das esferas produtiva e doméstica tentando responder às necessidades da economia doméstica não remunerada na política social e nas infra-estruturas;
- melhor fornecimento das infra-estruturas rurais para responder às necessidades de mercado e domésticas das mulheres, nomeadamente as do transporte.

7.5 CONJUNTO DE FERRAMENTAS E EXERCÍCIOS E RECURSOS SUPLEMENTARES

7.5.1 Ferramentas e exercícios

Os Manuais ASEG a nível Intermédio e de Campo contêm ferramentas e exercícios que podem ser adaptados a nível macro sobre a análise das partes intervenientes, dos recursos e das restrições, conflitos e parcerias entre as partes intervenientes, etc.

7.5.2 Recursos

FAO (1995), *Development Policy and Strategy for the Benefit of Rural Women*, no qual é baseada a Secção 2, debate mais detalhadamente como integrar a dimensão de género na política agrícola e no planeamento. Este documento é dividido em três partes: análise da situação; linhas directrizes operacionais; e uma lista útil do “que fazer e não fazer”.

FAO (1999), *Participation and Information: The Key to Gender-responsive Agricultural Policy*, fornece uma breve introdução à natureza do planeamento agrícola e como torná-lo mais participativo e atento às questões de género.

Sen, G. (2000), “Gender Mainstreaming in Finance Ministries”, *World Development*, Vol. 28, No. 7, pp. 1379-1390. Este documento mostra três possíveis pontos de entrada para a integração o género no trabalho do Ministérios das Finanças: (i) gestão macroeconómica, inclusive o orçamento anual do governo; (ii) reformas estruturais, inclusive a liberalização, a privatização, a desregulamentação e; (iii) o micro-crédito no contexto da liberalização financeira. O trabalho de Sen introduz argumentos válidos para a integração do género na política a nível macro do sector agrícola.

Gender and Development: Plan of Action, (2002-2007), esboça o plano de acção da FAO para integrar as mulheres em todas as actividades de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

FAO (2003). *Impact Monitoring Manual*, FAO, Rome

FAO (2001). *SEAGA Sector Guide: Irrigation*, FAO, Rome

FAO-DFID (2000). “Sustainable Livelihoods Approaches at the Policy Level” by Ann M. Thompson in *Proceedings of the Forum on Operationalizing Sustainable Livelihoods Approaches*, Pontignana (Siena), 7-11 March 2000 (pages 99-117)

FAO (1997). *Formulation of Agricultural and Rural Investment Projects – Planning tools, case studies and exercises*.

FAO (1997). *Gender and Participation in Agricultural Development Planning: Lessons from Costa Rica*, FAO, Rome

FAO (1995). *Gender Issues in Agricultural and Rural Development Policy in Asia and the Pacific*, FAO/UN RAP Publication, FAO Regional Office for Asia and the Pacific, Bangkok

FAO (1986). *Guide for Training in the Formulation of Agricultural and Rural Investment Projects*.

Outros Guias de projectos para projectos de investimento podem ser encontrados na página Web da FAO: <http://www.fao.org/tc/tci/resource.htm>

Módulo 8

**Como aumentar o orçamento de forma a
incorporar as considerações de género**

MÓDULO 8

COMO AUMENTAR O ORÇAMENTO DE FORMA A INCORPORAR AS CONSIDERAÇÕES DE GÉNERO

OBJECTIVOS

Neste Módulo aprenderá sobre:

- como fazer um diagnóstico de programa estratégico com enfoque de género.
- como produzir um mapa do orçamento com enfoque de género.
- como fazer uma avaliação dos beneficiários/as do serviço.
- sobre a análise das incidências dos benefícios nas despesas e receitas públicas.
- como analisar o impacto do uso do tempo.
- a importância da revisão das despesas públicas.

CONTEÚDOS

- 8.1 Introdução
- 8.2 Diagnóstico da política com enfoque de género
- 8.3 Mapa do orçamento com enfoque de género
- 8.4 Avaliações dos beneficiários do serviço
- 8.5 Análise das incidências dos benefícios nas despesas públicas
- 8.6 Análise das incidências nas receitas públicas
- 8.7 Análise o impacto do uso do tempo
- 8.8 Revisão das despesas públicas
- 8.9 Recursos

8.1 INTRODUÇÃO

Melhorar a eficácia e eficiência dos recursos para a agricultura envolve o reforço das ligações entre as prioridades da política, orçamento, implementação e monitorização dos resultados da política. O processo de integração do género no orçamento pode facilitar a integração da dimensão de género, reforçar os mecanismos de responsabilidade e fornecer informações úteis para a avaliação e monitorização dos programas agrícolas.

Análise do orçamento com enfoque de género

O processo orçamental é um ponto focal potencial para assegurar que os compromissos gerais em apoiar a equidade de género sejam possibilitados graças a um adequado apoio financeiro para alcançar tais compromissos. Aliás, é importante também que adequados indicadores financeiros específicos de género assim como aqueles das despesas e dos resultados sejam integrados no processo de monitorização para que a equidade de género possa ser analisada de maneira periódica.

Construir uma base de dados e uma expertise para integrar as dimensões de género no orçamento é um processo que demora tempo. As ferramentas para a análise de género já têm sido implementadas em muitos países, inclusive a África do Sul, Austrália, Sri Lanka, Barbados, St. Kitts & Nevis e Fiji sob Iniciativa do Orçamento com enfoque de Género do Commonwealth (*Commonwealth Gender Budget Initiative*). Também a Nigéria e o Bangladesh têm integrado a perspectiva de género nas iniciativas orçamentais e a informação a este respeito pode ser encontrada nos websites do PNUD e do UNIFEM listados no fim deste Módulo.

As despesas consagradas para a construção de capacidades neste sector deveriam integrar especificamente itens para encontrar o uso real destas ferramentas (ver Módulo 5).

Todavia, as ferramentas apresentadas neste Módulo foram adaptadas para ter em conta as preocupações e prioridades dos decisores e planificadores, que necessitarão de maiores detalhes para ter em conta os particulares contextos do país. Aliás, a escolha das ferramentas mais adequadas é feita de maneira melhor através de consultas entre funcionários técnicos locais, especialistas de género e partes intervenientes tanto homens como mulheres. As diferentes ferramentas utilizam diferentes tipos de expertise e dados, sendo pertinentes a diferentes etapas do processo da política. O resto deste Módulo introduz sete instrumentos que podem ser utilizados para integrar o género no processo orçamental.

8.2 AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS COM ENFOQUE DE GÉNERO

O instrumento para o diagnóstico da política com enfoque de género visa responder à pergunta: como é a estratégia agrícola, os seus projectos, programas e uso de recurso para reduzir ou aumentar as desigualdades de género no sector agrícola?

É particularmente importante que o diagnóstico da política com enfoque de género seja completado na etapa da formulação da política. É aconselhável que a política de governo, os funcionários operacionais e as contrapartes da FAO consultem os grupos de agentes intervenientes que têm um bom entendimento das questões de género no país/região. Em particular, tanto as mulheres produtoras como as organizações de comerciantes e as ONGs atentas às questões de género podem fornecer um útil feedback com respeito aos efeitos das políticas agrícolas sobre as desigualdades de género.

Para reduzir o tempo e recursos necessários, o diagnóstico pode formar um componente substancial da Análise de Género (Módulo 6) e da formulação do Relatório da Estratégia Agrícola Nacional (Módulo 7).

O diagnóstico da política com enfoque de género consta de três etapas:

Avaliar	Primeira etapa: Avaliar como as políticas, estratégias e programas do sector agrícola com os seus modelos de distribuição de recursos reduzem ou aumentam as igualdades de género na agricultura p.e., através das mudanças no:
...como as políticas e programas do sector agrícola têm impacto sobre a igualdade de género	▪ acesso aos recursos produtivos; ▪ tempo que as mulheres dedicam na recolha de água, alimentos, transporte de bens/crianças; ▪ direitos de homens e mulheres no acesso e uso da terra; ▪ produtividade/ tempo dedicado a capinar, processar alimentos, etc.; ▪ produção de culturas de subsistência.
...integram os objectivos da igualdade de género na política	Segunda etapa: Avaliar como os objectivos da igualdade de género são integrados na política, estratégias do sector, programas e projectos e qual é a distribuição dos necessários recursos associados para a igualdade de género na: ▪ assistência política, sector e subsector análises e construção de capacidades; ▪ investimentos na agricultura e no sector rural; ▪ programas especiais tais como o Programa para a Segurança Alimentar; ▪ mobilização de recursos e integração da dimensão género no ciclo de projecto; ▪ assistência e reforço da colaboração com as organizações da sociedade civil especializadas em género e direccionadas para as mulheres rurais.
...contribuem as prioridades da igualdade de género e a distribuição do orçamento para os objectivos	Terceira etapa: Identificar como se espera que as prioridades da igualdade de género e a distribuição do orçamento contribuam aos objectivos gerais do programa, tais como: ▪ aumento da produtividade e da expansão agrícola; ▪ segurança alimentar; ▪ redução da pobreza rural.

8.3 ORÇAMENTOS COM ENFOQUE DE GÉNERO

O mapa do orçamento com enfoque de género permite olhar de maneira retrospectiva para como as despesas contribuíram a aumentar e/ou reduzir as desigualdade de género. Pode fornecer úteis informações para uma análise de género (ver Módulo 6). Aliás, podem também fornecer indicadores que podem ser extraídos e usados no processo de monitorização (ver Módulo 9).

As despesas públicas contribuíram a aumentar ou reduzir as desigualdades de género?

O mapa do orçamento com enfoque de género pode tornar-se um breve relatório feito pelo governo que avalia o nível de alcance dos objectivos de género e equidade em agricultura. O relatório pode constar de:

- um breve mapa de todos os responsáveis e directores do projecto sobre o nível alcançado nos objectivos de género, como estabelecido nos planos operacionais;
- uma lista das despesas dos resultados prioritários;
- uma breve discussão dos resultados do programa nomeadamente relacionados com as prioridades de género em agricultura.

A lista dos resultados pode incluir os seguintes itens de despesas, tendo em conta que a percentagem do orçamento total e desagregado por género:

- formação de mulheres como extensionistas agrícolas;
- pesquisa nas culturas geridas por homens e mulheres;
- créditos subsidiados para produtores mulheres e homens pobres;
- formação em sensibilização dos responsáveis pelo projecto e do pessoal de serviço;
- despesas de irrigação para culturas geridas por homens e mulheres;
- despesas feitas para as prioridades definidas pelos homens; e aquelas definidas pelas mulheres (podem ser identificadas através de avaliações participativas dos beneficiários).

Uma lista dos resultados prioritários de género podem incluir o seguinte:

- equidade de género nas regras que governam tanto a posse e uso da terra assim como a propriedade equilibrada por género da propriedade e uso da terra e direitos de propriedade;
- resultado melhorado; produtividade dos produtos agrícolas geridos pelos homens e pelas mulheres;
- igualdade de género na carga do tempo dos homens e mulheres nas áreas rurais;
- igualdade de género nos resultados nutricionais dentro do agregado familiar;
- igualdade de género de participação nos grupos de agentes intervenientes;
- melhoria da igualdade de género no número de homens e mulheres como extensionistas agrícolas; responsáveis do Ministério de Agricultura; investigadores das instituições agrícolas.

8.4 AVALIAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DO SERVIÇO DE FORNECIMENTO

A distribuição orçamental e os resultados são coerentes com as prioridades dos homens e mulheres?

A avaliação dos beneficiários do serviço de fornecimento ressalta se as perspectivas das mulheres e dos homens com respeito ao nível de distribuição do orçamento e resultados associados são coerentes com as suas prioridades. Por exemplo, pode analisar desde o pontos de vistas dos agentes intervenientes homens e mulheres com respeito tanto ao real fornecimento de serviço de extensão, pesquisa, instituições e infra-estruturas comerciais, informação, assistência para os agregados familiares etc. para sabermos se as suas necessidades são coerentes com as suas prioridades. As perguntas podem centrar-se nas prioridades em geral para as despesas públicas ou nos detalhes de operações de serviços públicos particulares. As avaliações dos beneficiários a nível de campo podem ser utilizadas neste processo. Isto pode requerer geridores e administradores dos escritórios no campo para endereçar a informação para as unidades da política central. É importante assegurar que as perspectivas tanto dos homens assim como das mulheres, nomeadamente entre os agregados familiares mais pobres, sejam tidas em conta. O manual ASEG de trabalho de campo fornece as linhas directrizes para conhecer as realidades dos agregados familiares e realizar debates de grupo com este objectivo.

As fontes de dados e informações que podem ser utilizadas para a avaliação dos beneficiários do serviço de fornecimento pode incluir:

- dados como o recenseamento agrícola;
- pequenos inquéritos;
- base de dados desagregados por género;
- avaliação das necessidades qualitativa dos grupos alvo.

8.5 ANÁLISE DA INCIDÊNCIA DE BENEFÍCIOS NAS DESPESAS PÚBLICAS

Como é distribuída a despesa pública entre as diferentes populações?

A análise da incidência de benefícios nas despesas públicas calcula a distribuição da despesa pública entre diferentes populações: p.e. mulheres e homens rurais; mulheres e homens urbanos. Pode ajudar a avaliar o nível em que as diferentes classes de homens e mulheres beneficiam das despesas públicas.

Na prática, estimar as despesas, o uso feito por mulheres e homens, ou os seus benefícios, por um dado serviço é complicado e envolve a análise de muitos dados. Onde haja particulares tipos de despesas públicas, pelas quais é útil ter uma incidência dos benefícios desagregados, seria recomendável que esses dados fossem incluídos no recenseamento agrícola.

A incidência das despesas públicas pode ser calculada através de estimativas das despesas por um dado serviço ou uma série de serviços no ano financeiro e dividindo-o pelos beneficiários do mesmo. Os beneficiários podem constar de diferentes agentes intervenientes ou utilizadores do serviço. Eles aliás podem incluir empregados ou trabalhadores financiados pelo sector público. Por exemplo, a análise das despesas da incidência do sector público do Ministério da Agricultura

é provável que mostre uma distribuição muito mais alta para homens da área urbana do que para mulheres da área rural, nomeadamente quando as diferenças de salário forem tidas em conta.

Quando se realiza uma análise das despesas da incidência do sector público algumas das questões que têm que ser levantadas podem ser solucionadas somente fazendo este simples exercício:

- no seu país existe o programa Mulheres em Desenvolvimento (MED)? Se sim, considere a incidência dos beneficiários segundo o emprego nos vários projectos (despesa por empregado, tendo em conta as diferenças de género nos salários e pagas) e os beneficiários do serviço ou do investimento (tendo em conta o número de homens e mulheres, rapazes e raparigas que beneficiam de um projecto de despesa). Se não houver o programa MED, tente este exercício usando outro programa);
- considere como estimaria a incidência dos benefícios com outros itens do programa;
- qual útil informação pode ser obtida destas estimativas?
- considere as forças e as limitações deste exercício.

A análise da incidência dos beneficiários necessita ter em conta:

- despesa;
- uso;
- necessidade.

A primeira etapa é a de analisar as despesas por um resultado dado, como por exemplo a extensão agrícola. A etapa seguinte é a de fazer uma estimativa do número dos beneficiários que utilizaram o serviço fornecido. Estas necessidades têm que ser desagregadas por sexo para analisar os modelos de género na distribuição da despesa pública. Alternativamente, poder-se-iam estimar as despesas pelos serviços que as mulheres consideram mais valiosas (por exemplo: pesquisar as produções agrícolas das mulheres) e compará-las com as despesas pelos serviços que os homens por sua vez consideram mais valiosas (por exemplo: pesquisar as produções agrícolas dos homens).

Uma vez terminados os cálculos, é necessário analisar e interpretar os resultados. Por exemplo, tendo em conta uma eventual enorme diferença de alfabetização tanto entre homens assim como entre várias áreas rurais:

- os resultados equitativos de género respeitantes à educação necessitam de uma maior consagração de despesas para a educação das raparigas do que para os rapazes, pelo menos de maneira temporária, para fazer com que o nível de alfabetização das raparigas alcance aquele dos rapazes;
- se as despesas na educação direccionadas para os rapazes for igual que aquela das raparigas, pode r-se dizer que os modelos de despesas mantêm as desigualdades de género e que a diferença entre os dois sexos não foi prioridade;
- se as despesas para os rapazes forem maiores do que aquelas das raparigas, então o modelo de despesas aumentaria as desigualdades de género.

Os websites do PNUD e do Secretariado do Commonwealth oferecem guias práticos para realizar uma análise da incidência dos beneficiários com enfoque nos pobres e no género. Ver recursos listados no fim deste capítulo.

8.6 ANÁLISE DE INCIDÊNCIA NAS RECEITAS PÚBLICAS

Como são distribuídas as receitas e outras formas de recuperação de despesas entre homens e mulheres?

A análise de incidência nas receitas públicas é uma ferramenta que mede a distribuição (p.e. por género) do peso das estratégias para aumentar as receitas do governo. As taxas, custos para os usuários e outras formas de recuperação de despesas podem ter impactos diferentes tanto nos homens assim como nas mulheres de diferentes regiões.

A análise necessita focalizar-se em dois tipos de dados:

- diferenças de género na **flexibilidade da demanda de preço*** para algum serviço em diferentes regiões (que determina a incidência de uma taxa);
- distribuição do peso de pagamento entre homens e mulheres nas regiões.

8.7 ANÁLISE DO IMPACTO DO USO DO TEMPO

De que maneira a diferente designação de recursos públicos tem o impacto do uso do tempo dentro dos agregados familiares?

A análise do impacto do uso do tempo é útil para os programas inter-sectorais como também para analisar os efeitos gerais das mudanças do orçamento. As mudanças na designação dos recursos governamentais têm impactos na maneira em que é utilizado o tempo dentro dos agregados familiares. A avaliação da rede de efeitos no uso do tempo pode ajudar na identificação das áreas em que as políticas de um determinado sector (a saúde por exemplo) são interligadas e podem ter muitos efeitos positivos ou de compensação em outro sector (como a agricultura) (UNIFEM, 2000).

Cortes em algumas formas de despesas públicas servem a aumentar a quantidade de horas que as mulheres têm que passar nos trabalhos domésticos para as suas famílias e comunidades não pagos para compensar os serviços públicos perdidos. Por exemplo, experiências mostram que os cortes na saúde tendem a aumentar o tempo passado pelos homens, mas nomeadamente pelas mulheres a cuidar das crianças doentes, reduzindo assim o tempo que pode ser utilizado pelos homens mas nomeadamente pelas mulheres para a produção de culturas comerciais. Quando são propostos tais cortes, a pergunta a ser feita é: isto aumenta o tempo que os homens e as consagram às actividades domésticas não remuneradas? Este tipo de análise requer dados do uso do tempo dentro do agregado familiar. Utilizar material como estudos de caso pode ser útil.

8.8 ANÁLISE DAS DESPESAS PÚBLICAS

Análise de género na revisão das despesas públicas

Em alguns países, as questões de género são integradas no processo de Revisão das Despesas Públicas (RDP) para consciencializar as questões de género dentro do sector público e ampliar a base de participação no processo orçamental enquanto, ao mesmo tempo, reforçar a gestão e a responsabilidade das despesas públicas. Trata-se de um aspecto muito ambicioso, mas todavia, representa uma maneira para consciencializar a designação orçamental e melhorar a transparência das despesas públicas. O processo orçamental fornece um forum para levantar questões sobre a designação de recursos públicos de maneira a serem acessíveis tanto às organizações de produtores e comerciantes homens e mulheres, assim como a organizações comunitárias, que são normalmente excluídas das discussões sobre as despesas públicas. Sendo um mecanismo de responsabilidade, este tem o potencial a ser utilizado no apoio da advocacia para melhores serviços agrícolas e boa governação.

8.9 RECURSOS

Este Módulo aproxima-se ao trabalho de Budlender, Sharp e Allen (1998); Elson (1999) e UNIFEM (2000) listado nas referências no fim do Módulo. Os Web sites do Secretariado do Commonwealth e do UNDP(PDNU) e UNIFEM oferecem guias práticos sobre como implementar as práticas que dizem com respeito aos orçamentos com enfoque de género.

8.9.1 Outros recursos

Çağatay, N., Keklik, M. Lal, R. Lang, J. (2000), *Budgets As If People Mattered: Democratizing Macroeconomic Policies*, UNDP SEPED Conference Paper Séries No. 4 May. Disponível em:
<http://www.undp.org/seped/publications/budgets.doc>

Demery, L. *et al.* (1995), *The Incidence of Social Spending in Ghana*, PSP Discussion Paper No.82, World Bank, Washington, DC.

Commonwealth Secretariat: O Secretariado do Commonwealth tem um portefólio de recursos sobre género e orçamentos, integração da dimensão de género em geral e nas actividades macroeconómicas, contacto: www.thecommonwealth.org e clique em “género”.

Sen, G. (2000), “Gender Mainstreaming in Finance Ministries”, *World Development*, Vol. 28, No. 7, pp. 1379-1390. Este documento mostra três possíveis pontos de entrada para a integração da dimensão de género nos trabalhos do Ministério das Finanças: (i) gestão macroeconómica, inclusive o orçamento anual do Governo; (ii) reformas estruturais, inclusive a liberalização, privatização, de-regulamentação e; (iii) micro-crédito no contexto da liberalização financeira. O trabalho de Sen introduz argumentos válidos para a integração da dimensão de género na política a nível macro no sector agrícola.

Stotsky, J. (1996) *Gender Bias in Tax Systems*, IMF Fiscal Affairs Department, *IMF Working Paper WP/96/99*, September. Fornece uma descrição dos prejuízos de género directos e indirectos nos sistemas de taxação.

UNDP(PDNU): O Web site do PNUD (Fundo para o Desenvolvimento das Nações Unidas) fornece tanto recursos, estudos específicos por país e directrizes práticas sobre orçamentos com enfoque de género direccionados a pobres, assim como links úteis para estudos relacionados e relatórios analíticos. Isto pode ser encontrado em vários lugares do Web sites do PNUD:

Home page: www.undp.org - links para: Pobreza e Género
www.sdn.undp.org/genderlinks
www.undp.org/poverty

UNIFEM: O Web sites do UNIFEM contem recursos práticos e analíticos sobre os orçamentos com enfoque de género. O Capítulo 5 de *Progress of the World's Women*, “Responsabilidade para o Progresso das Mulheres: Mulheres que requerem acção” contem informações úteis sobre os orçamentos com enfoque de género.
Este é disponível on-line da Home Page: www.undp.unifem.org ou directamente de: <http://www.undp.org/unifem/progressww/2000/chap5.pdf>

REFERÊNCIAS

Budlender, D., Sharp, R. and Allen, K. (1998). *How to do a Gender-Sensitive Budget Analysis: Contemporary Research and Practice*, London: Commonwealth Secretariat and AusAid.

Elson, D. (1999). *A Tool for Implementing the Platform for Action: Gender-Sensitive Budget Analysis*. Paper prepared for the Workshop on Gender, Macroeconomics and Globalisation hosted by UNDP, Ford Foundation, University of Utah and MacArthur Foundation, New York, 25-26 March.

UNIFEM (United Nations Development Fund for Women) (2000). *Progress of the World's Women 2000*, UNIFEM Biennial Report, UNIFEM, New York.

Módulo 9

**Como melhorar a monitorização e
avaliação dos componentes de género
nos programas agrícolas**

MÓDULO 9

COMO MELHORAR A MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS COMPONENTES DE GÉNERO NOS PROGRAMAS AGRÍCOLAS

OBJECTIVOS

Neste Módulo aprenderá sobre:

- O objectivo da monitorização e avaliação (M&A).
- Como monitorar os objectivos de género nos programas agrícolas ligando os inputs ao rendimento, impactos, resultados e metas do programa.
- Os vários tipos de indicadores quantitativos e qualitativos necessários para esse processo.
- Como construir apoio para uma melhor monitorização e avaliação.

CONTEÚDO

- 9.1 Introdução
- 9.2 Monitorizar os objectivos de género nos programas agrícolas
- 9.3 Avaliação
- 9.4 Construir apoio para uma melhor monitorização e avaliação
- 9.5 Exercícios

9.1 INTRODUÇÃO

Por quê monitorizar e avaliar

Monitorizar e avaliar são mecanismos que têm vários objectivos, entre os quais:

- reforçar as responsabilidades para assegurar que programas e políticas que os apoiam sejam realmente implementados e os recursos utilizados de maneira adequada;
- fornecer um feedback no processo político para fazer com que se implemente e melhore a eficácia, eficiência, sustentabilidade e equidade da política.

A monitorização e avaliação dos componentes de género dos programas agrícolas a nível macro deveriam ser complementadas por uma abordagem com enfoque de género para a gestão das actividades diárias das organizações agrícolas a nível de campo e intermédio. Este Módulo trata da monitorização e avaliação dos objectivos de género que foram identificados nos documentos de programa.

9.2 MONITORIZAR OBJECTIVOS DE GÉNERO NOS PROGRAMAS AGRÍCOLAS

Uma característica central da integração da dimensão de género foi a do “problema de evaporação” onde uma estratégia e uma política de governo com enfoque de género evaporam no momento em que entram no estágio operacional de um projecto ou um programa. Não existem soluções simples a este problema. Todavia, um importante passo é o de ligar a política e as estratégias com maior clareza:

- inputs;
- rendimento;
- uso de recursos;
- resultados esperados e sua relação com as metas da política.

A gravura 1 fornece uma representação esquemática deste processo. Os componentes deste processo deveriam ser especificados com todos os outros elementos do programa (um programa agrícola é um conjunto de projectos desenhados para alcançar as metas da estratégia do sector).

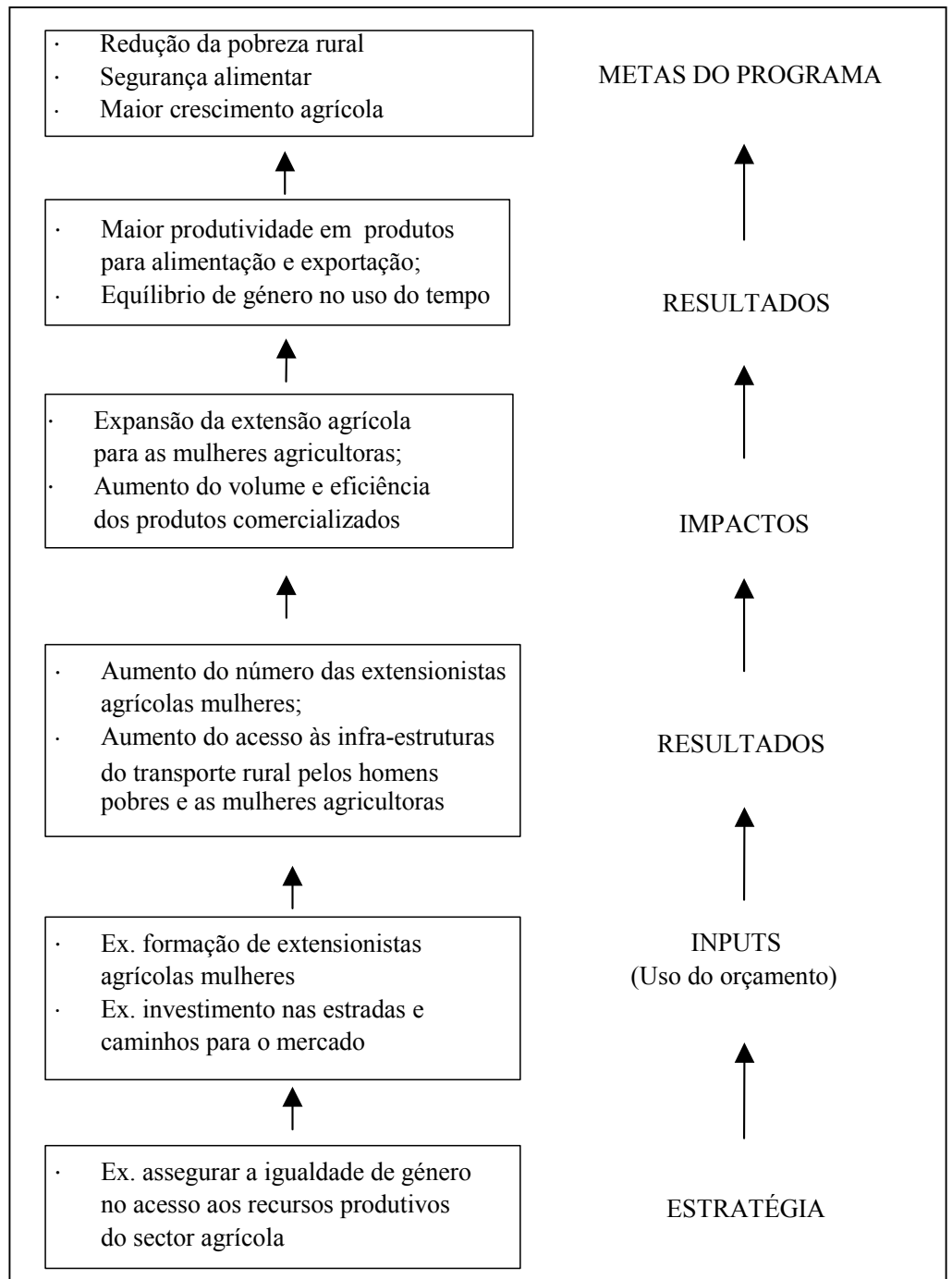
Monitorizar um programa agrícola necessita de um sistema de **orçamento com enfoque de género**, com especificação de género dos resultados esperados e impactos (ver Módulo 8). This requires the use of gender-sensitive performance indicators in the financial and management information system.

É importante explicitar expectativas acerca das **ligações** de:

- inputs (formação; investimento);
- aos resultados (mais extensionistas agrícolas mulheres; melhor sistema de transporte);
- aos impactos (expansão da extensão agrícola para as produtoras mulheres; aumentar a quantidade e eficiência dos produtos comercializados);
- aos resultados (maior produtividade agrícola; maior rendimento dos agricultores);
- levando para os objectivos do programa: redução da pobreza rural; segurança alimentar; crescimento agrícola.

A gravura 1 fornece alguns exemplos de indicadores a serem usados para monitorar diferentes etapas do ciclo do programa. Expectativas acerca das ligações entre estratégia, inputs, resultados e impactos podem ser formuladas na base do nível das experiências de terreno que se aproximam aos conhecimentos e às perspectivas dos vários agentes intervenientes institucionais, inclusive as instituições de pesquisa, a agricultura das mulheres, as organizações de comércio e comunitárias com enfoque de género. Haverá a necessidade de um ajuste se os resultados esperados e os impactos não se tiverem que materializar.

Gravura 3: Monitorizar os processos de políticas



É importante identificar indicadores para realçar e monitorar as diferentes etapas do programa.

Tais indicadores deveriam ser tanto **qualitativos** quanto **quantitativos**.⁴

⁴ CIDA (1996) fornece linhas directrizes para a identificação de indicadores com enfoque de género que “sentem o pulso do programa” como se move para alcançar os seus objectivos e quais são os mais adequados para monitorar as suas diferentes etapas. Estas linhas directrizes realçam o processo de formulação de política e de construção de capacidades no sector de desenvolvimento agrícola.

Indicadores de actividades reflectem a entrega de recursos como o número de caminhos melhorados/construídos, extensionistas agrícolas mulheres formadas, comerciantes mulheres envolvidas nas consultas com todas as partes intervenientes, etc.

Indicadores de resultado e de impacto são também necessários para nos informar de como os reais resultados de género tenham sido relacionados com as metas do programa agrícola. Os resultados com enfoque de género podem incluir um leque de indicadores relacionados com a agricultura assim como outros indicadores de sector, dependendo de particulares restrições identificadas na Análise Institucional e de Género. Estes podem incluir:

- tempo utilizado em actividades de transporte pelos homens e mulheres, analisados pelas actividades chave (ir e regressar do campo e mercados, recolha de água e de produtos alimentares);
- acumulação de activo pelos produtores homens e mulheres;
- o efeito das intervenções agrícolas sobre o uso do tempo pelos homens e pelas mulheres directamente na cultivacção de produtos alimentares para o consumo e para a exportação (p.e. esta intervenção conferiu às mulheres e aos homens mais tempo para se dedicarem à cultivacção de produtos alimentares para a exportação; a produtos alimentares de subsistência; a actividades ‘produtivas’ e para o bem-estar do agregado e da comunidade?).

Indicadores de monitorização com enfoque de género

Muitos indicadores de resultado e de impacto são a longo prazo e o seu progresso para essas metas só pode ser medido no fim de um programa. Alguns exemplos de indicadores de monitorização com enfoque de género para esta etapa são os seguintes (CIDA, 1996 págs. 88-90):

- inputs: metas por números de mulheres e homens formadas/os;
- processo: números de mulheres e homens que participam na tomada de decisão a diferentes níveis;
- resultados: mudanças na composição de serviços/investimento; mudanças na participação de mulheres e homens na entrega e uso de serviços e na participação nos mercados;
- resultados: mudanças qualitativas no equilíbrio de género no uso do tempo; indicadores da mobilidade física; sistema de informação geográfica que mostra a participação de homens e mulheres no mercados, dentro/fora da comunidade; nos mercados de exportação; indicadores da segurança alimentar a nível de agregados familiares e nacional.

Fontes para indicadores

Os indicadores de monitoragem acima mencionados podem derivar de várias fontes, como:

- relatório da análise de género (Módulo 6)
- avaliações institucionais e construção de capacidades (Módulo 5)
- ferramentas de orçamento (Módulo 8)

Estes podem ser integrados na monitorização de, p.ex.:

- progresso na estratégia agrícola nacional em geral;
- progresso em programas sub-sectoriais;
- progresso em programas especiais e projectos individuais.

O seguinte deveria ser implementado para reforçar a monitorização e avaliação com enfoque de género:

Componentes necessários para monitorização e avaliação com enfoque de género

- identificação das prioridades tanto das mulheres como dos homens na agricultura (produtores, comerciantes, detalhantes, grossistas, etc.) (ver Módulo 6 sobre a análise de género);
- desenvolvimento de um sistema financeiro fazendo a ligação destas prioridades com as despesas (ver Módulo 8 sobre os orçamentos);
- um sistema de gestão que marca tanto impactos quanto resultados e é capaz de responder ao fracasso do programa (ver Módulo 5 sobre Análise institucional e construção de capacidades).

A monitorização e avaliação com enfoque de género podem ser alcançadas onde os sistemas atentos às questões de género formam parte da estrutura de gestão governamental. Isto é, incluir um ponto focal de género no Departamento de Planeamento, Ministério das Finanças, de Agricultura e de outros sub-setores agrícolas.

Se o processo de monitorização for ligado ao ciclo orçamental para rever o progresso e determinar os orçamentos para o próximo ano, os indicadores com enfoque de género, financeiros e de gestão necessitam estar presentes e formam parte da avaliação anual.

Os funcionários do campo deveriam estar atentos às prioridades de género do programa agrícola e à sua importância no exercício de monitorização.

9.3 AVALIAÇÃO

Avaliação de programas e projectos, inclusive aqueles com perspectiva de género, a miúdo são focalizados só sobre inputs e resultados com pouca atenção para os impactos. Uma avaliação é como centrar-se na prova da capacidade de um programa agrícola a se tornar financeiramente sustentável (muitas vezes através do uso dos mecanismos de recuperação dos custos, comercialização e parcerias pública/privada e privatização das actividades) tanto que o défice orçamental não se torne impossível a ser gerido.

Todavia, a avaliação deveria considerar também evidências como as discriminações de género tanto no acesso e controlo dos recursos como no controlo da redução das receitas. É importante assegurar que os mecanismos de recuperação dos custos e a privatização dos serviços não aumentam as discriminações de género

na distribuição das despesas e dos benefícios (ver Módulo 8 sobre Ferramentas de orçamento).

O foco em particulares componentes de género de um programa não deveria fazer com que os analistas de género percam de vista a necessidade de avaliar a eficiência e as implicações de género do sector das instituições como um todo. Também os programas de género especificados da melhor maneira e adequadamente financiados podem não alcançar os resultados desejados. Por exemplo, estudos sobre as transferências de fundos do Ministério das Finanças para a escola primária na Tanzânia e Uganda ambos evidenciaram uma maior fuga dos mesmos (não necessariamente ilegal) tanto a fazer com que só uma pequena parte dos fundos a disposição alcançassem realmente as escolas alvo (Therkildsen *et al*, 1999). Se as mulheres e raparigas são de maneira geral mais ligadas às despesas do sector público que homens e rapazes (ou vice versa) os cortes às despesas parecem ter efeitos diferenciados por género. Este facto não é suficiente a fazer uma análise orçamental, mas sim precisa de uma profunda compreensão dos trabalhos internos das organizações e das suas relações com as outras organizações e todas as partes envolvidas.

9.4 APOIAR A CONSTRUÇÃO DE UMA MELHOR MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

A criação de advocacia entre os governantes é necessária para reforçar a integração da dimensão de género no processo de monitorização e avaliação. Claros mecanismos e linhas directrizes necessitam serem sancionadas pelos funcionários da gestão no âmbito e entre as instituições do sector. Para assegurar uma adequada monitorização e avaliação da implementação dos programas de género é necessário o apoio de agentes intervenientes locais, inclusive as autarquias locais, ONGs e representantes do sector privado (Therkildsen, *et al.*, 1999).

Tal apoio é mais provável que seja gerado se houverem um verdadeiro sentimento de propriedade da política por parte dos agentes intervenientes e um processo de formulação do programa desde o início (ver secção 7.2.ii). Isto pode tornar-se mais fácil quando as necessidades, restrições e prioridades dos agentes intervenientes chave sejam consideradas no processo assim que:

- políticas e programas reflectam as prioridades, restrições e oportunidades dos principais agentes intervenientes, homens e mulheres rurais pobres (beneficiários primários);
- necessidades, restrições e prioridades das autarquias locais, ONGs e representantes do sector privado sejam tidas em conta no processo de consulta.

A consulta dos agentes envolvidos permite aos mecanismos locais responsáveis serem parte integrante do processo nacional de monitorização. Isto, por sua vez, pode ajudar em reforçar o sentimento de propriedade de programas públicos e facilitar a cooperação daquelas instituições mais aptas a ajudarem no processo de monitorização e avaliação.

9.5 EXERCÍCIOS

Análise das questões de género das metas da política e despesas públicas no Sudão

A seguir um breve resumo do Contexto de Desenvolvimento de Género, Metas da Política e Orçamento do Programa para o Sudão.

Contexto de desenvolvimento de género

No Sudão, as mulheres são a espinha dorsal da mão de obra do trabalho rural (FAO, 1997, Executive Summary, pág. 24).

Actividades produtivas e domésticas (SCN e não-SCN):

- as mulheres constituem 50 - 80% da mão de obra agrícola;
- as mulheres produtoras constituem 49% dos produtores nas áreas irrigadas (que no passado foram priorizadas pela política agrícola) e 57% dos produtores nas áreas de sequeiro (que no passado foram ignoradas na política agrícola);
- as mulheres são engajadas no processamento de comida e nas actividades não agrícolas geradoras de receitas;
- as hortas são monopólio das mulheres;
- as mulheres desenvolvem os papéis mais importantes no uso, preservação e gestão da biodiversidade;
- o processamento de comida no agregado familiar é um trabalho altamente intenso e geralmente compete às mulheres;
- as mulheres são responsáveis da recolha da lenha a arder e a água para uso doméstico.

Resultados agrícolas – produção de alimentos:

O nível do abastecimento alimentar per capita no seu conjunto foi apenas suficiente às necessidades energéticas totais e esconde as grandes desigualdades existentes em âmbito regional e dos diferentes agregados familiares.

Metas da política:

1. taxa de crescimento agrícola mais rápida e expansão da produção de alimentos básicos;
2. melhoria da segurança alimentar dos agregados familiares;
3. promoção da agricultura tradicional e mudança das prioridades políticas passando das áreas irrigadas para aquelas de sequeiro para fazer um uso optimal dos recursos agrícolas;
4. promoção das práticas ambientais;

5. promoção da participação das comunidades, inclusive os produtores e suas associações assim como outros agentes do sector privado e ONGs com especial ênfase na participação activa de grupos de mulheres e associações.

Análise da política com enfoque de género

Considere-se o seguinte:

- como integraria uma perspectiva de género dentro das cinco metas da política mencionadas acima?
- identifique possíveis restrições de género para o alcance das metas da política 1-5;
- identifique possíveis maneiras para reduzir as restrições de género nas metas da política 1-5;
- como poderiam afectar os direitos que existem ligados à alimentação dentro do agregado nas prospectivas de uma segurança alimentar entre as comunidades pobres;
- como poderiam influenciar uma potencial estratégia agrícola para a redução da pobreza e a promoção do desenvolvimento rural as diferenças de género nos direitos e em outros recursos?

Com respeito ao uso do orçamento resumido no Quadro 23

- tentar aplicar o Orçamento Instrumentos de 1 a 7 (Módulo 9). Que outras informações são necessárias para fazer uma análise do orçamento com enfoque de género?
- até que ponto é possível identificar os recursos destinados a reduzir as restrições de género para o conseguimento das metas do programa?
- tendo em conta o contexto de desenvolvimento, como utilizaria os recursos para fazer com que as questões de género sejam integrados nas prioridades nos programas agrícolas;
- considere como utilizaria resultados (actividades) e recursos (monetários ou outros) para reduzir as restrições de género para alcançar as metas da política.
- considere as maneiras para melhorar a transparência do orçamento.

Quadro 23: Orçamento: Programa Nacional Sudanês para a Agricultura, Gado e Irrigação

	Número de projectos	Custo total (\$USD m)	% do orçamento total	Custo por projecto (\$USD m)
Planeamento estratégico, análise da política e instituições	7	10.92	13%	1.56
Produção e protecção agrícola para alimentação	26	26.60	32%	1.02
Criação de gado e pescas	26	18.87	23%	0.73
Comércio agrícola e crédito	6	9.85	11%	0.76
Mulheres em desenvolvimento	8	0.93	1%	0.12
Desenvolvimento dos recursos naturais e ambiente	15	14.60	17%	0.97

REFERÊNCIAS

- Budlender, D., Sharp, R. and Allen, K. (1998). *How to do a Gender-Sensitive Budget Analysis: Contemporary Research and Practice*, London: Commonwealth Secretariat and AusAid.
- CIDA, Canadian International Development Agency (1996). **Guide to Gender-Sensitive Indicators**, Ottawa, Canada.
- The Commonwealth Secretariat has a portfolio of resources on gender and budgets, gender mainstreaming and the integration of gender into macroeconomic activities; contact www.thecommonwealth.org and click on “gender”.
- Elson, D. (1999). *A Tool for Implementing the Platform for Action: Gender-Sensitive Budget Analysis*. Paper prepared for the Workshop on Gender, Macroeconomics and Globalisation hosted by UNDP(PDNU) , Ford Foundation, University of Utah and MacArthur Foundation, New York, 25-26 March.
- FAO and Republic of Sudan (1997). *National Programme for the Development of Agriculture, Livestock and Irrigation Sectors*, Policy Assistance Branch, FAO Regional Office for the Near East, Cairo, May.
- Norton, A. and Bird, B. (1998). *Social Development Issues in Sector-Wide Approaches. Social Development Division Working Paper No. 1*, London: Department for International Development.
- Netherlands Ministry of Foreign Affairs, (1997). **Institutional Assessment for Sectoral Assistance Programmes**, Department of the Ministry of Foreign Affairs, The Hague, March
- Therkildsen, O., Engberg-Pedersen, P. and Boesen, J. (1999). *Sector Support: From Policy Making to Implementation Processes*, an issue paper from the CDR, Centre for Development Research Copenhagen, August.

GLOSSÁRIO

Balança de pagamentos	Resumo da conta das transacções financeiras de um país com o resto do mundo.
Flexibilidade do preço relativo do fornecimento	Mede a resposta do fornecimento de um bem em troca de outro. Por exemplo, se o preço do trigo cair, os produtores poderiam responder reduzindo a sua produção e aumentando aquela do milho e a flexibilidade do preço relativo mede o nível desta resposta. A flexibilidade do preço relativo no fornecimento de milho para trigo é portanto a mudança da percentagem na quantidade de milho produzido em resposta a uma mudança de percentagem no preço do trigo.
Desvalorização	Uma descida do valor da moeda de um país com respeito a todas as outras moedas. Em termos de moeda nacional este facto tem o efeito de aumentar os preços de importação. Os preços recebidos pelas exortações nacionais ficam constantes em termos de moeda nacional, mas as exportações tornam-se mais competitivas no estrangeiro: isto é, os seus preços caem em relação às outras moedas. Portanto, a desvalorização costuma melhorar o balanço comercial da moeda do país que se está a desvalorizar.
Eficiência	A eficiência reflecte o uso optimal dos escassos recursos. A eficiência na produção ocorre quando determinados factores de produção são combinados na maneira mais económica e com o maior resultado. A eficiência no consumo ocorre quando as despesas são utilizadas para maximizar a satisfação ou a utilidade do consumidor. A preocupação deste manual com respeito à eficiência refere-se às maneiras em que as relações, as normas e as desigualdades de género afectam as acções, prioridades e resultados das políticas agrícolas.
Igualdade	A definição da OCDE-CAD de igualdade de género é “... igual usufruto tanto dos homens como das mulheres dos bens sociais, oportunidades, recursos e benefícios. A igualdade de género não significa que homens e mulheres se tornem a mesma coisa, mas sim que as suas oportunidades e possibilidades de vida são iguais. O facto de enfatizar a igualdade de género e o empoderamento das mulheres não pressupõe um particular modelo de igualdade de género para todas as sociedades e culturas, mas sim reflecte a preocupação que tanto as mulheres como os homens tenham oportunidades iguais para escolher o significado de igualdade de género, trabalhando em parceria para o alcançar.”
Equidade	A justiça de tratamento de homens e mulheres de todas as idades; a equidade diz respeito à justiça na maneira em que bens e serviços são divididos entre os diferentes membros da sociedade.
Política fiscal	São as políticas que dizem com respeito tanto à quantidade e uso das despesas do governo, assim como às fontes de rendimento do mesmo.

Segurança alimentar	O constante acesso físico e económico por parte de todos para uma alimentação suficiente, sã e nutritiva capaz de alcançar as necessidades e preferências alimentares para ter uma vida activa e sã.
Estatísticas com enfoque de género	Os dados que reflectem a informação desagregada por sexo sobre a produção, emprego, acesso e uso dos recursos públicos e privados, despesas. As estatísticas com enfoque de género incluem dados que não são normalmente recolhidos nas estatísticas nacionais ou por objectivos de políticas, como dados desagregados por sexo sobre o uso do tempo nas actividades não remuneradas do agregado familiar e da comunidade no seu todo.
Desigualdade de género	O contrário de igualdade – ver acima.
Produto interno bruto (PIB)	O resultado total final dos bens e serviços da economia do país, dentro do território nacional, por residentes e não-residentes sem ter em conta o seu uso e divisão entre as reivindicações nacionais e estrangeiras.
Desigualdade	O contrário de igualdade – ver acima.
Instituições	Limitações humanas planeadas que moldam a interacção humana. Por consequência estas determinam incentivos nas mudanças humanas, sejam estas políticas, sociais ou económica. As instituições constam tanto de regras formais como informais. Exemplos de regras formais são as leis, estatutos, acordos internacionais e contractos. Exemplos de regras informais são convenções sociais e códigos de comportamento.
Análise Institucional	A análise das instituições e organizações em uma sociedade.
Níveis macro-meso- micro	O nível <i>macro</i> da economia refere-se ao “grande quadro” onde as decisões são tomadas a um nível mais amplo da economia, constando da economia formal e de Mercado, como medido pelo Produto Interno Bruto (PIB) mais, pelo menos na definição utilizada aqui, a economia doméstica não remunerada que amiúde não é medível. O nível <i>meso</i> da economia consta tanto da infra-estrutura económica e de mercado, quanto infra-estrutura social (estradas, irrigação, educação, saúde e outros serviços sociais) assim como de regras e normas institucionais que guiam o comportamento das organizações do sector público e privado. Falando de economia institucional, o termo ‘meso’, portanto hoje é geralmente usado para denotar o papel intermediário dos mercados em transmitir sinais e distribuir recursos. Neste contexto, os mercados são vistos como encaixados nas relações sociais e portanto como ‘portadores’ de género. O nível <i>micro</i> da economia consta de agregados familiares, empresas e indivíduos que constituem tais organizações. O quadro macro-meso-micro tem em conta as interrelações entre estes três níveis de análise.

Política monetária	As actividades do banco central designadas influenciam as variáveis financeiras como o fornecimento de dinheiro e a taxa de juro.
Preço e flexibilidade da demanda	A mudança na quantidade de bens requeridos em resposta à mudança de uma percentagem do preço do bem.
Organizações	Grupos de pessoas com alguma finalidade em comum para alcançar objectivos específicos. Existem estreitas interações entre as instituições e as organizações, sendo que o tipo de organizações que envolvem são fortemente influenciadas pelas instituições que existem p.e. sociedades por acções ou a responsabilidade limitada não poderiam existir sem apoiarem a legislação ou seja as “instituições”. Da mesma forma, as organizações existentes influenciam o desenvolvimento do enquadramento institucional.
Políticas	As políticas são os enunciados dos objectivos e o método de alcançar os mesmos (instrumentos de política) pelo governo, partidos políticos, preocupações comerciais etc. Alguns exemplos de políticas de governo no sector agrícola poderiam conseguir a segurança alimentar, promover os cultivos destinados para a exportação ou reduzir deflorestação. Os instrumentos políticos incluem a políticas fiscal, monetária, de preço e de controlos legislativos como controlos sobre os arrendamentos da terra.
Programas	Um programa de investimento consiste de um discreto conjunto de projectos complementares a nível nacional, regional ou distrital.
Projectos	Um projecto é um discreto investimento de fundos públicos ou privados numa dita actividade. No sector agrícola poderia consistir em um projecto para: a construção de uma estrada rural, um crédito para pequenos produtores ou para a irrigação.
Agentes intervenientes	Aqueles que afectam ou são afectados pelas políticas de desenvolvimento/ programas e projectos. Em outras palavras eles são todos os que directa ou indirectamente podem ganhar ou perder alguma coisa de uma particular actividade de desenvolvimento. Eles podem ser indivíduos homens e mulheres, grupos de homens e mulheres comerciantes ou produtores por exemplo, comunidades, grupos socio-económicos, decisores de políticas, planificadores, outros funcionários e organizações governamentais e não-governamentais.
Estratégias	Uma estratégia consiste de uma visão do que, como o sector agrícola, deveria parecer no futuro mais um plano ou um mapa estradal que mostra como cumprir tal visão.

ASEG

Programa de Análise Sócio-Económica e de Género

**Serviço da Igualdade Entre
Homens-Mulheres e Desenvolvimento**

**Divisão da Igualdade Entre
Homens-Mulheres e População**

Departamento do Desenvolvimento Duradouro

**Organização das Nações Unidas
para a Alimentação e a Agricultura**

Viale delle Terme di Caracalla
00100 Roma, Itália

Tel : (+39) 06 5705 6751

Fax : (+39) 06 5705 2004

E-mail: SEAGA@fao.org

Internet Site: www.fao.org/sd/SEAGA